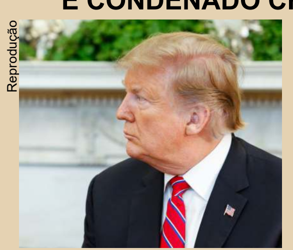
Porto Alegre, Sexta, 31 de Maio de 2024 - Ano 23 - Número 8290



PELA PRIMEIRA VEZ NA HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS, UM EX-PRESIDENTE É CONDENADO CRIMINALMENTE.


Reprodução

Donald Trump se tornou nessa quinta-feira (30) o primeiro ex-presidente dos Estados Unidos a ser condenado por um crime. Candidato novamente à Casa Branca neste ano, Trump foi considerado culpado por fraude contábil ao ocultar o pagamento de US$ 130 mil pelo silêncio da ex-atriz pornô Stormy Daniels na eleição de 2016, quando derrotou Hillary Clinton, do Partido Democrata. **Página 50**

GOVERNO FEDERAL COMPRARÁ 2 MIL IMÓVEIS PARA DESABRIGADOS NO RIO GRANDE DO SUL.

Página 6

Maurício Tonetto/Secom

GOVERNO GAÚCHO APRESENTA BALANÇO DE 30 DIAS APÓS INÍCIO DAS ENCHENTES E DETALHA INICIATIVAS PARA RECONSTRUÇÃO DO RS.

Em reunião nessa quinta-feira (30) no Centro de Contingenciamento, em Porto Alegre, o governador Eduardo Leite e integrantes de sua equipe apresentaram um balanço de ações realizadas no Estado desde o início das enchentes. Também foi detalhado o conjunto de medidas emergenciais e de reconstrução previstas no "Plano Rio Grande". **Página 2**

MAIS DE 626 MIL PESSOAS AINDA ESTÃO FORA DE CASA NO RIO GRANDE DO SUL.

Página 4

Governo gaúcho apresenta balanço de 30 dias após início das enchentes e detalha iniciativas para reconstrução do RS.

Em reunião nessa quinta-feira (30) no Centro de Contingenciamento, em Porto Alegre, o governador Eduardo Leite e integrantes de sua equipe apresentaram um balanço de ações realizadas no Estado desde o início das enchentes. Também foi detalhado o conjunto de medidas emergenciais e de reconstrução previstas no "Plano Rio Grande".

A Rede Pampa de Comunicação foi representada por seu vice-presidente, Paulo Sérgio Pinto, acompanhado da diretora de Conteúdo, Marjana Vargas.

"Atravessamos diversas etapas desde o primeiro momento em que fizemos os alertas a respeito das chuvas. Passamos por uma fase de resposta, com salvamentos e restabelecimento de serviços, e estruturamos o Plano Rio Grande, que norteará as ações futuras", iniciou o governador, acrescentando que durante a maior catástrofe meteorológica da história gaúcha foram resgatadas mais de 77 mil pessoas e liberados R$ 658,8 milhões.

"Estamos atuando em todas as frentes para reconstruir o Estado. Isso passa por pilares financeiros, fiscais e técnicos. O governo precisa de condições para responder à altura as necessidades, e isso estamos pleiteando junto ao governo federal", comentou.

O "Plano Rio Grande" – programa de Reconstrução, Adaptação e Resiliência Climática do Estado do Rio Grande do Sul – tem por objetivo planejar, coordenar e executar ações necessárias ao enfrentamento das consequências sociais, econômicas e ambientais da enchente histórica. Já o Fundo do Plano Rio Grande (Funrigs) concentrará os recursos destinados ao processo de recuperação, permitindo uma gestão adequada e transparente dos valores.

A Secretaria da Reconstrução Gaúcha, por sua vez, destina-se a organizar os processos e projetos de reconstrução. Na comando da nova pasta estará Pedro Capeluppi (que liderava a de Parcerias e Concessões) e contará com Assessoria Especial de Gestão de Riscos, mais quatro subsecretarias: Projetos de Reconstrução, Projetos Estruturantes, Inteligência Mercadológica e Parcerias e Concessões.

O governo do Estado criou, ainda, o Gabinete de Apoio ao Empreendedor para mensurar os impactos no setor e estabelecer meios de apoio para sua recuperação. Um trabalho conjunto com entidades e órgãos federais resultou em um formulário disponível desde 13 de maio e que deve ser respondido pela categoria.

Listando as iniciativas, Eduardo Leite mencionou a revogação da medida que retirava benefícios fiscais sobre alimentos da cesta básica. Um novo decreto, em vigor a partir de 1° de junho, estabelece que esses produtos voltam a ser isentos ou a usufruir de redução na base de cálculo.

"Consideramos a necessidade de equilibrar o apoio aos setores econômicos severamente afetados para que possam se recuperar, enquanto é garantida a estabilidade financeira do Rio Grande do Sul", prosseguiu o governador.

Outro tema da reunião foi a Lei Complementar 206/2024, que trata da suspensão do pagamento das parcelas da dívida pública do Rio Grande do Sul com a União por 36 meses, até abril de 2027. A legislação determina que os valores destinados ao serviço da dívida sejam aplicados no Funrigs. A Secretaria Estadual da Fazenda (Sefaz) estima que a medida criará um espaço fiscal de cerca de R$ 11,7 bilhões até o fim do período de suspensão.

Mauricio Tonetto/Secom-RS



Informações foram compartilhadas com a imprensa durante encontro nessa quinta-feira.

Leite reforçou que a suspensão da dívida possui ingredientes que precisam ser contornados politicamente por meio de negociação com o governo federal. Em última hipótese, o governador recorrerá ao Supremo Tribunal Federal (STF). Sobre o mesmo tema, ele disse que "trabalha de forma diferente" e que "não faz anúncios de intenções sem antes amarrar todas as pontas".

Mapeamento

Eduardo Leite também dedicou boa parte da conversa com a imprensa para explicar o "Mapa Único" do Plano Rio Grande, sistema integrado de identificação das áreas diretamente atingidas pelos eventos meteorológicos deste ano.

O objetivo é identificar e quantificar endereços, vias, domicílios, empresas, equipamentos públicos e principalmente os grupos populacionais afetados. Esse processo será realizado a partir de imagens de satélite com alta resolução, tendo como foco áreas atingidas por inundação, enxurrada e deslizamentos. Em breve, a ferramenta poderá ser acessada pela população.

Está prevista para este fim de semana a chegada de um radar meteorológico adquirido na República Tcheca e que será instalado em Montenegro (Vale do Caí), para criação de modelos hidrodinâmicos e de alertas sobre inundações, com grande precisão.

Leite acrescentou que uma série de incentivos fiscais em negociação com o governo federal deve ser anunciada em breve. Na lista está a devolução do valor de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pago na aquisição de produtos da chamada "linha branca" (geladeiras, por exemplo) pago por contribuintes atingidos pelas enchentes.

Por fim, os tópicos abordados abrangeram a criação de dois colegiados. Um é o Conselho da Sociedade Civil, que reunirá mais de 80 entidades e movimentos sociais para opinarem sobre iniciativas do governo estadual. Já o outro é Comitê Científico, que contará com especialistas de diversas áreas para auxílio ao programa de reconstrução.

Lançado sistema de mapeamento de áreas atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

Divulgação SPGG

A partir das manchas encontradas são realizados cruzamentos com as bases e informações disponíveis.

O governador Eduardo Leite apresentou, nesta quinta-feira (30), o Mapa Único do Plano Rio Grande (MUP), uma estratégia de mapeamento a partir de imagens de satélite que está otimizando o direcionamento de políticas públicas formuladas em razão das enchentes que assolaram o Rio Grande do Sul.

A partir das manchas encontradas são realizados cruzamentos com as bases e informações disponíveis, como o Censo Demográfico, o Cadastro Único (CadÚnico) e registros administrativos de órgãos do Estado, nas áreas de Assistência Social, Saúde, Educação e Segurança. Dessa maneira, o Estado consegue detectar as áreas atingidas, além de realizar recortes específicos da população afetada, com a identificação das famílias mais vulneráveis.

Até o momento, já foram mapeados e georreferenciados 262 municípios gaúchos, identificando-se 283 mil domicílios particulares atingidos, o que corresponde a 597 mil pessoas afetadas. Desse total, 233 mil pessoas estão cadastradas no CadÚnico, totalizando 106 mil famílias. Também já foram identificadas cerca de 116 mil empresas diretamente atingidas.

“O mapa nos dá condições de termos o ‘dedo no pulso’, como eu dizia na época da pandemia. É fundamental que tenhamos esse mapeamento dos danos causados pela enchente porque isso nos ajuda a nortear as políticas públicas de maneira eficaz. O mapa já nos deu a condição de iniciar rapidamente os repasses do Pix do SOS Rio Grande do Sul, por exemplo”, destacou Leite.

Desenvolvido pela Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão (SPGG), o MUP consiste em um Sistema Único e Integrado do Mapeamento das Áreas Diretamente Atingidas e está no escopo do Plano Rio Grande. O objetivo é identificar e quantificar os endereços, vias, domicílios, empresas, equipamentos públicos e, principalmente, a população afetada.

O sistema já está sendo usado pelo Estado para orientar as ações de forma mais célere e precisa, simplificando processos e acelerando a chegada de recursos a quem necessita. É realizado a partir de imagens de satélite de alta resolução, contemplando áreas atingidas por inundação, enxurrada e deslizamentos.

Em relação aos equipamentos públicos danificados, foram detectadas 98 escolas estaduais, 175 escolas municipais, nove hospitais e 99 Unidades Básicas de Saúde. Além disso, nos 78 municípios que decretaram estado de calamidade, observa-se que 12% da malha viária urbana está situada dentro da área diretamente atingida.

Mais de 626 mil pessoas ainda estão fora de casa no Rio Grande do Sul.

Alex Rocha/PMPA



Um mês após as chuvas, Estado conta 169 mortes e 44 desaparecidos.

O maior desastre climático do Rio Grande do Sul — que teve a primeira grande chuva em 27 de abril e que começou a se agravar dois dias depois — completou um mês nesta semana. Como saldo desta tragédia, o Estado registra 169 mortes, 806 feridos e 44 pessoas desaparecidas até o momento.

De acordo com boletim da Defesa Civil estadual sobre as enchentes, divulgado às 9h desta quinta-feira (30), até agora, mais de 626,7 mil pessoas ainda não conseguiram voltar para as suas residências, sendo que deste total, 45 mil estão morando temporariamente em um dos 645 abrigos emergenciais disponíveis no estado.

Neste período, mais de 2,34 milhões foram afetadas, de alguma forma pelas enchentes, o que equivalente a 21,56% da população total do Rio Grande do Sul, que segundo o Censo de 2022 do IBGE é de 10.882.965 pessoas. Os impactos das inundações causaram danos em 473 dos 497 municípios gaúchos, ou seja, 95,17% do total.

Paralelamente às perdas de vidas e prejuízos materiais, 77.729 vítimas foram resgatadas e 12.527 animais domésticos e silvestres foram retirados das águas e de lugares isolados pelas águas.

Infraestrutura

Mais de 60,8 mil residências e pontos comerciais ainda estão sem energia elétrica no Rio Grande do Sul, de acordo com boletim de infraestrutura, divulgado pelo governo estadual na manhã desta quinta-feira (30). São 24.387 mil clientes da distribuidora Equatorial Energia (CEEE Equatorial) e 36,5 mil da Rio Grande Energia (RGE).

O boletim informa ainda que o abastecimento de água tratada foi normalizado pela Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento), assim como os serviços de telefonia e internet. Nenhumas das empresas de telecomunicações que operam no estado relatam problema.

Em relação às rodovias estaduais, os danos causados pelas chuvas provocam alterações no tráfego e, atualmente, há 62 trechos com bloqueios totais e parciais em 34 rodovias, entre estradas, pontes e balsas.

O mapa rodoviário interativo disponibilizado pelo governo do estado permite aos motoristas que precisam se deslocar entre os municípios acompanhar, em tempo real, a situação das rodovias estaduais e federais. O mapa mostra vias que permanecem bloqueadas totalmente ou parcialmente interditadas.

No setor aéreo, o principal terminal do estado, o Aeroporto Internacional Salgado Filho, em Porto Alegre, segue com as operações suspensas por tempo indeterminado, conforme comunicado da concessionária, a Fraport Brasil. Atualmente, 14 aeroportos regionais operam normalmente para dar conta do transporte aéreo de passageiros e cargas. São eles: Capão da Canoa, Carazinho, Erechim, Passo Fundo, Rio Grande, Santo Ângelo, Torres, Canela, Bagé, Pelotas, Uruguaiana, Caxias do Sul, Santa Cruz do Sul e Santa Maria.

Governo federal comprará 2 mil imóveis para desabrigados no Rio Grande do Sul.

O governo federal comprará imóveis para atender as pessoas desabrigadas pelas enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul. Em entrevista coletiva na quarta-feira (29), em Porto Alegre, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, anunciou um pacote de ações para a área da habitação no Estado.

Segundo ele, em um primeiro momento, o governo pretende disponibilizar quase 2 mil casas às famílias gaúchas que estão sem moradia. Costa não estipulou um prazo para a entrega dessas residências.

Uma das ações é a chamada compra assistida de imóveis usados. O ministro explicou que os domicílios poderão ser indicados pela população já nos próximos dias. As unidades passarão pela avaliação de técnicos da Caixa Econômica Federal para posterior compra e destinação imediata aos desabrigados.

Outra modalidade será a compra de casas e apartamentos novos ou ainda em construção nas cidades atingidas, com valor limitado ao teto da Faixa 1 (famílias com renda mensal bruta até R$ 2.640) e Faixa 2 (renda familiar de R$ 2.640,01 a R$ 4.400 pormês) do programa Minha Casa, Minha Vida.

Segundo o ministro, as empresas, construtoras e imobiliárias que quiserem vender imóveis novos ou que ficarão prontos em até 60 dias podem registrar as unidades em um site que a Caixa divulgará em breve.

"O governo comprará todos os imóveis nesse perfil que as empresas ofertarem nessas cidades, dentro do limite solicitado de casas perdidas", disse ele.

O governo também vai compatibilizar o valor do imóvel com a renda familiar para, por exemplo, permitir a quitação mensal da taxa de condomínio, sem comprometimento de recursos.

Na próxima semana, o Ministério das Cidades publicará uma portaria que permitirá que proprietários de imóveis particulares também vendam ao governo federal, na faixa de valor que está estipulada. "O cidadão comum que tem sua casa de aluguel que resolveu vender ou alguém que está vendendo a casa ou um apartamento vai entrar no site da Caixa e vai ofertá-lo. Nós teremos um teto máximo de valor que a portaria vai definir, e a Caixa fará a avaliação de cada imóvel. Feita essa avaliação, o governo paga esse imóvel, e a família se muda imediatamente para essa residência", disse Costa.

Divulgação



Não foi estipulado um prazo para a entrega das residências.

Além de unidades novas, imóveis que estão em leilão nas cidades gaúchas em bancos como a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil e instituições privadas, em faixa de valor a ser divulgada, também serão destinados às famílias atingidas pelas chuvas. "Solicitamos aos bancos que retirassem do leilão imóveis nesse perfil desocupados porque o governo está comprando todos eles, dos bancos privados, da Caixa e do Banco do Brasil para ofertar às famílias."

No caso de imóveis que estavam destinados a leilão que precisarem de reparos, o ministro informou que as famílias do Rio Grande do Sul realocadas nessas unidades receberão recursos da Caixa para fazer a reforma. "A ideia é que a gente dê um recurso a essa família. A Caixa fará uma estimativa de valor para a família consertar, e esta pode mudar imediatamente", previu.

"Vamos buscar por esse combo de soluções acelerar essa questão que, entre todas, é a mais sensível, porque quem está com sua casa embaixo d'água ou destruída está no desespero, porque olha para sua família morando de favor na casa de alguém ou em um abrigo", disse Costa.

Governo federal diz que ajuda ao Rio Grande do Sul já chega a 62 bilhões de reais.

Um mês após o início da atuação da força-tarefa do governo federal no Rio Grande do Sul, já foram destinados emergencialmente ao Estado R$ 62,5 bilhões para socorrer a população atingida pelas enchentes.

Fortes chuvas atingiram o Estado desde o dia 27 de abril, causando tragédia sem precedentes na região. Até essa quinta-feira (30), os eventos climáticos extremos atingiram 471 cidades, mataram 169 pessoas e deixaram mais de 626 mil fora de suas casas.

Segundo a Secom/PR (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República), desde 30 de abril o governo federal tem atuado em seis frentes no apoio à população gaúcha, ao empresariado, à gestão do Estado e dos municípios atingidos. São elas: resposta emergencial ao desastre, cuidado com as pessoas, apoio às empresas, medidas para o governo estado, medidas para os municípios e medidas institucionais.

Na quarta-feira (29), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva participou do anúncio de novas medidas para a reconstrução do Rio Grande do Sul e destacou a resposta federal articulada ao desastre climático para que não haja burocracia que atrase a tomada de decisões de forma que a ajuda chegue rapidamente.

"Temos que fazer as coisas acontecerem. Quem tem fome tem pressa, mas quem perdeu suas coisas, sua casa, sua rota, sua roupa, seus animais, seus familiares, tem muito mais pressa", declarou o presidente.

Visitas presidenciais

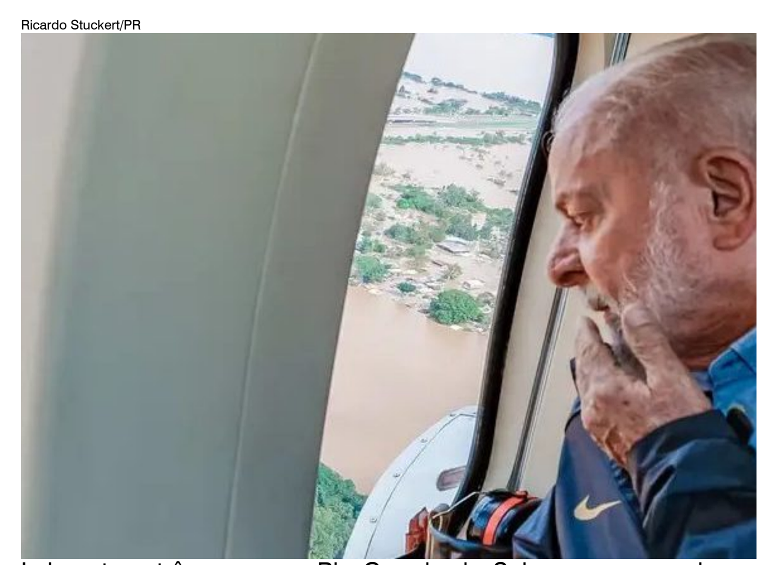
Nesses 30 dias, Lula esteve três vezes no estado para acompanhar a situação. O primeiro deslocamento foi a Santa Maria, em 2 de maio. Lá, ele garantiu que não faltariam recursos financeiros federais para atender às necessidades básicas da população atingida pelos temporais.

Em 5 de maio, o presidente desembarcou em Porto Alegre, acompanhado de representantes dos Três Poderes e de uma comitiva de 15 ministros. Em 15 de maio, retornou ao Rio Grande do Sul, e na ocasião, no município de São Leopoldo, anunciou a criação do Auxílio Reconstrução, no valor de R$ 5,1 mil a cada uma das famílias desalojadas e desabrigadas.

Articulação

Para agilizar a tomada de decisões, em 2 de maio o governo federal instalou uma sala de situação no Palácio do Planalto, que realizou reuniões diárias com ministros e autoridades. Em 6 de maio, o governo Lula inaugurou um escritório em Porto Alegre para que os ministros e equipes tomassem decisões de modo articulado com as demandas regionais.

Ricardo Stuckert/PR



Lula esteve três vezes no Rio Grande do Sul para acompanhar a situação.

Na terceira visita ao Rio Grande do Sul, em 15 de maio, o presidente Lula criou a Secretaria Extraordinária da Presidência da República para Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, ocupada pelo ministro Paulo Pimenta, que tem recebido demandas de autoridades locais, da sociedade e de representantes do empresariado do Estado.

Pimenta tem apresentado novas medidas do governo federal para o Rio Grande do Sul e orientado os prefeitos sobre planos de reconstrução dos municípios, que devem ser enviados ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Recursos federais

No total, já foram destinados R$ 62,5 bilhões ao Rio Grande do Sul arrasado pelas chuvas. Entre as ações do governo federal, além da liberação de recursos, estão a antecipação de benefícios e a prorrogação do pagamento de tributos:

Auxílio Reconstrução - R$ 174 milhões para o pagamento de R$ 5,1 mil a cada família, em parcela única, para aquisição de itens perdidos nas enchentes. O primeiro lote, com 34.196 famílias, começou a ser pago nesta quinta-feira (30);

Adiantamento do Bolsa Família - 619.741 famílias beneficiadas por investimento de R$ 793 milhões.

Governo usará fundo de garantia para dar apoio a pequenos produtores no RS.

Emater-RS/Divulgação



Os recursos seriam capazes de assegurar a oferta de um volume entre R$ 2,5 bilhões e R$ 3,5 bilhões em empréstimos.

O governo federal estuda incluir empréstimos que produtores rurais do Rio Grande do Sul tomaram dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na lista de financiamentos avalizados pelo Fundo de Garantia de Operações (FGO). O Banco do Brasil é responsável por administrar o FGO.

O plano prevê a destinação de R$ 500 milhões a mais ao FGO para avalizar contratações de financiamentos de pequenos agricultores afetados pelas chuvas e inundações no Estado. Os recursos, que sairiam do Tesouro Nacional, seriam capazes de assegurar a oferta de um volume entre R$ 2,5 bilhões e R$ 3,5 bilhões em empréstimos para a agricultura familiar, estimou uma das fontes.

Também é avaliado pelo governo incluir as operações do Programa Nacional de Apoio aos Médios Produtores Rurais (Pronamp) no fundo, com aporte maior de verba.

O Ministério Desenvolvimento Agrário propôs uma minuta de medida provisória para a iniciativa. A Pasta justifica que o Rio Grande do Sul tem sofrido severamente com os problemas climáticos e que isso aumenta a exposição ao risco e também o endividamento dos produtores rurais, o que diminui o interesse de instituições financeiras de oferecer novos recursos aos agricultores.

A equipe do ministro Paulo Teixeira tem argumentado ao Palácio do Planalto e à equipe econômica que o cenário atesta a necessidade de criação de mecanismos adicionais para ampliar o acesso ao crédito rural no Estado. O FGO surgiu em 2009.

O objetivo do fundo é garantir parte do risco dos empréstimos e financiamentos concedidos a micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais, profissionais liberais e transportadores rodoviários de carga autônomos usarem na aquisição de bens de capital específicos para suas respectivas atividades.

O fundo ajudou a alavancar crédito na pandemia por meio do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Hoje, ele serve como base para o programa de renegociação de dívidas Desenrola, entre outras ações.

No início de maio, o governo publicou a medida provisória 1.216/2024, que autorizou a União a aumentar em até R$ 4,5 bilhões sua participação no FGO exclusivamente para a cobertura das operações contratadas até 31 de dezembro, no âmbito do Pronampe, com beneficiários afetados pelas chuvas no Rio Grande do Sul.

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, disse que o governo iria publicar uma MP com a criação do fundo garantidor para operações do setor agropecuário gaúcho. A iniciativa tem sido discutida com o setor produtivo desde o início do mês. O aval da União é visto como estratégico para aqueles produtores que perderam patrimônio usado como garantia em novas operações.

Fávaro disse a jornalistas em Santa Cruz do Sul (RS) que a medida provisória deverá abranger a criação de fundos garantidores para todas as atividades econômicas do Rio Grande do Sul.

IDH do Rio Grande do Sul vai sentir impacto das enchentes, diz a ONU.

As enchentes no Rio Grande do Sul vão afetar negativamente o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do Estado, afirmou em entrevista coletiva a coordenadora da Unidade de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) no Brasil, Betina Barbosa.

"Uma crise climática ou a da covid-19 vai atingir o IDH", exemplificou.

O IDH é um indicador que tem o objetivo de medir a qualidade de vida de um país, Estado ou cidade, com base em fatores como expectativa de vida, anos de escolaridade e renda per capita. A escala vai de 0 a 1, sendo que, quanto mais próximo o índice estiver de 1, melhor é a qualidade de vida daquela população.

Segundo Betina, o IDH do Estado deve ser afetado negativamente nas três frentes principais do indicador: na sanitária, com o exemplo do aumento de casos de leptospirose; na educacional, com o fechamento de escolas; na de renda, com os impactos sobre a atividade econômica.

De acordo com o mais recente Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil, com números referentes a 2021 e divulgado nesta semana pelo Pnud, o IDH do Rio Grande do Sul era de 0,771. O nível é considerado alto, sendo também o quinto maior do Brasil, empatado com o Espírito Santo.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



O IDH é um indicador que tem o objetivo de medir a qualidade de vida de um país, Estado ou cidade.

Já a região metropolitana de Porto Alegre tinha IDH de 0,814, nível considerado muito alto e o sétimo maior entre as regiões metropolitanas de 21 capitais estaduais do Brasil.

Na entrevista, o representante residente do Pnud no Brasil, Claudio Providas, destacou a importância de que a reconstrução do Rio Grande do Sul seja realizada de forma "mais inteligente", para diminuir "riscos" e "vulnerabilidades".

"É preciso entender que o mundo está estudando, com uma mudança climática muito mais acelerada", disse.

Brasil

O Brasil enfrenta uma regressão significativa em seu desenvolvimento humano, atribuída principalmente aos impactos devastadores da pandemia de Covid-19.

"O País era um antes da Covid-19 e os dois anos de pandemia abatem o Brasil e suas dimensões de desenvolvimento", ressaltou Barbosa.

Ela destacou que, em apenas dois anos, o Brasil perdeu as conquistas de desenvolvimento humano registradas até 2019.

A queda no IDH pós-pandemia não é exclusiva do Brasil. O relatório do PNUD aponta que o impacto da Covid-19 em escala global superou até mesmo a crise econômica de 2008. No entanto, no País, essa redução foi duas vezes maior do que o levantamento global mostra.

"O Brasil tem tudo para se recuperar, e já se recuperou. Essa recuperação não é a do IDH de 2019, ela ainda está abaixo. Mas não é só o Brasil que está abaixo. Vários outros países da América Latina ainda não se recuperaram", afirmou.

O Nordeste do Brasil, apesar de ter sido a região com menor nível de desenvolvimento em 2019, foi onde menos pessoas morreram por Covid-19. "Foram nos Estados do Nordeste que menos pessoas morreram, portanto, a expectativa na região diminuiu menos do que nos demais estados da Federação", explicou Betina Barbosa.

Cidades-esponja, a solução chinesa contra risco de enchentes.

"Tenho uma ideia de título para esta entrevista: 'Cidades-esponja, a arte da sobrevivência'", sugere o arquiteto paisagista chinês Kongjian Yu, ao resumir em poucas palavras sua conversa com o jornal O Globo. A sugestão faz referência à necessidade existencial de adaptar as cidades às mudanças climáticas e prepará-las para enchentes como as que ocorreram no Rio Grande do Sul.

Yu, de 61 anos, é um homem de ideias. A mais famosa delas é a de criar nas cidades espaços de amortecimento, absorção e reaproveitamento das águas da chuva, para minimizar danos causados pelas enchentes.

Conhecido como "cidades-esponja", o conceito foi incluído em 2013 no plano nacional da China e hoje há centenas de projetos inspirados nele no país. As inundações gaúchas despertaram interesse em reproduzir a ideia no Brasil, algo que Yu propôs às autoridades brasileiras que participaram de um seminário sobre mudanças climáticas organizado há duas semanas pelo Vaticano.

O sistema concebido por Yu tem um princípio que contraria o que costuma ser o senso comum na gestão das chuvas, que é conter as águas: ele é a favor de dar espaço a elas. Em vez do sistema tradicional centrado no concreto, com canais, represas e sistemas de drenagem, que Yu chama de "infraestrutura cinza", o arquiteto diz que é mais eficaz e barato desacelerar a velocidade das águas com o aumento de superfícies que as absorvam, preferencialmente vegetação, mas também concreto poroso.

Extremo e imprevisível

A ideia surgiu a partir da experiência de sua infância. Yu cresceu num vilarejo na província chinesa de Zhejiang, área de monções com alta frequência de chuvas torrenciais. De forma quase inconsciente, conta ele, os agricultores da região recorriam a um método natural para lidar com as enchentes, utilizando fossos, terraços e lagos para direcionar as águas e armazená-las para as épocas de seca. Yu estudou silvicultura em Pequim antes de partir para os EUA, onde fez doutorado em paisagismo.

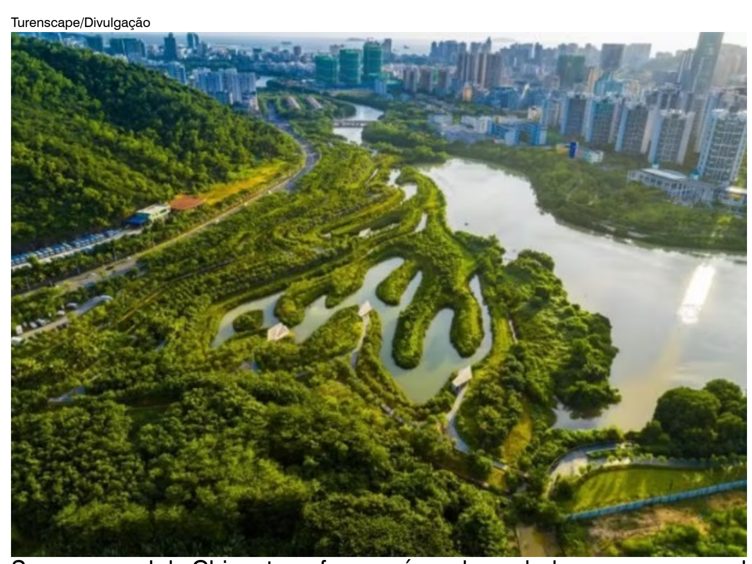
Quando retornou a seu país, em 1996, ficou espantado ao constatar que o principal sistema usado para lidar com as enchentes era produto da influência ocidental, principalmente de países europeus, onde as condições climáticas eram bem diferentes. Na Europa o clima é bem mais ameno, explica, é possível prever as chuvas com maior facilidade, e elas se distribuem ao longo do ano de forma mais igual. Na China é tudo muito mais extremo e imprevisível, mas ainda assim usava-se mais concreto que a natureza.

"Logo percebi que esse sistema era um total equívoco, porque não é resiliente. Era apenas uma cópia do modelo ocidental de urbanização", diz Yu, segundo o qual o problema é sobrecarregar a chamada "infraestrutura cinza", baseada no concreto. Os canais, represas e reservatórios não acumulam apenas água. Também acumulam risco.

As mudanças climáticas aumentaram a frequência e a intensidade de eventos extremos, como as enchentes no Rio Grande do Sul, incluindo regiões que antes não viviam esse tipo de problema, como a Europa. Segundo Yu, a principal causa por trás das inundações é a urbanização baseada no sistema tradicional de canalização, que rouba o espaço das águas e acelera sua velocidade, "como dar descarga no vaso sanitário".

Como em geral as cidades estão no fim do fluxo das águas, perto de lagos e oceanos, é lá que ocorrem as piores inundações. A resposta está na natureza, afirma o arquiteto, defensor da "infraestrutura verde": absorver as chuvas com um sistema de esponja baseado em vegetações perto de rios e lagos ou, quando isso não for possível, superfícies permeáveis.

Turenscape/Divulgação



Sanya, no sul da China, transformou área degradada num manguezal que absorve grande volume de água.

De acordo com Yu, se 30% das áreas urbanas forem dedicadas às cidades-esponja, o problema das enchentes está resolvido. Ele reconhece que a urbanização acelerada e a especulação imobiliária podem ser um obstáculo para que o sistema tenha espaço suficiente, mas aí é preciso fazer com que a transformação das cidades se torne uma estratégia nacional. E não basta recriar as áreas urbanas. É preciso que o sistema de absorção seja ampliado às periferias e áreas agrícolas, para reter e desacelerar as águas em sua origem.

"Assim como na China, as enchentes no Brasil não começam nas cidades, mas em áreas elevadas. O sistema de absorção não pode ser localizado, é preciso ampliá-lo, criar não apenas cidades-esponja, mas um 'planeta-esponja'", afirma Yu, salientando a importância de conter o desmatamento. "Quando as florestas desaparecem no Brasil e a área é usada para agricultura mecanizada, não sobra espaço para a água. A Amazônia, por exemplo, é uma esponja natural. Devemos aprender como ela funciona."

Problema milenar

Enchentes são um problema milenar na China, parte inseparável da História do país. Segundo a crença popular, a primeira das dinastias imperiais teve origem no feito heroico de um líder que conseguiu conter os danos causados por uma tempestade, há quatro mil anos. A urbanização desenfreada dos últimos anos no país tornou as cidades mais vulneráveis às inundações.

Em 2012, 79 pessoas morreram vítimas de enchentes em Pequim, o que levou o governo chinês a adotar o sistema de esponjas baseado no estudo de Yu. Era uma questão urgente, já que 60% das cidades chinesas sofrem inundações todo ano.

Segundo Yu, o método pode ser implementado em qualquer região do mundo, e é particularmente útil nas áreas com grande índice pluviométrico. Desde que foram adotadas como estratégia nacional na China, há dez anos, as cidades-esponja inspiraram projetos em mais de 200 municípios. A meta é que até 2030 o sistema absorva 70% das chuvas em épocas de eventos climáticos extremos, evitando alagamentos.

Mais de 50 mil pontos ainda permanecem sem energia elétrica no Rio Grande do Sul.

Mais de 50 mil pontos ainda permanecem sem energia elétrica no Rio Grande do Sul nesta quinta-feira (30) devido às enchentes no Estado.

Desse total, 14 mil localizam-se na área de concessão da CEEE – sendo 5 mil em Porto Alegre – e 36,5 mil na da RGE. A energia está desligada por motivo de segurança em razão dos alagamentos.

EBC



Falta de energia é provocada pelas inundações no Estado.

"Os esforços são grandes e reafirmamos nosso compromisso de restabelecer o fornecimento de energia para todos os nossos clientes o mais breve possível e, para isso, a CEEE realiza inspeções periódicas e recorrentes nas áreas afetadas para identificar e atuar no religamento de regiões onde seja possível, mediante a redução do nível da água, sempre preservando a segurança como fator fundamental de decisão", informou a concessionária.

Água

O abastecimento de água foi normalizado em todas as cidades atendidas pela Corsan. Em Porto Alegre, pode haver desabastecimento em pontos isolados em razão da diminuição da vazão em estações de água do Dmae motivada pela turbidez.

Trensurb volta a circular entre Canoas e Novo Hamburgo.

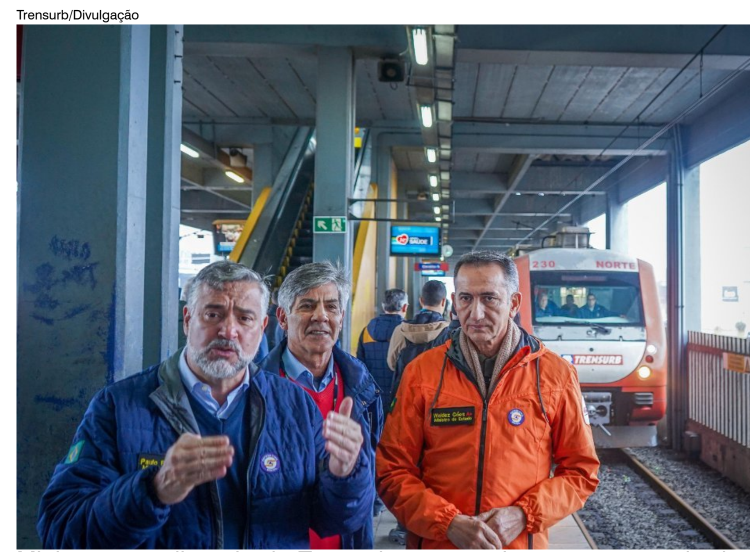
Com a presença dos ministros da Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do Rio Grande do Sul, Paulo Pimenta, e da Integração e Desenvolvimento Regional, Waldez Goés, foi realizada, na manhã dessa quinta-feira (30), a viagem inaugural da retomada da operação dos trens da Trensurb de forma emergencial.

Após a interrupção do serviço desde o início deste mês devido às inundações, os trens voltaram a circular diariamente entre as estações Mathias Velho, em Canoas, e Novo Hamburgo, das 8h às 18h, com intervalo de 35 minutos entre as viagens e sem a cobrança de passagem, já que os sistemas de bilhetagem da Trensurb seguem inoperantes.

"Esse percurso em funcionamento conta com 13 estações, que passam por cinco cidades e deve atender 30 mil pessoas por dia gratuitamente", disse Pimenta. "É mais um passo que damos para cumprir a determinação do presidente Lula de retomarmos a mobilidade para o povo gaúcho", prosseguiu o ministro.

"A Trensurb, mais uma vez, estará cumprindo seu papel social e abrindo o que estamos chamando de 'trilhos humanitários', aliviando a pressão no sistema de circulação e mobilidade da Região Metropolitana", afirmou o diretor-presidente da empresa, Fernando Marroni.

Trensurb/Divulgação



Ministros e a diretoria da Trensurb acompanharam a retomada das operações dos trens na Região Metropolitana de Porto Alegre.

Ainda não há uma data prevista para a reabertura das estações de Porto Alegre, destruídas pela enchente. Os passageiros que desembarcarem em Canoas e desejarem seguir viagem até a Capital podem utilizar um ônibus da Transcal. Também é possível pegar o coletivo no Terminal Conceição, no Centro de Porto Alegre, para realizar a rota inversa. A passagem custa R$ 6,85.

Administradora do estacionamento do aeroporto de Porto Alegre diz que não indenizará clientes que tiveram carros atingidos pela inundação.

A Estapar informou que não irá ressarcir os proprietários de veículos danificados pelas inundações que atingiram o aeroporto Salgado Filho, em Porto Alegre, e outros estacionamentos administrados pela empresa nas proximidades, como o do Hotel Deville Prime.

Em nota divulgada nesta semana, a Estapar "lamentou profundamente a situação", destacando que o evento climático foi de "magnitude sem precedentes e que seus efeitos não poderiam ser evitados ou impedidos".

Segundo informações divulgadas pela CNN, a rede de estacionamentos afirmou que a legislação vigente não atribui responsabilidade à empresa pelos danos sofridos nos veículos devido a desastres naturais. A Estapar ressaltou que sua equipe jurídica está atuando junto ao time de atendimento ao cliente para esclarecer as questões legais e os desdobramentos do incidente.

Maurício Tonetto/Secom



Aeroporto Salgado Filho e arredores foram inundados após a cheia do Guaíba.

A empresa também informou que não irá cobrar as tarifas de estacionamento dos veículos afetados pela cheia do Guaíba. A enchente iniciou no dia 3 de maio na Capital. Confira abaixo, na íntegra, a nota divulgada pela Estapar:

"A empresa lamenta profundamente a situação que acometeu o Rio Grande do Sul e as suas operações. Por se tratar de um evento de magnitude sem precedentes, cujos efeitos não eram possíveis de se evitar ou impedir, esclarece que não poderá atender aos pedidos de ressarcimento por danos sofridos nos veículos. Reforça que, de acordo com a legislação brasileira vigente, não existe responsabilidade da companhia para o ocorrido. Destaca ainda que sua equipe jurídica atua juntamente com o time de atendimento ao cliente a fim de esclarecer as questões legais que envolvem o assunto e seus desdobramentos. A empresa segue à disposição dos usuários pelo telefone 08000105560, assim como pelos demais canais de atendimento, presentes no link: `https://atendimento.estapar.com.br/hc/pt-br.`"

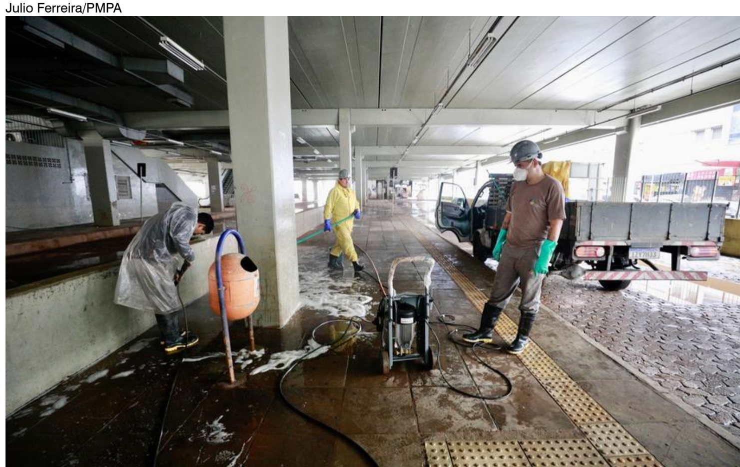
Terminais de ônibus começam a ser higienizados no Centro de Porto Alegre.

Após vistoria nos terminais de ônibus do Centro de Porto Alegre para verificar o impacto da enchente, a prefeitura iniciou nesta semana a operação de limpeza e reestruturação desses locais. A higienização começou pelo Terminal Rui Barbosa, no Centro Popular de Compras, o antigo camelódromo.

Os terminais Parobé, junto ao Mercado Público, e Uruguai, assim como abrigos e corredores de ônibus nas áreas inundadas, também serão limpos.

"Com a retomada da operação após liberação de trechos que estavam alagados, vamos dar condições para que a população de Porto Alegre possa fazer seus deslocamentos e colaborar para que possamos, juntos, trabalhar pela reconstrução da cidade. A regularidade da circulação do transporte público segue comprometida, pois ainda temos áreas sem circulação e muitos veículos de ajuda humanitária em nossas vias, por isso é importante consultar os alertas e a localização dos ônibus em tempo real no aplicativo Cittamobi para planejar os deslocamentos", disse o secretário municipal de Mobilidade Urbana, Adão de Castro Júnior.

Julio Ferreira/PMPA



A limpeza começou pelo Terminal Rui Barbosa.

A circulação dos ônibus do transporte público de Porto Alegre foi ampliada a partir de quarta-feira (29) com a liberação de mais trechos de ruas e avenidas que haviam sido inundadas durante a enchente histórica na cidade.

Número de acolhidos em abrigos em Porto Alegre reduz para 9,8 mil.

Depois de registrar o pico de ocupação em 13 de maio, com 14.632 pessoas atendidas, a Central de Abrigos da Prefeitura de Porto Alegre contabilizou 9.896 acolhidos na noite de quarta-feira (29).

O número representa uma queda de 32% no uso dos espaços mantidos pelo Executivo, com entidades parceiras e voluntários. A baixa ocorre ao mesmo tempo em que o pacote de soluções habitacionais para atingidos pela enchente, elaborado pelo prefeito Sebastião Melo, foi aprovado na Câmara Municipal.

Entre as seis propostas da prefeitura aprovadas pelo Legislativo está a ampliação do Estadia Solidária, benefício habitacional provisório criado pela atual gestão municipal, e que terá valor e número de parcelas reajustados.

Em breve, serão anunciados os detalhes de como as pessoas que estão deixando ou sairão de abrigos poderão acessar esse benefício e quais valores serão depositados. Outra ação prevista pelo município é a flexibilização do Bônus-Moradia e do Compra Compartilhada, soluções habitacionais definitivas para a compra de uma nova casa em local regular.

Divulgação



O número representa uma queda de 32% no uso dos espaços mantidos pelo Executivo, com entidades parceiras e voluntários.

Parcerias

Conforme o coordenador da Central de Abrigos da Prefeitura de Porto Alegre, Luiz Carlos Pinto da Silva Filho, que também é secretário municipal de Inovação, a queda na ocupação dos espaços provisórios de atendimento é um movimento natural, na medida em que a água está baixando na maior parte da cidade e o fornecimento de água está praticamente normalizado pelo Dmae (Departamento Municipal de Água e Esgotos).

"A tendência é de redução, a cada semana, mas é importante que haja a oferta para as pessoas que ainda estão em situação de vulnerabilidade. Seguiremos trabalhando para manter os atuais espaços necessários e, se houver demanda, cadastrar novos abrigos", diz Luiz Carlos Pinto.

Os primeiros três abrigos para a enchente, que começou no início do mês, foram montados pela prefeitura e passaram a operar ainda no dia 2 de maio. Cinco dias depois, em 7 de maio, cerca de 10 mil pessoas já ocupavam mais de 100 abrigos credenciados pela prefeitura, geridos com apoio de entidades parceiras e voluntários. Trata-se da maior mobilização de abrigos para desabrigados na história de Porto Alegre.

Prefeitura de Porto Alegre entrega donativos e faz atendimento emergencial na região das Ilhas.

Na manhã desta quinta-feira (30), a Defesa Civil de Porto Alegre forneceu alimentos, água potável e atendimento emergencial aos moradores do bairro Arquipélago. A ação, que contou com o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) e a Marinha do Brasil, teve como objetivo prestar auxílio após a enchente às famílias da região, que enfrentam dificuldades devido às recentes cheias do Guaíba.

A praça Salomão Pires, localizada na Ilha da Pintada, foi escolhida como ponto central de distribuição. Os moradores puderam se dirigir ao local para receber os donativos.

Além disso, uma embarcação partiu da praça para distribuir os suprimentos aos moradores da Ilha Mauá, garantindo que a ajuda chegasse a todos os pontos necessitados. Na Ilha Grande dos Marinheiros, foram utilizados dois carros lagarta anfíbio, da Marinha do Brasil, para a distribuição de donativos.

Durante a operação, foram entregues 188 cestas básicas, cada uma com itens essenciais para a alimentação, além de 1.880 litros de água em galões.

Para garantir o abastecimento de água potável, um caminhão pipa com capacidade de 10 mil litros, fornecido pelo Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae), também esteve presente e percorreu todas as Ilhas. O Samu prestou atendimentos emergenciais durante toda a ação.

Julio Ferreira/PMPA



Durante a operação foram entregues 188 cestas básicas.

Segundo a prefeitura, durante os próximos dias serão realizadas mais ações de atendimento, prestação de serviço e acolhimento na cidade.

Câmara de Vereadores de Porto Alegre aprova reajuste de benefício habitacional e outros cinco projetos da prefeitura.

A Câmara de Vereadores de Porto Alegre aprovou seis projetos da prefeitura relacionados ao enfrentamento da maior enchente da história da cidade. Dentre as propostas está o reajuste do benefício habitacional "Estadia Solidária". Após a redação final dos textos, o pacote será encaminhado para sanção do chefe do Executivo, Sebastião Melo.

Leonardo Lopes/CMPA



Propostas retornarão ao Executivo municipal para rubrica final.

Outra medida é a ampliação do programa "Recupera-POA", com novas facilidades para quitações de dívidas no âmbito da iniciativa de recuperação fiscal. Um terceiro projeto altera artigo da lei que autoriza o poder público municipal a contratar empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Também recebeu sinal verde a mudança de artigos do programa "Vou à Escola".

Já outro item do conjunto de projetos atualiza artigo da lei que autorizou a prefeitura a obter financiamento no Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento/Banco Mundial (Bird-BM). O mesmo poderá ser feito em relação a recursos da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD).

A Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (Procempa), por sua vez, está libera para solicitar linhas de crédito junto ao Badesul Agência de Fomento e ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), mediante garantia do Executivo. O limite é de R$ 45 milhões.

Punição para comerciantes oportunistas

Está em discussão na Câmara de Vereadores um projeto de lei que determina a aplicação de sanções administrativas a estabelecimentos comerciais que, durante situação de emergência ou estado de calamidade pública, promovam aumento de preços de itens básicos. O autor da proposta é Roberto Robaina (Psol).

A iniciativa propõe as seguintes sanções: multa de 5.000 Unidades Financeiras Municipais (UFMs), no caso de aumento de preços em até 25%; multa de 10.000 UFMs, por aumento entre 25% e 50%; multa de 20.000 UFMs e suspensão das atividades por um mês, no caso de aumento entre 50% e 100%; e multa de 40.000 UFMs e cassação do alvará de localização e funcionamento do estabelecimento, no caso de aumento superior a 100%. Atualmente, o valor da UFM é R$ 5,50.

"As penalidades estabelecidas nessa proposta têm acentuada e progressiva carga sancionatória porque o objetivo central da norma é o caráter preventivo das penalidades, ou seja, a criação de efetivo mecanismo de dissuasão da conduta", ressalta o parlamentar na exposição de motivos. "Somente em segundo plano vem o caráter repressivo: mais do que punir, a principal finalidade da medida é evitar tais práticas."

Ele acrescenta que as sanções não seriam aplicáveis a casos nos quais há razão econômica legítima para subida de preços, tais como reajuste promovido por fornecedores diretos ou devido a mudança de componentes do preço, como o frete da mercadoria. (Marcello Campos)

Comissão pode votar na próxima terça-feira a isenção de conta de luz para atingidos por enchentes no Rio Grande do Sul.

A CI (Comissão de Infraestrutura) pode votar na próxima terça-feira (4), a partir das 9h, um projeto que isenta da tarifa de energia elétrica os consumidores atingidos por enchentes e alagamentos, pelo prazo de três meses. A proposta pode dar um alívio aos gaúchos que têm sofrido com as enchentes no Estado.

EBC



Projeto isenta da tarifa de energia elétrica os consumidores atingidos por enchentes e alagamentos, pelo prazo de três meses.

Pela proposta, o benefício será limitado ao consumo mensal de até 200 quilowatt-hora (kWh/mês). Para efeito de comparação, uma geladeira de 360 litros (sem freezer) consome cerca de 30 kWh por mês. Assim, o consumo acima de 200 kWh não receberia nenhum desconto. As despesas decorrentes da isenção seriam custeadas pelo Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (Funcap).

O texto é um substitutivo do senador Chico Rodrigues (PSB-RR), que reuniu partes de três projetos que tramitam em conjunto: O PL 884/2020, do senador Weverton (PDT-MA), o PL 943/2020, do senador Marcos Rogério (DEM-RO), e o PL 709/2024, do senador Cleitinho (Republicanos-MG). Os dois primeiros foram apresentados no contexto da pandemia do Covid-19. O último foi apresentado cerca de um mês antes das enchentes tomarem o Rio Grande do Sul após temporais.

"Nossos irmãos gaúchos têm sofrido com os estragos provocados pelo volume de chuvas no estado do Rio Grande do Sul. Nesse cenário de calamidade, o Congresso Nacional não pode ficar inerte. É oportuna a deliberação dos projetos para reduzir minimamente o fardo das famílias gaúchas na retomada de suas vidas, por meio da isenção do pagamento da conta de energia elétrica daqueles atingidos por enchentes ou alagamentos", aponta o Chico Rodrigues.

Serviços aéreos

Na pauta, que conta com 14 itens, também está o PL 4.715/2023, que autoriza empresas estrangeiras a prestar serviços aéreos de transporte doméstico. Apresentado pelo senador Sérgio Petecão (PSD-AC), o projeto recebeu relatório favorável do senador Jaime Bagattoli (PL-RO). Pela regra atual, apenas empresas constituídas sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, podem operar voos domésticos.

Outro projeto na pauta busca proibir a exposição de crianças a tratamento vexatório ou constrangedor em veículo coletivo urbano, como fazê-las passar por baixo ou pular a catraca (PL 2.152/2019). A proposta insere essa norma no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Originário da Câmara dos Deputados, o projeto conta com parecer favorável da relatora na CI, senadora Teresa Leitão (PT-PE):

"A prática de pular ou passar por baixo de catracas, além de causar risco de acidente, configura um constrangimento e um tratamento vexatório a crianças e adolescentes, contrariando as diretrizes aplicáveis ao transporte e ao tratamento de nossos jovens. Embora esse costume esteja arraigado no uso do transporte público brasileiro, isso não é razão para sua perpetuação", apontou a parlamentar.

Avança em Porto Alegre o plano de utilização da energia solar pela prefeitura.

A prefeitura abriu processo de licitação de parceria público-privada destinada à implantação de usinas fotovoltaicas, denominação técnica conferida a equipamentos capazes de gerar energia elétrica a partir da radiação solar. Conforme edital disponível no Diário Oficial do município (prefeitura.poa.br/dopa), a iniciativa tem por finalidade reduzir despesas e atender às modernas exigências ambientais.

"Esta é mais uma ação para tornar Porto Alegre a capital da energia limpa", ressalta a prefeitura."Reduzir a emissão de dióxido-de-carbono e gerar economia aos cofres públicos são compromissos que já estão sendo atendidos a partir de projetos de transição energética em andamento na administração municipal".

Com a contratação de energia sustentável do mercado livre e instalação de unidades fotovoltaicas, a estimativa é que de ao menos 4,6 mil toneladas de gases poluentes deixem de ser emitidas pela capital gaúcha na atmosfera a cada ano. Já a redução de custos com energia elétrica é projetada em torno de R$ 15 milhões no mesmo intervalo.

Após a realização de consulta e audiência públicas para aprimoramento dos estudos entre novembro e dezembro de 2023, o edital passou pela análise do Tribunal de Contas do Estado (TCE). A futura contratação (na modalidade de concessão administrativa) tornará o parceiro privado responsável pela implantação, gestão, manutenção e operação do sistema pelos próximos 26 anos (até 2050).

O funcionamento terá por base a compensação de créditos para abater do consumo de energia dos prédios municipais. A previsão é de que sejam instalados 4,1 megawatts (MW) de potência total, suficientes para suprir a demanda energética de 441 instalações de baixa tensão em locais como postos de saúde, Mercado Público e outros imóveis da rede municipal.

"Além da economia financeira, com essas iniciativas Porto Alegre está se tornando cada vez mais uma cidade sustentável, utilizando energia limpa, reduzindo a emissão de carbono e protegendo o meio ambiente, ações cruciais diante das mudanças climáticas que a cidade está enfrentando", ressalta a titular da Secretaria Municipal de Parcerias (SMP), Ana Pellini.

Mercado livre

Os dois contratos vigentes nos âmbitos da prefeitura e do Departamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) para aquisição de energia elétrica de fonte renovável no Ambiente de Contratação Livre (ACL) já estão em andamento. A finalidade é suprir a demanda gerada por unidades de média tensão.

EBC



Licitação prevê usinas fotovoltaicas em parceria com a iniciativa privada.

Desde março, o consumo dos prédios municipais da administração centralizada já registra economia de R$ 34 mil na fatura de energia e redução de pegada de carbono de 8 toneladas, com 8% das unidades consumidoras (UC) migradas de energia elétrica para a modalidade limpa. A compra de energia sustentável no mercado livre chegará a 64 unidades consumidoras do município até outubro.

"Por possuírem fornecimento em média tensão, a legislação autoriza que o preço da energia dessas instalações seja negociado livremente com os fornecedores, permitindo uma concorrência e melhores preços quando comparados com os praticados pela distribuidora de energia", explica o engenheiro Alex Sander Zanoteli Martins, coordenador do projeto.

No Dmae, as adequações necessárias nas UC já estão sendo realizadas e o departamento registra economia de R$ 880 mil e na emissão de CO2, 264 toneladas. Além da economia aproximada de R$ 10 milhões em gastos com energia ao ano, a energia adquirida garantirá redução anual de aproximadamente 3.200 toneladas de dióxido-de-carbono dispensados na atmosfera.

Compõem o lote que foi arrematado em janeiro (por R$ 50 milhões) um total de 13 unidades consumidoras. Na lista constam as cinco estações de água com maior consumo de energia pelo órgão: as Estações de Tratamento de Água (ETA) Menino Deus e Belém Novo e as Estações de Bombeamento de Água Bruta (Ebab) Menino Deus, Moinhos de Vento e São João. (Marcello Campos)

Sem alternativas, população em situação de rua deve aumentar no Rio Grande do Sul.

Poucos dias antes das enchentes que devastaram o Rio Grande do Sul, uma outra tragédia já tinha se abatido sobre o Estado, mais especificamente em Porto Alegre. Um incêndio de grandes proporções na Pousada Garoa, no Centro da cidade, que abrigava pessoas em situação de vulnerabilidade social, a maioria em situação de rua, deixou dez mortos e pelo menos cinco feridos.

O incêndio da pousada acabou abrindo uma discussão sobre a condições oferecidas pelo poder público a essa população. A maioria dos hóspedes do local tinha sua estadia custeada por um programa de assistência social da prefeitura, e o caso está sob investigação das autoridades.

Depois desse episódio, que foi seguido pela catástrofe das inundações, o sistema de proteção social na capital ficou ainda mais prejudicado. Isso porque, das três unidades do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop) da Capital gaúcha, duas fecharam por conta da enchente, restando apenas uma em funcionamento. Dos três abrigos da Capital, apenas dois seguem funcionando. Com o incêndio na Garoa e as enchentes, as vagas em pousadas também estão mais reduzidas.

De acordo com o último censo feito pela prefeitura, havia cerca de 4,8 mil pessoas em situação de rua na capital, mas, diante do cenário atual do sistema de assistência social, deverá haver aumento dessa população na cidade.

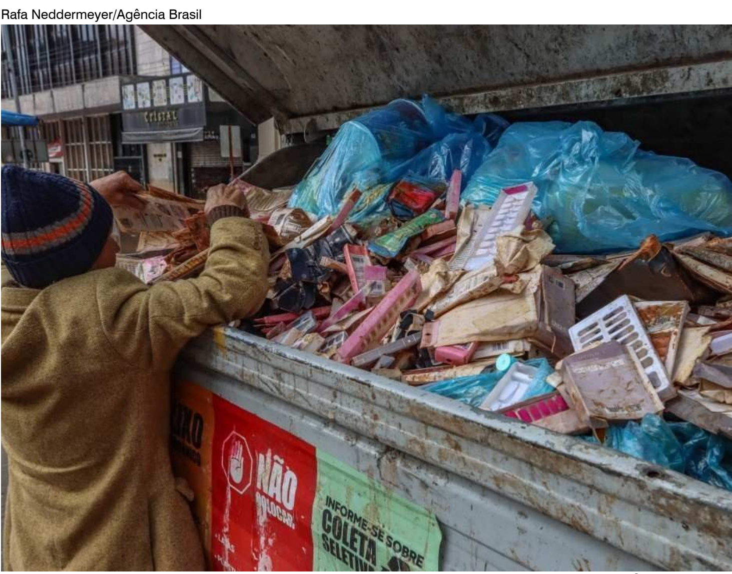
"Os viadutos da cidade estão lotados de pessoas em situação de rua. A prefeitura precisa organizar rapidamente os serviços para dar conta da proteção social das pessoas, tanto mais abrigos como um aumento da rede socioassistencial. O que a gente já tinha estava estrangulado, e agora, com essa enchente, fica mais inviável o atendimento a essa população", aponta Sibeli da Silva Diefenthaeler, assistente social da Fasc (Fundação de Assistência Social e Cidadania), o órgão que executa a política de assistência social no município, responsável pela oferta de serviços, programas e benefícios. A Fasc atua por meio de rede socioassistencial própria e com organizações parceiras.

Destino incerto

Há apenas três abrigos específicos emergenciais montados para a população em situação de rua na cidade, e um outro onde grande parte dos alojados tem esse perfil. A reportagem da Agência Brasil visitou dois desses locais.

No colégio estadual Júlio de Castilhos, o Julinho, no centro da capital gaúcha, dos cerca de 80 abrigados, 55 são pessoas em situação de rua. Um deles é Márcio José Jungbut dos Santos, 48 anos, que gosta de ser chamado carinhosamente de Marcinho. "Estava na rua, não tinha onde dormir, nem nada. Trabalhava de camelô, vendendo tênis, dormindo na praça ou debaixo da marquise, para não pegar chuva", relata. "Aqui no albergue, pelo menos tem onde ficar, onde comer", acrescenta.

Rafa Neddermeyer/Agência Brasil



Com abrigos sendo desmobilizados, destino das pessoas é incerto.

Mas a estadia de Marcinho no local não deve durar muito, porque a escola pretende a retomar as aulas na próxima semana. "Estou na expectativa de um auxílio desses prometidos pelo governo, para poder pagar uma pensão, comer e trabalhar", diz.

Quem vive situação parecida é a trabalhadora doméstica Icleia Machado, 55 anos. Ela e o marido saíram às pressas de uma pensão, no bairro Floresta, que ficou inundada. "Perdemos tudo. Estou esperando minha nova identidade para conseguir garantir uma vaga de emprego na limpeza urbana, de gari, para ganhar um salário mínimo", conta.

Ela também depende de um auxílio do governo para tentar recomeçar. "Estou esperando também o governo liberar os auxílios para dar um jeito, porque temos que ir embora daqui, o abrigo vai ser fechado. Não sei se vão botar a gente em algum lugar ou se vão atirar na rua e deixar ao deus-dará", protesta.

"Tem que entrar o auxílio do governo, porque estão acabando nossos dias. O colégio quer retomar as aulas. E a gente vai sair daqui para onde? Não tenho para onde ir. Eu estava num local, com minhas coisas, e acabei ficando sem nada", desabafa Carlos Henrique da Rosa. Militante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua, Rosa, que tem 45 anos, morava numa pensão que também foi inundada, no bairro Menino Deus, no centro-sul de Porto Alegre. Ele disse que a Defesa Civil chegou a alertar sobre a subida da água, mas não imaginou a extensão da enchente.

Grupo criminoso do Interior gaúcho é alvo de operação após ameaça de morte a juiz e promotor em tribunal.

Divulgação/MP-RS



Ofensiva foi deflagrada em Erechim e outras cinco cidades.

Após um juiz e um promotor serem ameaçados de morte por um réu em sessão plenária na cidade de Erechim (Norte gaúcho), a organização criminosa da qual ele faz parte se tornou alvo de uma operação do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) do Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS). O incidente foi registrado durante a leitura de sentença condenatória.

Foram cumpridos, nos últimos dias, oito mandados de prisão preventiva e quase 30 ordens judiciais de busca e apreensão em Erechim e nas cidades de Passo Fundo (na mesma área do Estado), Caxias do Sul (Serra), Charqueadas (Região Carbonífera), Porto Alegre e Alvorada (Região Metropolitana da Capital).

Ao todo, 19 indivíduos estão na mira da investigação. Eles são vinculados a uma organização envolvida em homicídios, roubos, tráfico de drogas, extorsão e intimidação a indivíduos e autoridades, dentre outros crimes.

”Agimos sempre com firmeza diante de qualquer atentado ou tentativa de intimidação de agentes públicos, incluindo magistrados e promotores de Justiça, seja em audiências, julgamentos ou outra atividade”, adverte o promotor André Dal Molin, coordenador do Gaeco.

Ameças

Responsável pela investigação e coordenador do 7° Núcleo Regional do Gaeco (Região Planalto), o promotor Diego Pessi relata que a apuração decorrente das ameaças de morte feitas pelo criminoso ao juiz e ao promotor, diante de várias testemunhas, resultou na identificação de quatro diferentes de atuação da organização. Cada qual é composto por diversos integrantes.

“A Operação teve por objetivo principal desmantelar uma organização criminosa armada e de alta periculosidade, responsável pelo planejamento e execução de diversos assassinatos nas regiões Planalto e Alto Uruguai. O episódio protagonizado no tribunal do júri deixou ainda mais evidente a audácia dos envolvidos no momento em que um de seus membros fez a grave ameaça”, ressalta Diego Pessi.

Além das ordens judiciais de prisão e apreensão contra os investigados, a Justiça deu sinal-verde para medidas cautelares como bloqueio de contas bancárias e sequestro de bens dos suspeitos. Os promotores Guilherme Martins, Cristiano Ledur, Maristela Schneider e Manoel Antunes também participaram da ofensiva, que ainda contou com o apoio da Brigada Militar (BM) e do Ministério Público de Santa Catarina (MP-SC). (Marcello Campos)



Mercado

TAXA DE CÂMBIO

Moedas	Compra	Venda
Dólar Comercial	5,208	5,21
Dólar Turismo	5,232	5,412
Peso Argentino	0,0058	0,0058
Euro		

Atualizado em: 30/05/2024 / Fechamento: 23h / Dados: Infomoney

SALÁRIO MÍNIMO

Nacional	Regional - Rio Grande do Sul	
R$ 1.412,00	Menor faixa: R$ 1.573,89	Maior faixa: R$ 1.994,56

Dados:Gov RS

INVESTIMENTOS

Bolsa de Valores	Pontuação	Variação
Ibovespa	122.707pts	-0.86%

Atualizado em 30/05/2024 Fechamento: 18h / Dados: Infomoney

Valor Taxa Selic 2024	10,75%

Variação Semestral Atualizada em 30/05/2024 / Dados: Banco Central do Brasil

INDICADORES DA INFLAÇÃO

MÊS	IPCA	IGP-M	INPC
MAI/2023	0,23	-1,84	0,36
JUN/2023	-0,08	-1,93	-0,10
JUL/2023	0,12	-0,72	-0,09
AGO/2023	0,23	-0,14	0,20
SET/2023	0,26	0,37	0,11
OUT/2023	0,24	0,50	0,12
NOV/2023	0,28	0,59	0,10
DEZ/2023	0,56	0,74	0,55
JAN/2024	0,42	0,07	0,57
FEV/2024	0,83	-0,52	0,81
MAR/2024	0,16	-0,47	0,19
ABR/2024	0,38	0,31	0,37
EM 2024	1,80	-0,61	1,95
12 MESES	3,69	-3,04	3,23

Dados: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. FGV – Fundação Getulio Vargas.

COTAÇÕES - AGRONEGÓCIO

Pecuária	Unidade	30/05 (SEMANA ATUAL)	23/05 (SEMANA ANTERIOR)	30/04 (MÊS ANTERIOR)
Boi	1kg vivo	R$ 8.65	R$ 8.05	R$ 8.00
Vaca	1kg vivo	R$ 7.70	R$ 7.60	R$ 7.35
Suíno	1kg vivo	R$ 6,20	R$ 6,27	R$ 5,77
Cordeiro	1kg vivo	R$ 9,17	R$ 9,17	R$ 8,08
Agricultura	**Unidade**	**30/05** (SEMANA ATUAL)	**23/05** (SEMANA ANTERIOR)	**30/04** (MÊS ANTERIOR)
Soja	60kg	R$ 133,36	R$ 134,19	R$ 124,46
Arroz	50kg	R$ 120,29	R$ 122,02	R$ 105,98
Feijão	60kg	R$ 180,00	R$ 180,00	R$ 200,00
Milho	60kg	R$ 59,29	R$ 59,36	R$ 58,11
Trigo	1Ton	R$ 1.351,20	R$ 1.321,14	R$ 1.218,14

Atualizado em: 30/05/2024 / Dados: Canal Rural | CEPEA | Scot Consultoria | Portal Brasil.

"Quanto mais a economia brasileira crescer, mais rápido será o tratamento com o Rio Grande do Sul", diz Lula.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva mencionou dados de abril do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) sobre a geração de 240 mil empregos, número 32% maior do que abril do ano passado, e 911 mil empregos nos quatro primeiros meses do ano. "Quanto mais a economia crescer, mais rápido será o tratamento com o Rio Grande do Sul."

Reprodução



Nesta semana, Lula anunciou uma nova leva de medidas para reconstrução do Rio Grande do Sul.

Na ocasião, Lula fez uma nova cobrança ao presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, para reduzir a taxa de juros e "colaborar" com as medidas anunciadas pelo governo ao Rio Grande do Sul.

"Espero que o presidente do Banco Central veja a nossa disposição de reduzir a taxa de juros e, quem sabe, colabore conosco, reduzindo a taxa Selic, para a gente poder emprestar a taxas de juros ainda mais baratas, a spreads mais baratos", afirmou.

Lula afirmou ainda que "a economia vai crescer" e que "vai quebrar a cara" quem acreditar no contrário. "Sou teimoso em dizer que quem duvidar que a economia brasileira vai crescer vai quebrar a cara no final do ano."

Novas medidas

Na última quarta-feira (29), o presidente anunciou uma nova leva de medidas para reconstrução do Rio Grande do Sul. O Estado lida há um mês com os efeitos de fortes chuvas e cheias, que deixaram 169 mortos, além de mais de 600 mil desabrigados.

Lula discutiu nas últimas semanas com sua equipe econômica medidas de socorro à indústria e ao setor agropecuário, que tiveram a produção e logística prejudicadas pela catástrofe ambiental.

A Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) pediu ao governo federal um pacote de cerca de R$ 100 bilhões, entre linhas de crédito, alívio de impostos e flexibilizações trabalhistas nos moldes das adotadas na pandemia.

O governo também debateu internamente planos para prevenções de desastres naturais. Lula, que esteve três vezes no Rio Grande do Sul, tem repetido que não faltarão recursos para apoiar a retomada do Estado.

A calamidade no Rio Grande do Sul, reconhecia pelo Congresso Nacional, permite que o dinheiro aplicado na reconstrução fique de fora dos limites fiscais.

A tragédia sem precedentes no Rio Grande do Sul fez o governo adotar uma série de medidas para dar suporte às pessoas que perderam bens e ao setor produtivo gaúcho:

- criação do auxílio reconstrução - PIX de R$ 5,1 pago a famílias que perderam bens;
- promessa de compra de residências para famílias que perderam moradias (MCMV faixas 1 e 2);
- anúncio de R$ 50,9 bilhões em linhas de créditos e antecipação de benefícios;
- decreto de calamidade no estado, aprovado pelo Congresso Nacional

liberação de recursos emergenciais para atender as vítimas.

O presidente Lula também criou um ministério para dar apoio à reconstrução do Estado, comandado pelo deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS), que estava à frente da Secretaria de Comunicação Social da Presidência (Secom).

Bancos veem impacto de chuvas no RS sobre o PIB do Brasil no segundo trimestre.

O impacto negativo das enchentes no Rio Grande do Sul sobre a atividade econômica deve aparecer principalmente nos dados do segundo trimestre. Os esforços para a recuperação, porém, podem gerar uma "compensação parcial" no PIB do trimestre seguinte, avaliam economistas consultados pelo Projeções Broadcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado).

Agência Brasil



Esforços para a recuperação, porém, podem gerar uma "compensação parcial" no PIB do trimestre seguinte.

Diante dessa premissa, o Santander Brasil reduziu a projeção para o PIB do segundo trimestre, de crescimento de 0,3% para 0,1%, e aumentou a estimativa para o do terceiro trimestre, de 0,5% para 0,6%. O economista Gabriel Couto afirma que, se o impacto negativo for maior, a recuperação tende também a aumentar.

Couto pondera que a duração do efeito deve variar entre os setores. "Há aqueles em que tende a ser mais rápido, como alguns segmentos dentro de serviços", exemplifica. "O impacto mais duradouro que vemos é sobre a indústria. A perda de capacidade produtiva e a destruição do capital fixo podem comprometer o setor por um pouco mais de tempo no Estado."

O banco recentemente elevou a projeção para o PIB de 2024, de crescimento de 1,8% para 2,0%. O aumento foi motivado pelas consequências do cenário mais aquecido do mercado de trabalho, mas foi parcialmente compensado pelo efeito de baixa estimado com as consequências da situação no Rio Grande do Sul.

A XP também reduziu a estimativa para o PIB do segundo trimestre, de alta de 0,5% para 0,1%. "Vemos a indústria e os serviços do Estado como os setores mais impactados, mas é claro que o agro tende a sofrer também", disse o economista Rodolfo Margato.

Ele salienta que o efeito de baixa sobre a atividade econômica deve ser concentrado no segundo trimestre, com compensação parcial esperada para a segunda metade do ano, principalmente no terceiro trimestre.

A XP mantém, por enquanto, projeção de crescimento de 2,2% para o PIB de 2024, mas adicionou viés de baixa à estimativa. Margato calcula que o impacto líquido negativo da situação no Rio Grande do Sul pode ficar entre 0,2 ponto porcentual e 0,3 ponto do PIB.

O Banco MUFG Brasil, por sua vez, ainda não revisou a projeção para o PIB do segundo trimestre, mas seu economista-chefe, Carlos Pedroso, considera que a tendência é diminuir a estimativa de crescimento de 0,6%. Ele corrobora a expectativa de que parte desse impacto negativo deve ser compensado no trimestre seguinte, com investimentos e esforços para reconstrução do Estado.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

"Um rastro de destruição sem precedentes": empresários gaúchos relatam falta de caixa, perda de produtos e prejuízos milionários.

Os empresários gaúchos já começaram a contabilizar os prejuízos, em meio ao cenário de devastação deixado pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

Com instalações e maquinário destruídos, e a perda de todos os produtos e matérias-primas, a maior parte do setor produtivo do estado ainda tenta avaliar quais serão os próximos passos.

De um lado, a falta de caixa e o difícil acesso ao crédito com taxas atrativas tem impedido a projeção de retomada daqueles que terão que reconstruir suas fábricas. A situação é ainda pior nos casos de empresas que já estavam endividadas antes dos prejuízos.

De outro, os aluguéis em disparada nas regiões mais elevadas do estado e a dificuldade em achar interessados nos terrenos que foram atingidos pelas enchentes, também podem minar as oportunidades de recomeçar do zero em outro lugar.

Empresários gaúchos — que passaram não só por essa, mas também por duas enchentes recentes que afetaram o estado no último ano — dizem que parte das reservas financeiras que possuíam foi queimada nas outras cheias, e, agora, precisa se reinventar para voltar a caminhar com as próprias pernas.

Rastro

Não foi a primeira enchente que o empresário Fabio Scheibel, de 41 anos, enfrentou. Dono de um hortigranjeiro na cidade de Cruzeiro do Sul, ele viu suas terras serem inundadas pelas águas do Rio Taquari outras duas vezes. Ambas no ano passado, uma em setembro e outra em novembro.

Em setembro, o Rio Grande do Sul havia sido atingido por um ciclone extratropical que inundou cidades e deixou mortos. Fabio conta que os estragos foram mais controlados, já que apenas a área em que mantinha suas plantações tinha sido afetada.

“Agora, a gente só saiu com a roupa do corpo. A água baixou, mas deixou um rastro de destruição sem precedentes. É coisa de se ver em filme. A gente nunca acha que vai passar por uma coisa dessas”, disse o empresário.

Ele, que morava no mesmo terreno em que mantinha o hortigranjeiro, conta que a propriedade foi completamente atingida. Na área de plantio, antes coberta por folhas verdes da plantação, só resta lama. Os veículos, tanto os de passeio quanto os utilizados para colheita, ficaram embaixo da água e foram perdidos, assim como a maior parte de seus bens materiais.

“Nem se vê mais o que estava plantado lá. A correnteza tirou todo o solo, deixando apenas areia em outras partes do terreno. A infraestrutura que tínhamos, os tratores, o galpão... foi tudo embora. Só sobrou duas residências, uma dos meus pais e outra que eu ainda estava construindo”, contou Fabio.

O empresário conta que apesar de sempre ter tentado deixar um colchão financeiro de emergência, voltado para imprevistos, precisou queimar toda a sua reserva nas duas primeiras cheias no estado, usando os recursos para refazer o plantio que havia sido perdido.

“Agora ficou complicado, não temos mais caixa nenhum. Mais do que nunca o governo vai ter que mostrar a que veio, porque se não tivermos algum tipo de incentivo ou opções de financiamento, vai ser bem difícil pensar em um horizonte”, afirmou o empresário.

Fabio diz que ainda não conseguiu colocar todas as perdas na ponta do lápis, mas estima que o prejuízo total ultrapasse R$ 1 milhão, considerando a plantação, a estrutura e os bens materiais perdidos.

Reprodução



Setor privado ainda enfrenta aluguéis em disparada nas regiões mais elevadas do RS e cita temor de ”êxodo” e de falta de mão de obra.

No momento, ele está com sua esposa e sua filha de quatro anos na casa de amigos. Já houve um consenso na família de que não voltarão a morar no antigo terreno, tanto pelo perigo das enchentes quanto pelas memórias deixadas nas últimas semanas.

“Parecia um cenário de guerra. Demorou três dias até sermos resgatados, tivemos que subir no telhado para o helicóptero ajudar a gente. Não queremos ficar mais lá, mas a terra, a lavoura, não tenho como vender agora. Quem vai querer comprar uma área em que a enchente chega tão facilmente?”, questiona o empresário.

A empresária Regina Mallmann, de 57 anos, também vai precisar de ajuda para recomeçar. Ela é dona de uma fábrica de brinquedos junto com seu marido, Alberto Mallmann, de 58, situada em Estrela.

O maquinário de produção ficou inutilizado após a enchente deste mês, e a empresa perdeu todos os seus produtos e matérias-primas.

“A nossa empresa ficava em dois prédios. Aquele em que fabricávamos os brinquedos foi totalmente tomado pela água, e as máquinas ficaram todas dentro da lama. No outro, que era um depósito, a força da água arrebentou a parede e carregou toda a nossa mercadoria. Fixamos a zero”, conta a empresária.

Regina também vivenciou as enchentes do ano passado, e diz que só conseguiu se reerguer porque negociou um prazo maior de pagamento com fornecedores e conseguiu vender o restante das mercadorias que ainda possuía nas festas de fim de ano.

Agora, o rombo no orçamento é bem maior. Segundo a empresária, se antes o prejuízo havia sido por volta dos R$ 500 mil, hoje as perdas já somam mais de R$ 1 milhão.

“Estamos esperando algum recurso do governo federal ou algum crédito melhor, porque os juros dos financiamentos estão inviáveis, e até agora não conseguimos fazer nada. Tivemos até que demitir alguns funcionários porque teremos que começar pequenos de novo”, afirma.

A empresária conta, ainda, que também pensa em mudar para um local mais elevado, longe das encostas do rio Taquari.

Governo quer vender arroz importado a R$ 4 o quilo.

O leilão público para compra de arroz importado vai acontecer no dia 6 de junho, às 9h. Nesta data, o governo federal pretende adquirir 300 mil toneladas de arroz. O edital do leilão foi publicado na quarta-feira (29).

O preço será tabelado e o pacote terá o rótulo do governo. O quilo será vendido por R$ 4 e o arroz deve chegar ao consumidor até setembro. O governo vai importar o "Arroz Beneficiado, Polido, Longo fino, Tipo 1", o mesmo produzido pelo Brasil.

As informações foram confirmadas pelo presidente da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Edegar Pretto. O Rio Grande do Sul é responsável por 70% da produção nacional deste grão.

"Temos uma grande procura por informações, tanto do Mercosul, como de outros países", disse Pretto, em coletiva de imprensa nesta quarta.

"O governo tomou a decisão da retirada da TEC para que outros países possam também entrar nesse leilão de igual para igual com os países do Mercosul, que já têm tarifa zero", disse Pretto.

Reprodução



O Rio Grande do Sul é o maior produtor do grão no País, responsável por cerca de 70% do plantio nacional.

O presidente da Conab reforçou que a decisão do governo de importar o grão tem o objetivo de garantir preços mais em conta ao consumidor. "Vocês sabem que, nos últimos dias, especialmente nos últimos 30 dias, nós tivemos um aumento entre 30% e 40% no preço do arroz".

Segundo ele, após as enchentes no Rio Grande do Sul, os preços do arroz começaram a subir no Brasil e, depois, no Mercosul, como disse o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro.

"Nós não queremos que essa compra importada venha a competir com a nossa produção nacional. Nós estamos comprando as primeiras 300 mil toneladas e vamos avaliar conforme será o comportamento do mercado. Se nós percebemos que essa medida já equilibrou os preços, o governo vai avaliar se haverá necessidade ou não de fazer um novo leilão", disse Pretto.

Questionado sobre por que o governo decidiu vender o arroz por, no máximo, R$ 4 o quilo, o diretor-Executivo de Política Agrícola e Informações da Conab Silvio Porto disse que o produto tem sido um dos componentes que tem contribuído para elevar a inflação de alimentos.

Ao longo deste mês, o governo federal liberou R$ 7,2 bilhões para a compra de até 1 milhão de toneladas de arroz importado. Segundo o presidente da Conab, essa deve ser a quantidade de arroz que foi perdida nas enchentes do Rio Grande do Sul, somando as perdas no campo e o grão que está em armazéns.

Antes da tragédia, a previsão da Conab era de que o Estado colhesse, no total, 7,4 milhões de toneladas de arroz. A estatal deve publicar uma nova estimativa no próximo dia 13.

Segundo dados do Instituto Riograndense do Arroz (Irga), o Rio Grande do Sul já colheu 90% da sua área plantada, um total de 6,8 milhões de toneladas de arroz. O instituto prevê que, ao fim da safra, o RS deve colher 7,1 milhões de toneladas.

"O número é bem próximo ao registrado na safra anterior, de 7,239 milhões de toneladas – o que comprova que o arroz gaúcho é suficiente para abastecer o mercado brasileiro, sendo desnecessária a importação do grão", disse o Irga, em nota, na semana passada.

Com dívidas judiciais, déficit público vai a 2,23% do PIB em 12 meses.

O governo central registrou em abril déficit primário acumulado em 12 meses de R$ 253,4 bilhões, o equivalente a 2,23% do Produto Interno Bruto (PIB). Os números, divulgados ontem pelo Ministério da Fazenda, levam em conta Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central (BC), excluindo despesas com a dívida pública.

José Cruz/Agência Brasil



O governo central registrou em abril déficit primário acumulado em 12 meses de R$ 253,4 bilhões.

Em entrevista coletiva concedida para detalhar os números, o secretário do Tesouro Nacional, Rogério Ceron, destacou que, na conta do resultado primário acumulado, entram fatores que inflaram o déficit e que desaparecerão ao longo do tempo. Um deles são os precatórios pagos no ano passado, que não tinham sido quitados em anos anteriores. Outro foi a antecipação do pagamento de precatórios e do 13º salário da Previdência Social referentes a este ano. Somente essa antecipação, de acordo com Ceron, foi responsável por elevar as despesas da União em R$ 38 bilhões nos quatro primeiros meses de 2024, em relação ao mesmo período de 2023.

"Estamos buscando no médio prazo uma reversão do processo de degradação fiscal", disse.

A meta de resultado primário para 2023 é de déficit zero, com intervalo de 0,25 ponto percentual do PIB, aproximadamente R$ 29 bilhões, para cima ou para baixo. O governo federal projeta atualmente resultado negativo de R$ 14,5 bilhões.

Na entrevista, o secretário também afirmou que, se for necessário, a União poderá implantar novas medidas para colocar os gastos previdenciários em uma "dinâmica sustentável" – além da revisão de despesas que já vem sendo realizada.

"A dinâmica do regime previdenciário merece atenção", disse, destacando o "crescimento relevante" dos gastos com benefícios previdenciários e Benefício de Prestação Continuada (BPC). Entre abril do ano passado e o mesmo mês deste ano, o déficit acumulado em 12 meses do Regime Geral de Previdência Social passou de R$ 278,5 bilhões para R$ 327,3 bilhões, em valores já corrigidos pela inflação.

Já a arrecadação com concessões e participações vem passando por uma queda que, embora seja "bem consistente", é também "fruto de decisão consciente do governo" de priorizar modicidade tarifária no lugar de valores elevados de outorgas, segundo Ceron. Na comparação com o primeiro quadrimestre do ano passado, o recuo foi de 62,3%, para R$ 1,5 bilhão.

Em abril especificamente, o governo central registrou superávit primário de R$ 11,1 bilhões, contra resultado positivo de R$ 15,6 bilhões no mesmo período de 2023. O superávit do mês passado foi fruto principalmente de resultado positivo de R$ 41,5 bilhões do Tesouro e déficit de R$ 30,2 bilhões da Previdência Social.

Em relatório, o economista Fábio Serrano, do BTG Pactual, afirma que o cumprimento da meta de resultado primário deste ano "segue um cenário possível, ainda que não o mais provável".

Excluindo os gastos para combater as enchentes do Rio Grande do Sul, que não entram no cálculo da meta, o BTG calcula déficit de R$ 56 bilhões para 2024, "que poderá ser reduzido" para R$ 50 bilhões "caso a Petrobras pague a parcela dos dividendos extraordinários que ainda não foi distribuída".

Desemprego de 7,5% é o menor em 10 anos para abril, diz o IBGE.

Duas pesquisas que medem o mercado de trabalho no Brasil – a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), do IBGE, e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho – trouxeram números positivos, confirmando que o mercado está aquecido, com criação de vagas, aumento de salário médio, de massa salarial e queda do desemprego.

No entanto, especialistas alertam que, ao mesmo tempo em que o desemprego cai e a circulação de dinheiro aumenta na economia, há pressão sobre a inflação, o que pode dificultar o corte da taxa básica de juros (Selic), pelo Banco Central (BC), atualmente em 10,50%.

A taxa de desemprego no País caiu de 7,9% no trimestre móvel encerrado em março para 7,5% no trimestre encerrado em abril, segundo dados da Pnad Contínua. O resultado – o mais baixo para este período do ano desde 2014 – surpreendeu até as previsões mais otimistas de analistas do mercado financeiro, que estimavam uma taxa de desemprego mais elevada, entre 7,6% e 8,2%, com mediana de 7,7%.

Os números do Caged também vieram acima das expectativas. Após a criação de 244.716 vagas em março (dado revisado), o mercado de trabalho formal registrou um saldo positivo de 240.033 vagas em abril, informou o órgão.

O resultado do quarto mês de 2024 decorreu de 2.260.439 admissões e 2.020.406 demissões. Em abril de 2023, houve abertura de 181.761 vagas com carteira assinada, na série ajustada. O dado de abril deste ano é o melhor resultado para o mês na série histórica do Novo Caged, iniciada em 2020.

O mercado financeiro esperava um avanço no emprego no mês, e o resultado veio no teto das estimativas de analistas. A mediana indicava a abertura de 210 mil postos de trabalho, e o intervalo das estimativas, todas positivas, variavam de 180 mil a 240 mil vagas.

No acumulado dos quatro primeiros meses de 2024, o saldo do Caged é positivo em 958.425 vagas. No mesmo período do ano passado, houve criação líquida de 718.576 postos formais. Ao mesmo tempo, a população desocupada recuou em 78 mil pessoas em um trimestre, para 8,213 milhões de desempregados. Em um ano, 882 mil pessoas deixaram o desemprego.

"Passado o aumento sazonal do desemprego no primeiro trimestre, observamos uma retomada do movimento de queda da taxa de desemprego, sinal da solidez do mercado de trabalho como um dos principais vetores para a expansão da demanda este ano", observou, em nota, o economista Rafael Perez, da casa de análises de investimentos Suno Research.

"O crescimento mais forte da atividade neste começo do ano está bastante relacionado com o baixo desemprego e alta dos salários, o que tem se refletido numa expansão mais forte da economia", completou Perez, prevendo uma acomodação na taxa de desemprego nos atuais patamares para o restante de 2024.

Pressão sobre inflação

"Com a taxa de desemprego em patamar historicamente baixo, os empregadores devem reajustar os salários acima dos ganhos de produtividade e repassar o aumento de custo aos preços finais. Por isso, o mercado de trabalho deve continuar pressionando a inflação de serviços, setor mais intensivo em mão de obra", disse a economista Claudia Moreno, do C6 Bank, em comentário.

Agência Brasília



A melhora no emprego em abril foi impulsionada pela expansão do trabalho formal.

Para o economista da MAG Investimentos Felipe Rodrigo de Oliveira, os números positivos do mercado de trabalho devem reforçar a postura cautelosa por parte do Banco Central, que em sua avaliação não deve realizar mais cortes na Selic em 2024, com o juro básico encerrando o ano em 10,50%.

Oliveira afirmou que a divulgação do IBGE "coloca ceticismo" sobre a desaceleração da inflação dos serviços, que é um ponto de preocupação que o BC tem demonstrado em suas últimas comunicações. "O BC tem buscado atacar a inflação de serviços, que responde muito ao desempenho do mercado de trabalho, que está em nível historicamente baixo."

De acordo com o economista da Terra Investimentos Homero Guizzo, "se o mercado de trabalho continuar "apertado" (com falta de mão de obra) como está, esse alívio em serviços não deve se sustentar", disse. "Isso será uma dor de cabeça para a condução do Banco Central, cedo ou tarde."

O Bradesco deve aumentar sua projeção de criação de empregos formais no Brasil em 2024, hoje de pouco menos de 2 milhões de novas vagas. "O resultado do Caged referente a abril reforça a mensagem de um mercado de trabalho aquecido, assim como observado na Pnad", dizem os economistas do banco, em relatório. "Nossa projeção, de criação de pouco menos de 2 milhões de empregos formais no ano, tende a ser revisada para cima."

Emprego formal

A melhora no emprego em abril foi impulsionada pela expansão do trabalho formal, ao passo que o contingente de pessoas atuando na informalidade diminuiu. Houve geração de 239 mil vagas com carteira assinada no setor privado em um trimestre, levando o total de pessoas trabalhando nessas condições a um recorde de 38,188 milhões. Em um ano, 1,382 milhão de vagas com carteira assinada foram criadas no setor privado.

Ainda segundo o IBGE, a população trabalhando sem carteira assinada no setor privado totalizou 13,538 milhões, 95 mil a mais do que no trimestre anterior. Em relação ao trimestre até abril de 2023, foram abertas 813 mil vagas sem carteira no setor privado.

Com juros mais altos nos Estados Unidos, dólar sobe 1,06% e vai a R$ 5,20.

Freepik


O dólar voltou a mostrar força em todo o mundo na última quarta-feira (29).

O dólar voltou a mostrar força em todo o mundo na última quarta-feira (29), impulsionado pela alta dos juros dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos (os Treasuries Bonds). No Brasil, a moeda subiu 1,06% e encerrou o dia cotada a R$ 5,2084, o maior valor de fechamento desde 18 de abril, quando chegou a R$ 5,25. As incertezas sobre o comprometimento fiscal do governo e os recentes arranhões na credibilidade da política monetária também ajudaram na valorização do dólar no mercado local.

"Temos de ver os números menos fortes da economia americana para o dólar cair. De qualquer forma, toda a incerteza interna também limita a queda. O piso agora (para o dólar) é R$ 5,10 ou, sendo otimista, R$ 5,07", disse Marcos Weigt, chefe de Tesouraria do Travelex Bank.

Dados de geração de emprego e inflação ao consumidor mais fracos no início do mês chegaram a alimentar a possibilidade de que haveria mais espaço para cortes de juros nos EUA neste ano, lembra Diego Costa, da B&T Câmbio. "Mas o tom (mais duro quanto à necessidade de conter a inflação) dos dirigentes do Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) jogou um balde de água fria nos mercados", lembra Costa.

Bolsa em queda

A persistência do cenário de juros altos nos Estados Unidos e dados do mercado de trabalho ainda fortes no Brasil – sinalizando juros maiores também aqui –, ajudaram a derrubar ainda mais a Bolsa de Valores brasileira (a B3), que na quarta-feira completou oito pregões seguidos de queda. No penúltimo dia de negócios de maio, o Ibovespa, principal índice da Bolsa local, recuou 0,87%, para 122.707 pontos. Na semana até quarta-feira, o índice acumulava perda de 1,29%, depois de 3% de perdas na semana passada.

"Prevaleceu a aversão a risco no exterior, o que se refletiu nos ativos domésticos", avaliou Rodrigo Ashikawa, economista da Principal Claritas. "O pano de fundo global continua a dar o tom para os negócios locais, que permanecem, assim, nesse padrão negativo."

Os principais índices das Bolsas de Nova York também fecharam em queda na quarta-feira: de 0,58%, na Nasdaq, e de 1,06%, o Dow Jones. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

O fim da isenção nas importações de até 50 dólares, a chamada "taxa das blusinhas", aprovado na Câmara dos Deputados, pode afetar R$ 1 bilhão em compras mensais.

O fim da isenção de importações de até US$ 50, a chamado "taxa das blusinhas", aprovado na Câmara dos Deputados na última terça (28), pode afetar R$ 1 bilhão em compras mensais, segundo cálculos feitos pelo jornal O Globo com base no relatório bimestral do programa Remessa Conforme. A Câmara aprovou a tributação de 20% do Imposto de Importação, além dos 17% que já são cobrados de ICMS. A expectativa era que o texto fosse apreciado pelo Senado na quarta (29), mas a votação foi adiada para a semana que vem.

O Imposto de Importação está zerado, desde agosto, para remessas de até US$ 50 de empresas que fazem parte do Remessa Conforme. As compras de importados acima desse valor são tributadas pelo governo federal em 60%. Nos Estados, há cobrança de 17% de ICMS nas compras internacionais de qualquer valor.

A votação do tema no Senado foi adiada porque os parlamentares reclamaram da falta de tempo para avaliar as mudanças de última hora feitas pelos deputados. O presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que quer dar prioridade à tramitação do projeto na próxima semana:

"Vamos ver a questão das compras online que foi incluída no projeto (do Mover, do setor automotivo) e vamos fazer uma ponderação se é possível levar direto ao plenário do Senado, permitindo que todos os senadores e senadoras tenham tido tempo de se debruçar sobre o projeto. E vamos ver se nessa semana próxima a gente consegue ter como prioridade essa pauta."

Toda a discussão sobre compras online foi incluída no projeto do Mover, de incentivo ao setor automotivo, mesmo sem relação direta com o escopo do projeto.

O tema da taxação de importados até US$ 50 dividiu até mesmo a bancada do governo. A isenção era defendida por deputados petistas, mas parlamentares mais próximos do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliaram que a tributação era necessária não apenas para igualar o tratamento a sites estrangeiros e ao varejo nacional, mas como instrumento de arrecadação.

Os varejistas brasileiros vinham pressionando pela adoção do imposto, alegando concorrência desequilibrada no mercado. Entre as plataformas, Shein e AliExpress afirmam que a taxa real de imposto sobre os seus produtos deverá aumentar de cerca de 20% para mais de 40%. A Shopee foi a única a avaliar positivamente a medida, dizendo que o texto traz equidade e fortalece o empreendedorismo brasileiro.

O AliExpress calcula que o consumidor deverá pagar 44% de imposto sobre produtos importados (incluindo ICMS, que já era cobrado). A Shein estima um percentual de 44,5%, contra 20,82% de alíquota real no modelo anterior. Um vestido que um consumidor comprava no site por R$ 81,99 (com ICMS de 17% incluso) agora custará mais de R$ 98, segundo a empresa.

"A Shein reafirma seu compromisso com o consumidor e reforça que continuará dialogando e trabalhando com o governo e demais stakeholders para encontrar formas que possibilitem o acesso da população, especialmente das classes C, D e E, cerca de 88% dos nossos consumidores", disse a empresa.

Em nota, o AliExpress disse que a medida desestimula o investimento internacional no País, que se torna um dos que mais tributam itens internacionais no mundo. Além disso, disse que o imposto prejudica os consumidores, principalmente os de menor renda.

"A mudança, por outro lado, não altera a isenção para viagens internacionais, que permite que quem viaje para fora do País compre diversos produtos isentos de qualquer imposto no valor total de R$ 5 mil a cada 30 dias, aumentando ainda mais a desigualdade social", comentou.

A Shopee, por outro lado, apoiou a medida: "Queremos desenvolver cada vez mais o empreendedorismo brasileiro e o ecossistema de e-commerce no País e acreditamos que a iniciativa trará benefícios ao mercado".

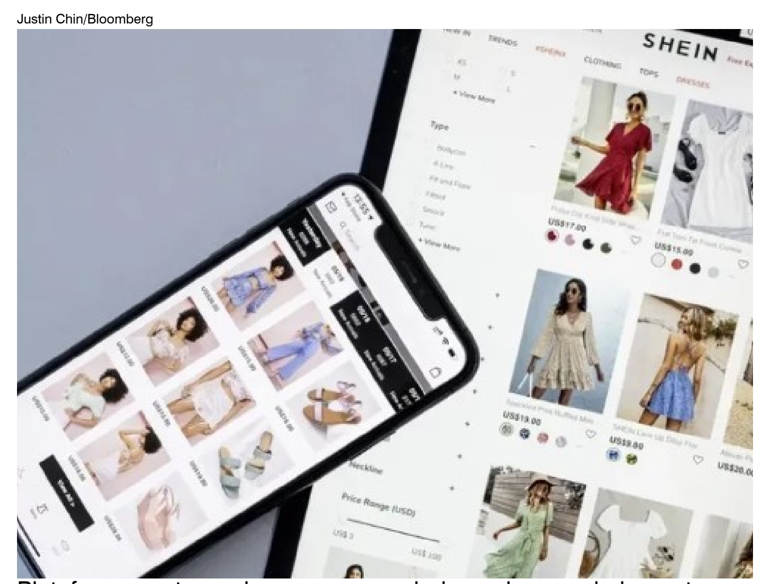
A C&A afirmou, em nota, que a aprovação do projeto de lei que prevê a taxação é mais um passo em para a igualdade tributária entre todos os varejistas.

A Riachuelo disse estar representada em nota da Associação Brasileira do Varejo Têxtil (Abvtex). A entidade afirmou que a medida é um avanço importante na busca pela isonomia entre as regras das plataformas de comércio eletrônico estrangeiras e os impostos pagos pelas empresas nacionais.

"O varejo e a indústria nacionais têm seus produtos fiscalizados e cumprem rigorosamente as normas de conformidade. É preciso garantir que a Receita Federal tenha meios de coibir fraudes, como o subfaturamento do preço declarado de venda e o fracionamento da entrega das mercadorias, com vistas a se beneficiar de redução de alíquota prevista para valores até US$ 50", comentou Abvtex.

Em nota, o diretor-superintendente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit), Fernando Pimentel, disse ser "falacioso" o discurso de que sites internacionais chegaram ao Brasil para abastecer consumidores de baixa renda. "É fundamental que tenhamos igualdade tributária, essencial para que a concorrência seja justa, ética e aderente às leis do mercado", afirmou.

Justin Chin/Bloomberg



Plataformas estrangeiras, em sua maioria, reclamam do imposto.

“Privatização de praias”: saiba o que são terrenos de marinha.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que prevê o fim da propriedade exclusiva da União sobre terrenos de marinha, que foi tema de uma audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado nesta semana, tem gerado debate nas redes sociais.

A proposta, que tem sido defendida por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro após parecer pela sua aprovação do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), relator da matéria na Casa, é criticada por ambientalistas, que acusam a iniciativa de ”privatizar” os espaços litorâneos.

Terrenos de marinha

A matéria trata dos chamados terrenos de marinha, que ficam nas praias e nas margens dos rios e lagoas, além dos espaços que contornam as ilhas com águas ligadas aos mares. Atualmente as áreas pertencem à União e a proposta pretende repassar a propriedade para Estados e municípios de forma gratuita, abrindo ainda à possibilidade de repasse a ocupantes privados mediante pagamento.

A definição das áreas de marinha é hoje prevista pelo decreto-lei nº 9.760, de 1946, que criou a Linha do Preamar Média (LPM), tida como uma delimitação do fim da área marítima. Como parâmetro pra definir até onde a água pode chegar, a regra usa como referência as marés máximas do ano de 1831. A partir daí, é contabilizada uma área de 33 metros do mar em direção ao continente, chamada de terrenos de marinha. Os locais não têm relação com a Marinha do Brasil.

Os imóveis construídos nesses terrenos têm escritura, mas os moradores são obrigados a pagar anualmente à União uma taxa de aforamento sobre o valor do terreno. No regime de aforamento, a propriedade do imóvel é compartilhada entre a União e um particular (cidadão ou empresa). Isso é dividido na proporção de 83% do valor do terreno para o cidadão e 17% para a União. Por conta dessa divisão, ocupantes destes imóveis pagam, atualmente, duas taxas para a União: o foro e o laudêmio.

Ambientalistas afirmam que o texto do novo projeto dá margem para a criação de praias privadas, além de promover riscos para a biodiversidade. Técnicos do governo também afirmam reservadamente que a PEC pode permitir privatização de praias.

Hoje, são os terrenos de marinha que impedem o fechamento de praias para entes privados. Como essa faixa também pertence à União, não é possível fechar o local, assim como mangues, por exemplo. Com a extinção do terreno de marinha, o proprietário se torna o único dono do terreno. Dessa forma, é possível a ele fechar o acesso ao mar.

Divulgação



Ambientalistas afirmam que o texto do novo projeto dá margem para a criação de espaços nas orlas privados.

O relator da matéria é o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), favorável ao texto. Em seu parecer, ele aponta que a União até hoje não demarcou a totalidade dos terrenos de marinha e, ainda, que muitas casas são registradas em cartório mas foram objeto de demarcação pela União, ”surpreendendo os proprietários”.

”Não nos parece justo que o cidadão diligente, de boa-fé, que adquiriu imóvel devidamente registrado e, por vezes, localizado a algumas ruas de distância do mar, perca sua propriedade após vários anos em razão de um processo lento de demarcação. O fato é que o instituto terreno de marinha, da forma que atualmente é disciplinado pelo nosso ordenamento, causa inúmeras inseguranças jurídicas quanto à propriedade de edificações”, defendeu.

Após a audiência pública, ele foi alvo de críticas e chegou a afirmar que a acusação de privatização das áreas litorâneas se tratava de ”fake news”.

A última vez que a matéria foi discutida pela CCJ foi em agosto do ano passado. Na ocasião, o senador afirmou que ”o último levantamento da Secretaria de Patrimônio da União estima que são 521 mil propriedades que são cadastradas em terrenos de marinha, fora aquelas que não são cadastradas”.

”Estima-se um impacto de 10 milhões de brasileiros que hoje não têm segurança jurídica sobre a sua propriedade”, disse Flávio.

Polêmica ambiental: Luana Piovani e Maeve Jinkings criticam Neymar por projeto associado a privatização das praias.

Depois da construção de um lago artificial na casa de Mangaratiba (RJ), Neymar voltou a ser personagem de uma polêmica envolvendo questões ambientais. O atacante fechou uma parceria com a incorporadora Due para a criação da "Rota Due Caribe Brasileiro", que pretende erguer 28 imóveis de alto padrão no trecho de 100 km entre os litorais Sul de Pernambuco e Norte de Alagoas para faturar até R$ 7,5 bilhões. O jogador tornou-se alvo de críticas do público e, inclusive, de artistas.

"Estou junto com a Due na criação da 'rota Due caribe brasileiro'. Vamos transformar o litoral nordestino e trazer muito desenvolvimento social e econômico para a região. Em breve, mais novidades", anunciou Neymar em suas redes sociais.

Embora o projeto tenha sido divulgado há uma semana, foi nos últimos dias que ele ganhou uma repercussão maior. Mas não da maneira que Neymar e a incorporadora esperavam. Isso porque ele foi mencionado na campanha feita por ambientalistas contra aquela que já vem sendo chamada de PEC da privatização das praias.

Um dos vídeos publicados foi da atriz e comunicadora socioambiental Laila Zaid, que classifica Neymar como "um dos apoiadores da ideia". O conteúdo chegou até Luana Piovani, que o compartilhou em sua conta no Instagram com um desabafo:

"Meu sonho é que meus filhos esqueçam Neymar. Imagina se isso é ídolo?", escreveu a atriz.

A postagem de Zaid viralizou e foi comentada por muitas pessoas. Entre elas, a também atriz Maeve Jinkings. A protagonista da série Os Outros, da Globoplay, mostrou-se chocada com o jogador do Al-Hilal e da Seleção Brasileira, a quem chamou de oportunista.

"Gente o Neymar consegue ser a pessoa mais errada e oportunista do mundo né. Impressionante como ele é competente nisso, onde tem Lobby de oportunista, tá lá o Neymar".

Reprodução/Instagram



Neymar vem recebendo criticas de artistas e ambientalistas após fechar parceria com construtora.

O que é a PEC?

A PEC 03/2022 prevê o fim da propriedade exclusiva da União sobre terrenos de marinha. Ela foi tema de audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado na última segunda-feira. Tem sido defendida por apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro após parecer pela sua aprovação do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), relator da matéria na Casa.

Importante lembrar que Neymar é um simpatizante declarado de Bolsonaro. A ponto de ter pedido votos na última eleição presidencial, vencida pelo presidente Lula.

Os terrenos da Marinha ficam nas praias e nas margens dos rios e lagoas, além dos espaços que contornam as ilhas com águas ligadas aos mares. A proposta pretende repassar a propriedade da União para estados e municípios de forma gratuita, abrindo ainda à possibilidade de repasse a ocupantes privados mediante pagamento.

Hoje, os imóveis construídos nesses terrenos têm escritura. Mas os moradores são obrigados a pagar anualmente à União uma taxa de aforamento sobre o valor do terreno. No regime de aforamento, a propriedade do imóvel é compartilhada entre a União e um particular (cidadão ou empresa).

Isso é dividido na proporção de 83% do valor do terreno para o cidadão e 17% para a União. Por conta dessa divisão, ocupantes destes imóveis pagam, atualmente, duas taxas para a União: o foro e o laudêmio.

Ambientalistas afirmam que o texto do novo projeto dá margem para a criação de praias privadas, além de promover riscos para a biodiversidade. Técnicos do governo também afirmam reservadamente que a PEC pode permitir privatização de praias.

A partir de agora, políticos em campanha precisarão abordar temas ligados ao meio ambiente para se eleger.

Embora a necessidade de readaptação das cidades para suportar eventos climáticos extremos seja um consenso entre técnicos há anos, o tema sempre ficou esquecido nas campanhas eleitorais para cargos legislativos e principalmente em eleições para prefeitos, governadores e presidentes.

Após a tragédia das chuvas que inundaram a maior parte do Rio Grande do Sul há um mês, no entanto, existe a expectativa de que o assunto ganhe protagonismo no debate.

"Se não for agora, não vai ser nunca mais. A tragédia no Rio Grande do Sul é o maior desastre da História do Brasil", avalia o pesquisador e tecnologista da sala de situação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais (Cemaden), Pedro Ivo Camarinha. "Mesmo que o número de municípios severamente impactados e os prejuízos econômicos causados pelo mesmo evento são inéditos. No balanço final, é possível que seja pior do que foi com o furacão Katrina, em New Orleans, nos EUA ."

Para ele, a cobertura extrema da tragédia e a mobilização da sociedade em favor dos afetados pelas chuvas intensas abrem uma janela de oportunidade para que os candidatos percam o receio de abordar o tema com os eleitores.

"De certa forma, é uma oportunidade de os políticos usarem isso para criar programas e políticas direcionadas à adaptação das cidades, inclusive para que consigam vencer eleições. O importante, obviamente, é que não fiquem apenas na narrativa e que olham para isso com a devida preocupação", diz Camarinha. "Isso vai ficar cada vez mais óbvio para a população, o que ajudará a ir colocando prefeitos, governadores, presidentes, senadores e deputados alinhados com essa questão."

Na Comunitas, ONG que presta suporte a governos para implementação de soluções em diversas áreas, a leitura é a de que os candidatos não poderão mais evitar a pauta do meio ambiente.

"Não tem mais como fugir do que está acontecendo", acredita Dayane Reis, diretora de conhecimento e inovação da ONG. "A tragédia no Rio Grande do Sul tem o potencial de ser um catalisador bastante significativo para a inclusão dessa pauta de adaptação climática na agenda política não só desta eleição, mas de todas as próximas." Para ele, "a sociedade mesmo vai fazer pressão e vai passar a cobrar os candidatos".

Segundo o coordenador de articulação política da Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP) Jeconias Rosendo da Silva Júnior, a adaptação das cidades às mudanças climáticas é um tema que, ao menos nos bastidores, já preocupa boa parte dos prefeitos brasileiros de forma mais séria desde 2022, quando fortes chuvas na Região Metropolitana de São Paulo atingiram fortemente Francisco Morato e Franco da Rocha, duas cidades que cresceram aceleradamente nas últimas décadas com muita gente ocupando áreas de encostas vulneráveis a deslizamentos.

Reprodução



Especialistas defendem pacto entre municípios, Estados e União para projetos que preparem cidades contra eventos climáticos extremos.

"Depois desse episódio, os prefeitos ficaram muito angustiados, o que nos levou a instaurar uma comissão permanente com mais de 50 municípios para observar cidades sujeitas a desastres. Portando, a agenda climática já havia subido de nível nas prioridades."

Jeconias aponta que a tragédia no Sul vai finalmente levar a questão ao centro do debate não apenas nas próximas eleições municipais como também para os governos estaduais e federal em 2026. O executivo, que apoia prefeitos de todo o País na formulação de políticas públicas, chama a atenção para a necessidade de desenhar uma estrutura bem planejada que transforme intenção em prática.

Ele defende uma governança climática multinível. "O ponto fundamental dessa questão não se limita aos planos de adaptação climática municipais – embora eles sejam imprescindíveis. O aspecto fundamental está na articulação desses planos com as estratégias estaduais e federais", alerta Jeconias. "O País necessita, urgentemente, de um pacto sobre federalismo climático que defina claramente o papel de cada ente governamental e direcione estrategicamente os investimentos necessários para tornar nossas cidades mais resilientes."

Lula traça nova estratégia para evitar mais derrotas no Congresso.

Após o Congresso Nacional derrubar uma série de vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse que o governo precisa "organizar sua base da melhor forma possível" no Legislativo. De acordo com o senador, a sessão conjunta realizada na última terça-feira (28) demonstrou "força considerável" da oposição, mas não significa necessariamente um enfraquecimento do Executivo.

Em uma tentativa de melhorar a articulação com o Congresso após a derrubada dos vetos, o núcleo político do governo terá uma reunião fixa toda segunda-feira com Lula.

Os parlamentares derrubaram os vetos presidenciais à limitação da "saidinha" de presos do regime semiaberto e à proibição de uso de recursos públicos para promover, por exemplo, ações contra a chamada "família tradicional", uma pauta cara ao bolsonarismo.

"Isso, naturalmente, demonstra uma força considerável da oposição no âmbito do Congresso Nacional", afirmou Pacheco a jornalistas. "Cada sessão tem uma realidade, para cada tema há uma realidade. Isso não necessariamente demonstra um enfraquecimento do governo", minimizou.

Segundo Pacheco, não se pode medir a força ou fraqueza do governo por votações pontuais como a análise dos vetos do presidente, mas é preciso que a base esteja alinhada.

"Eu não vejo nada de anormal no que aconteceu nessa sessão do Congresso Nacional. Mas é muito importante, tanto quanto a oposição se organizar, é muito importante para a democracia que o governo organize com a melhor forma possível com sua base de apoio na Câmara dos Deputados e no Senado Federal."

Nova estratégia

A nova estratégia do governo, com reuniões semanais envolvendo Lula foi confirmada pelo líder do governo no Congresso, o senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

Randolfe considera que o governo saiu vitorioso ao conseguir manter o veto ao calendário de pagamento de emendas impositivas (obrigatórias) que tornaria o Orçamento da União ainda mais engessado. O Executivo conseguiu fechar um acordo com os parlamentares após acelerar a liberação desses recursos, cruciais para irrigar bases eleitorais de deputados e senadores em ano de disputa por prefeituras.

Ricardo Stuckert/PR



Em uma tentativa de melhorar a articulação com o Congresso, o núcleo político do governo terá, semanalmente, uma reunião fixa com Lula.

Randolfe e os líderes do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), e na Câmara, José Guimarães (PT-CE), reuniram-se com Lula para fazer um balanço. O diagnóstico foi de que há uma ofensiva conservadora em curso no País, que encontra eco no Congresso.

"Fizemos esse balanço. Deliberamos, inclusive, uma dinâmica de encontros que vamos passar a ter semanalmente. O núcleo político do governo, o ministro Padilha, além de mim, os líderes Wagner e José Guimarães, conversando com o presidente e quais ministros forem necessários ser chamados", disse Randolfe, a jornalistas.

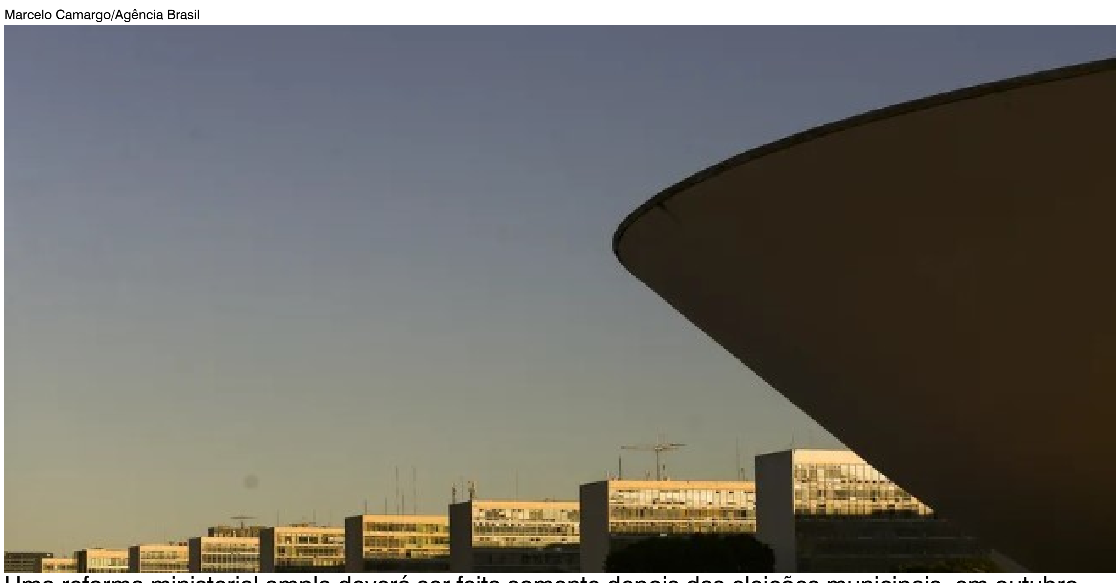
Jaques Wagner já havia dito que Lula queria uma melhora na "organização" da articulação política do Palácio do Planalto com o Congresso. "Toda segunda-feira, vamos passar a ter uma reunião ordinária do núcleo político de governo com o presidente da República", explicou Randolfe.

Interlocutores de Lula disseram nos bastidores que a manutenção do veto no projeto da saidinha era prioridade para o presidente e estava sendo tratada pelo PT como "questão de honra", com atuação de ministros como Ricardo Lewandowski (Justiça) na tentativa de sensibilizar os parlamentares.

Lula avisou a auxiliares que não pretende deflagrar uma reforma ministerial ou trocar seus articuladores políticos após derrota sofrida no Congresso.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) avisou a seus auxiliares que não pretende deflagrar uma reforma ministerial ou trocar seus articuladores políticos após a derrota sofrida na última terça-feira (28), no Congresso Nacional. A palavra de ordem é apenas ajustar os ponteiros com o time atual.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Uma reforma ministerial ampla deverá ser feita somente depois das eleições municipais, em outubro.

Ao fazer um balanço da goleada da oposição, que derrubou o veto de Lula à "saidinha dos presos", parlamentares da base defenderam junto ao Palácio do Planalto um freio de arrumação de peso na articulação com a Câmara dos Deputados e o Senado, para facilitar a aprovação de temas caros ao governo.

Apesar da reclamação geral e da cobrança por novidades, interlocutores de Lula afirmam que uma reforma ministerial ampla será feita somente depois das eleições municipais, quando o presidente vir o desenho político definido pelas urnas. A articulação deve ser casada com a sucessão no PT. A atual presidente da sigla, Gleisi Hoffmann, vai encerrar seu mandato em 2025 e caminha para assumir um ministério. O favorito de Lula para dirigir a legenda a partir do ano que vem é o prefeito de Araraquara (SP), Edinho Silva.

Conforme a Coluna do Estadão, do jornal O Estado de S. Paulo, uma ala expressiva do PT atribuiu ao líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), a responsabilidade pela vitória da oposição na última terça. Mas o próprio partido do presidente Lula deu votos para a derrubada do veto de Lula à "saidinha" de presos. Enquanto isso, o Legislativo manteve o veto do então presidente Jair Bolsonaro à Lei de Segurança Nacional, evitando a criminalização das fake news durante campanha eleitoral.

Nos bastidores, aliados não-petistas reciclaram a reclamação de que Lula confiou somente ao PT os ministérios palacianos. Os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), e no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), também são filiados ao partido. À frente da liderança no Congresso, Randolfe deixou a Rede Sustentabilidade e está sem legenda, mas já anunciou que pretende voltar às fileiras petistas.

Em meio à "ressaca" com as derrotas no Congresso, pessoas próximas ressaltaram ao presidente que o Congresso deu nova demonstração de sua resistência à agenda de costumes, e "cartuchos" da articulação política não devem ser aplicados nessa seara. O Palácio do Planalto, contudo, entende que o coração da agenda econômica está blindado, principalmente na reforma tributária, que tem um protagonismo dividido com o Congresso.

De acordo com um ministro, Lula já sabia que seria derrotado no veto das "saidinhas", mas achou importante marcar posição e evitar a pecha na esquerda de que se eximiu do debate da segurança pública.

O Partido Renovador Trabalhista Brasileiro nomeou como presidente do diretório paulista um indiciado por associação para o tráfico e organização criminosa.

O Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB) se tornou o primeiro partido em São Paulo a ter como presidente um indiciado por associação para o tráfico e organização criminosa. Justamente a maior e mais conhecida delas, o Primeiro Comando da Capital (PCC), que tem cada dia mais estreitado os laços com a política e o poder público.

As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

O partido, que na semana passada anunciou o empresário e coach Pablo Marçal como pré-candidato à prefeitura de São Paulo, nomeou Tarcísio Escobar de Almeida no dia 18 de março para responder pela legenda em âmbito estadual. Três dias depois, ele foi desligado oficialmente.

Apesar disso, Escobar continua a participar de encontros políticos nos quais ainda se apresenta como presidente da legenda, incluindo atos em sedes da legenda, e articula em nome do PRTB, firmando alianças da sigla em todo o Estado. Os dados foram levantados pelo Estadão junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Polícia Civil de São Paulo e Ministério Público de São Paulo (MP-SP).

O indiciamento de Tarcísio Escobar pela polícia paulista ocorreu em julho de 2023. A investigação contra ele se iniciou após documentos que indicaram sua suposta relação com a quadrilha serem apreendidos com um criminoso preso em flagrante.

Tarcísio Escobar não aparece na lista de filiados do partido e, segundo o sistema do TSE, está com o título eleitoral suspenso. Mesmo assim, continua figurando em vídeos e eventos públicos como líder paulista do PRTB, negociando adesão da legenda a pré-candidatos em cidades paulistas. Em alguns casos, os eventos acontecem nas sedes municipais do PRTB.

Além do indiciamento por associação ao PCC e tráfico, Tarcísio Escobar também foi condenado em primeira instância por estelionato em Poá, na Grande São Paulo, e responde pelo mesmo crime em Barueri, também na Região Metropolitana.

Ele foi colocado de maneira provisória no comando do partido em âmbito paulista depois de Leonardo Alves de Araújo, conhecido como Leonardo Avalanche, assumir o comando da legenda na esfera nacional em fevereiro deste ano. Hoje, o presidente estadual da legenda em São Paulo registrado no TSE é Joaquim Pereira de Paulo Neto, que não foi encontrado para comentar sobre o caso.

Reprodução



Tarcísio Escobar de Almeida foi desligado três depois após ser nomeado pelo PRTB. Apesar disso, continua participando de encontros políticos.

Leonardo Avalanche não explicou as razões de Tarcísio Escobar ter sido registrado como presidente e retirado formalmente da direção três dias depois. Sobre ele continuar articulando e se apresentando como presidente da legenda, Avalanche disse ter visto Escobar em alguns eventos, mas alegou não ter contato com ele.

"Não, não fiquei ciente, desconheço isso (indiciamento de Escobar). Mas ele se apresenta como presidente? Ele não esta ativo no partido. Não tenho muito contato. Vi ele em alguns eventos, mas igual eu vejo (outros) em todos os Estados também. A gente não definiu um grupo e eu sou recente na direção", argumentou ao Estadão.

Em nota, o PRTB afirmou que Escobar não faz parte do diretório. "Informamos que o senhor Tarcísio Escobar não faz parte do diretório estadual do PRTB de São Paulo e, portanto, não possui legitimidade para falar em nome do partido. Embora tenha atuado na gestão anterior, ele foi mantido no posto provisoriamente por apenas três dias, enquanto ainda estávamos reformulando a nova equipe da atual direção. O doutor Joaquim Pereira de Paulo Neto o substituiu oficialmente desde então é o legítimo presidente do diretório estadual", afirmaram. Escobar e um advogado que figura em sua defesa em um processo criminal foram procurados, mas não atenderam a reportagem do Estadão. Pablo Marçal foi procurado por meio de sua assessoria, que limitou-se a afirmar que a informação estava equivocada. Ao ser questionado novamente, não respondeu se sabia do indiciamento de Escobar. O PRTB estadual também foi procurado por meio do telefone que consta como do diretório no TSE. Contudo, as ligações não foram atendidas.

O presidente do Supremo votou contra a abertura de processos administrativos disciplinares contra quatro magistrados que atuaram em casos da Lava-Jato.

Antônio Augusto/Secom/TSE



Barroso inseriu voto no julgamento virtual.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ministro Luís Roberto Barroso, votou na quarta-feira (29) contra a abertura de processo disciplinar em desfavor de quatro juízes que atuaram nas investigações da Operação Lava Jato.

Barroso inseriu voto no julgamento virtual que vai decidir se os desembargadores do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região Thompson Flores e Loraci Flores e os juízes Danilo Pereira e Gabriela Hardt vão responder ao processo. A sessão vai até 7 de junho.

Em voto, Barroso votou pelo arquivamento do pedido de abertura de investigação e divergiu do corregedor-nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, que votou pela abertura da apuração contra os quatro juízes. Segundo Barroso, os magistrados não cometeram irregularidades.

"Ao decidir litígios, juízes sempre desagradam um dos lados em disputa, às vezes ambos. Para bem aplicar o direito, magistrados devem ter a independência necessária. A banalização de medidas disciplinares drásticas gera receio de represálias, e juízes com medo prestam desserviço à nação", defendeu.

Barroso divergiu sobre a abertura de processos. Ele avaliou ainda que a medida seria desproporcional, considerando que o juiz federal Eduardo Appio, investigado por condutas semelhantes, teve sua apuração arquivada por meio de um acordo com a Corregedoria do CNJ num Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), pelo qual apenas pediu transferência para outra vara.

A juíza Gabriela Hardt é acusada pelo corregedor de autorizar o repasse de cerca de R$ 2 bilhões oriundos de acordos de delação firmado com os investigados para um fundo que seria gerido pela força-tarefa da Lava Jato. A decisão ocorreu em 2019, quando a juíza atuava na 13ª Vara Federal em Curitiba, responsável pelo julgamento de processos da Lava Jato. Atualmente, Gabriela atua na 23ª Vara Federal em Curitiba.

Thompson Flores e Loraci Flores foram acusados de descumprir uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu os processos contra o ex-juiz da Lava Jato Eduardo Appio. Eles faziam parte da 8ª turma do TRF, colegiado que deliberou sobre o caso e afastou Appio do cargo. O juiz federal Danilo Pereira também participou do julgamento.

Atualmente, os dois desembargadores estão afastados por decisão do CNJ. Gabriela Hardt chegou a ser afastada pelo corregedor, mas a decisão foi derrubada pelo plenário do conselho, em abril.

A defesa dos juízes alega que não há "fundamentos mínimos" para o afastamento dos magistrados.

A decisão do ministro Supremo Dias Toffoli que anulou todos os atos da Operação Lava-jato contra o empreiteiro Marcelo Odebrecht é rejeitada por quase 60% da população.

A decisão do ministro Dias Toffoli que anulou todos os atos da Operação Lava-jato contra o empreiteiro Marcelo Odebrecht é rejeitada por quase 60% dos entrevistados por uma pesquisa do Instituto AtlasIntel. Ao todo, 58,3% dos entrevistados disseram "discordar" da decisão do ministro. Outros 25,8% concordam com o despacho de Toffoli, e 15,8% dos entrevistados alegaram não saber. A pesquisa foi feita a pedido do jornal O Estado de S. Paulo.

A decisão de Dias Toffoli, da semana passada, trancou todos os atos da 13ª Vara da Justiça Federal em Curitiba (PR) contra Marcelo Odebrecht. A Vara era comandada pelo ex-juiz e atual senador Sérgio Moro (União Brasil-PR) até 2018, durante o auge das investigações da Lava Jato. Os advogados de Marcelo Odebrecht alegaram que o caso dele era similar ao de outros réus que tiveram seus processos anulados em uma reclamação apresentada ao Supremo pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), ainda em 2020.

Para Dias Toffoli, as mensagens entre procuradores da Lava Jato e Moro, obtidas por meio de um ataque hacker, deixam claro que houve conluio entre a acusação e o juiz. Nos diálogos, "fica clara a mistura da função de acusação com a de julgar, corroendo-se as bases do processo penal democrático", escreveu Toffoli, concluindo "que se revela incontestável o quadro de conluio processual entre acusação e defesa em detrimento de direitos fundamentais do requerente".

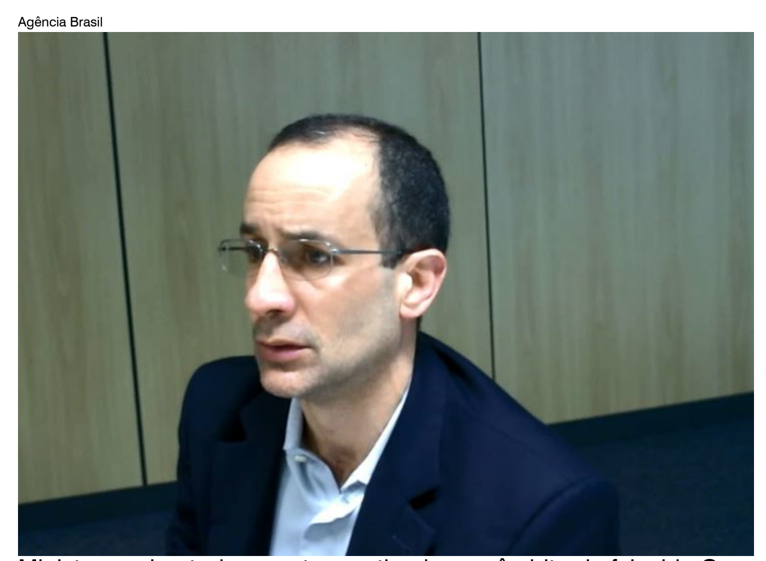
A pesquisa Atlas foi realizada entre os dias 25 e 28 deste mês. Foram ouvidas 1.650 pessoas por meio de questionários online, usando a metodologia Atlas Random Digital Recruitment (Atlas RDR). A margem de erro é de dois pontos porcentuais, para mais ou para menos.

Nos últimos meses, Toffoli tem tomado várias decisões que beneficiaram delatores da empreiteira Odebrecht (rebatizada de Novonor) e de outros réus da Lava Jato. Em setembro passado, por exemplo, ele invalidou todas as provas obtidas nos sistemas de informática da empreiteira, para uso em quaisquer processos.

Segundo o CEO da AtlasIntel, Andrei Roman, o índice de pessoas apoiando a última decisão de Dias Toffoli em favor de Marcelo Odebrecht se deve principalmente a eleitores do presidente Lula. Dentre este grupo, 37% disseram concordar com a decisão em favor do empresário. Já outros 36% discordam, e 27% disseram não saber opinar sobre o assunto.

"Quando se trata de Lava Jato, no eleitorado do Lula, a reação dominante acaba sendo esta. E isso se reflete também nas métricas de avaliação do Supremo. Aqueles que dizem que confiam (no Tribunal) são basicamente os lulistas. E os que dizem que não confiam são principalmente os bolsonaristas. Existe uma politização extrema da percepção sobre o STF. É como se fosse um partido. Você avalia o quanto você gosta do STF enquanto um ator político. A pesquisa mostra isso", diz Roman, que é doutor em Governo pela Universidade Harvard, dos EUA.

Agência Brasil



Ministro anulou todos os atos praticados no âmbito da falecida Operação Lava-jato e pela 13ª Vara Federal de Curitiba contra o executivo.

Ao anular os atos da 13ª Vara de Curitiba contra Marcelo Odebrecht, Dias Toffoli manteve a validade do acordo de delação do empreiteiro. Em entrevista ao Estadão, o diretor executivo da Transparência Internacional no Brasil, Bruno Brandão, destacou que a decisão de Toffoli manteve a blindagem de Marcelo Odebrecht contra processos e investigações nos 12 países onde a empreiteira admitiu ter pago propinas.

Em geral, a confiança no trabalho do Supremo tem saldo ligeiramente positivo: 44,7% dizem confiar no trabalho e nos ministros do STF, ante 43,6% que dizem não confiar. Já 11,6% dizem não saber. A área mais aprovada no trabalho da Corte é a "defesa da democracia", capitaneada por Alexandre de Moraes. A área de "combate à corrupção" é a com menos avaliação "ótima", apenas 17%, e empata com "imparcialidade entre rivais políticos" com a maior soma de "ruim" e "péssimo": 53%.

Em relação à última pesquisa Atlas sobre o tema, de fevereiro de 2024, a percepção sobre o trabalho do tribunal melhorou um pouco: em fevereiro, apenas 42% diziam confiar na instituição, ante 45% agora. Naquele momento, 51% diziam não confiar, o que é o caso de 44% agora. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Ministro da Controladoria-Geral da União deixa escritório de advocacia após revelação de contratos com a Odebrecht e o Facebook.

O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU), Vinícius Marques de Carvalho, afirmou na última quarta-feira (29) que decidiu sair do seu escritório de advocacia VCMA. A decisão ocorre após o jornal O Estado de S. Paulo revelar que a banca tem contrato com a Novonor (antiga Odebrecht) ao mesmo tempo em que a CGU renegocia o acordo de leniência firmado pela empreiteira no âmbito da Operação Lava-Jato.

A saída do ministro foi confirmada por meio de nota do próprio escritório. "VMCA Advogados informa que recebeu de Vinicius Marques de Carvalho o pedido de afastamento da sociedade. A OAB foi comunicada da decisão. Os atuais sócios permanecem à frente da banca, fundada em 2017", diz a nota.

Até então, Vinícius estava apenas licenciado do escritório, mas seguia como sócio patrimonial. A namorada de Vinícius, a advogada Marcela Mattiuzzo, segue na administração da banca.

Como ministro da CGU, Vinícius chegou a se reunir com a Odebrecht para discutir a renegociação do acordo de leniência. O encontro ocorreu no dia 12 de março e contou com representantes de outras sete construtoras. Além disso, ele tem dado declarações públicas que favorecem a defesa das empreiteiras. Segundo o ministro, os acordos de leniência não devem ser usados para "deixar as empresas numa situação pior, gerar pedidos de recuperação judicial ou falência".

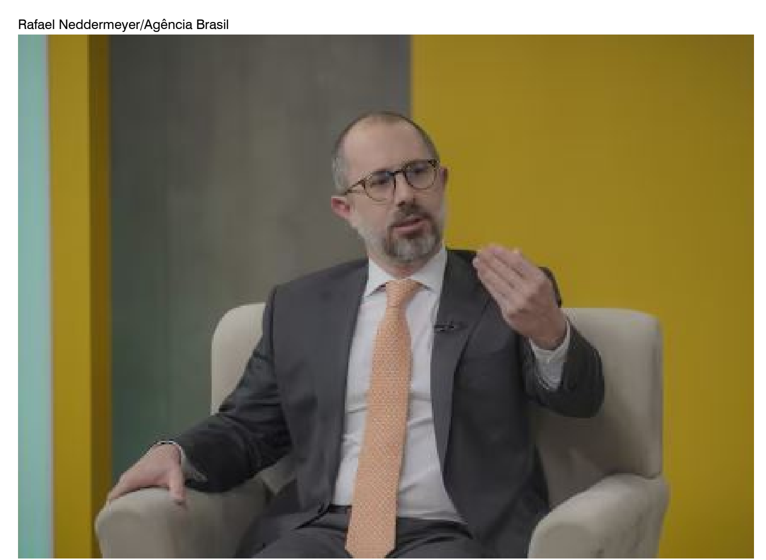
No total, Vinícius se reuniu na CGU com outros cinco clientes, além da Odebrecht, segundo informações do jornal O Estado de S. Paulo. De acordo com os registros oficiais, o ministro recebeu nos últimos meses representantes do Facebook, Gol Linhas Aéreas, Mercado Livre, Rumo Logística e Vale.

No caso do Facebook, o ministro se reuniu com a big tech para discutir o Projeto de Lei 2630, conhecido como PL das Fake News. O encontro tinha como objetivo, segundo a agenda pública do próprio ministro, "influenciar a formulação, a implementação ou a avaliação de estratégia de governo ou de políticas públicas". A CGU chegou a ser cogitada pelo governo para participar da fiscalização das redes sociais. O órgão até apresentou um desenho para a Casa Civil sobre como se daria sua participação.

O VMCA Advogados, escritório de Vinícius, tem contratos com o Facebook há cerca de seis anos e, atualmente, é responsável pela defesa da big tech no âmbito de um processo no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) que investiga abuso da empresa durante as discussões do próprio da projeto de lei das Fake News.

Em todos os casos, o ministro negou haver conflito de interesses. "A interação de organizações públicas e privadas é componente legítimo em uma democracia e parte da função institucional de ministro de Estado", afirmou ele, em nota enviada neste mês.

Rafael Neddermeyer/Agência Brasil



Vinícius Marques de Carvalho diz que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já foi comunicada de sua saída.

O ministro foi questionado sobre o motivo de decidir se afastar definitivamente da banca mesmo não vendo quaisquer irregularidades ou situações conflituosas. Ao jornal O Estado de S. Paulo, Vinícius respondeu que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) já foi comunicada de sua saída e reafirmou as "medidas éticas tomadas anteriormente, como o afastamento total da advocacia, o não recebimento de honorários, o impedimento em casos que possam afetar ex-clientes e a proibição do escritório de atuar junto à CGU".

"O ministro segue focado no desempenho de suas funções públicas. Quando deixar a CGU, cumprirá todas as regras de quarentena aplicáveis a autoridades públicas", acrescentou o órgão.

Quando consultou a Comissão de Ética Pública (CEP) em janeiro de 2023, Vinícius afirmou que pretende voltar ao escritório assim que deixar sua função pública. Na ocasião, ele perguntou ao órgão colegiado se poderia seguir recebendo os lucros da banca mesmo estando licenciado. A CEP não viu problemas. Apesar da autorização, o ministro voltou atrás e decidiu não receber qualquer dinheiro do escritório, segundo informou em nota à imprensa.

Após a revelação do contrato do VMCA Advogados com a Odebrecht, a Comissão de Ética abriu um processo para apurar eventual conflito de interesse, mas o caso foi arquivado logo de início. O relator do caso foi o conselheiro Edson Leonardo de Sá, que é servidor de carreira da CGU. Na mesma decisão, porém, o órgão colegiado reviu entendimento anterior e proibiu o ministro de receber lucros do escritório resultantes de atuações junto ao governo federal. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, revogou a prisão de dois oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal que estavam presos desde o ano passado.

Rosinei Coutinho/SCO/STF



Moraes justificou que o fim da audiência de instrução do processo afasta a necessidade da prisão.

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), revogou as prisões preventivas de 2 oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) investigados por omissão no 8 de Janeiro.

O major Flávio Silvestre de Alencar e o tenente Rafael Pereira Martins eram os dois últimos policiais detidos por envolvimento nos atos extremistas que resultaram na depredação dos prédios do Congresso Nacional, Palácio do Planalto e do STF, em Brasília (DF).

Na Ação Penal 2417, Moraes justificou que o fim da audiência de instrução do processo afasta a necessidade da prisão. Segundo o ministro, não há mais a possibilidade de reiteração do crime nem o risco de interferência na produção de provas.

Agora, o major e o tenente devem cumprir medidas cautelares, como o uso de tornozeleira eletrônica, o recolhimento domiciliar noturno, o cancelamento do passaporte e a suspensão imediata do porte de arma de fogo.

Prisão

Em fevereiro de 2024, a 1ª Turma do STF decidiu de forma unânime, com o voto de Moraes, tornar ré a alta cúpula da Polícia Militar do Distrito Federal pelo 8 de Janeiro. Eis abaixo os integrantes:

- coronel Klepter Rosa Gonçalves: ex-comandante-geral da PMDF;
- coronel Fábio Augusto Vieira: ex-comandante-geral da PMDF;
- coronel Jorge Eduardo Naime Barreto: ex-comandante do Departamento de Operações da PMDF;
- coronel Paulo José Ferreira de Sousa: ex-comandante interino do Departamento de Operações da PMDF;
- coronel Marcelo Casimiro Vasconcelos: ex-chefe do 1º Comando de Policiamento Regional da PMDF;
- major Flávio Silvestre de Alencar: PM que estava trabalhando durante o 8 de Janeiro;
- tenente Rafael Pereira Martins: PM que estava trabalhando durante o 8 de Janeiro.

Os oficiais são acusados de descumprir os deveres de efetuar policiamento ostensivo e de preservar a ordem pública, previstos na Constituição Federal e na Lei Orgânica da PMDF.

A denúncia apresentada pela PGR (Procuradoria-Geral da República) e recebida pelo Supremo também abrange os crimes de abolição violenta do Estado Democrático de Direito, golpe de Estado, dano qualificado contra o patrimônio da União e deterioração de patrimônio tombado.

Cinco deles foram presos em agosto de 2023 depois de operação da PF (Polícia Federal). Já Jorge Naime e Flávio Alencar foram presos em 7 de fevereiro de 2023 e 23 de maio, respectivamente.

Ministro Alexandre de Moraes deixa o comando do Tribunal Superior Eleitoral depois de dois anos; Cármen Lúcia assume com desafio de combater fake news.

Dois anos após assumir a presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), o ministro Alexandre de Moraes participou na quarta-feira (29) de sua última sessão deixando como legado iniciativas de combate à fake news e uma postura rígida da Corte contra ataques às urnas eletrônicas. Em um cenário menos turbulento na política nacional do que quando assumiu o cargo, o ministro entregará à ministra Cármen Lúcia, sua sucessora, o desafio de conduzir as eleições municipais deste ano.

A ministra, que toma posse na segunda-feira (3), é vista internamente como "grande conciliadora" e "diplomática", o que tem gerado expectativas sobre a mudança.

Mineira, Cármen Lúcia tem experiência do TSE, que já presidiu em 2012, quando também comandou eleições municipais. A ministra, no entanto, recebe um cenário eleitoral bastante diferente daquele que enfrentou há 12 anos.

Se em 2012 os desafios estavam circunscritos a crimes eleitorais que a jurisprudência dava conta, em 2024 a campanha nas redes sociais fez o número de ações por propaganda antecipada dobrar em relação a quatro anos. Além disso, o tribunal ainda discute formas de coibir a deepfake, técnica que usa inteligência artificial (IA) para recriar o tom, o timbre e até o jeito de alguém falar artificialmente.

A ministra já vem indicando, porém, que assim como Moraes, o combate à desinformação será uma de suas principais bandeiras à frente da Corte.

Em parceria com o atual presidente do TSE, a ministra elaborou uma série de resoluções e criou novas regras para o uso de inteligência artificial durante a campanha, que foram aprovadas de forma unânime em março. As digitais da ministra também estão em um treinamento, já em andamento nos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs), para capacitar juízes a identificar o uso da IA nas eleições.

Outro legado deixado por Moraes e que precisará ter um encaminhamento dado por Cármen Lúcia é o funcionamento do Centro Integrado de Enfrentamento à Desinformação e Defesa da Democracia (CIEDDE).

O órgão foi concebido pelo atual presidente do TSE para promover, durante o período eleitoral, a cooperação entre Justiça Eleitoral, órgãos públicos, plataformas de redes sociais e serviços de mensagens instantâneas privada, para garantir o cumprimento das normas eleitorais de forma célere.

O CIEDDE é tratado internamente no TSE como "menina dos olhos" de Moraes, mas seu funcionamento de fato ainda não foi colocado à prova. Por isso, os próximos passos que serão dados por Cármen com relação ao centro, avaliam interlocutores da Corte, deverão ser cautelosos.

Cota de gênero

Outra aposta de "dobradinha" entre Cármen Lúcia e a herança deixada por Moraes no TSE está nas medidas de combate à fraude à cota de gênero. O ministro foi responsável por um grande rigor nesse tema e, em 2023, o plenário aplicou 61 condenações a quem desrespeitou as normas.

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Moraes deixa como legado iniciativas de combate a fake news e postura rígida contra ataques às urnas eletrônicas.

Somente em 2024, esse número já passou dos 20. Durante a última sessão que participou como presidente da Corte, Moraes ressaltou as contribuições da colega.

"Uma das grandes marcas e evoluções desses dois anos de gestão, aqui com apoio e as ideias da ministra Cármen Lúcia, foi o combate à fraude à cota de gênero. Nós, em diversas oportunidades nesses dois anos, mais de 30 câmaras municipais tiveram anuladas as eleições de chapas inteiras por fraude à cota de gênero — declarou.

Além das fake news

Além do combate às fake news, o mandato de Moraes também se destacou pela implementação de medidas de segurança nos locais de votação. Em 2022, o porte de armas foi proibido durante o dia da eleição e nas 48 horas anteriores e 24 horas posteriores ao pleito, dentro de um perímetro de 100 metros dos locais de votação. Essa medida visa garantir um ambiente seguro e tranquilo para o exercício do direito ao voto.

Outra iniciativa relevante foi a alteração das regras relativas ao uso de celulares e armas no dia da eleição, buscando evitar interferências e garantir a lisura do processo. Além disso, o TSE aprovou um projeto-piloto para a utilização de biometria no Teste de Integridade das Urnas Eletrônicas, visando aprimorar a segurança e a confiabilidade do sistema eleitoral.

Às vésperas das eleições de 2022, o TSE autorizou o apoio da Força Federal em diversas localidades durante o segundo turno, demonstrando o compromisso da instituição com a garantia da ordem e da segurança durante o processo eleitoral.

Para a ministra Cármen Lúcia, Alexandre de Moraes na presidência do Tribunal Superior Eleitoral era "a pessoa certa, no lugar certo".

A ministra Cármen Lúcia, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), homenageou, na última quarta-feira (29), o presidente da Corte, Alexandre de Moraes, na última sessão de julgamentos do magistrado.

Segundo Cármen, que assumirá a presidência do TSE na segunda (3), Moraes foi ”a pessoa certa, no lugar certo, na hora certa”. A data é o último dia do ministro na Corte eleitoral.

A ministra ressaltou a atuação de Moraes nos últimos dois anos, principalmente no combate aos ataques à Justiça Eleitoral e ao sistema eletrônico de votação.

”Era essencial que houvesse uma atuação tal como aconteceu”, disse Cármen. ” Momento de grave comprometimento da sociedade no sentido de um conflito que se impôs e que se estabeleceu contra o TSE, contra as urnas eletrônicas, e que no final nada mais é do que um atentado contra a democracia brasileira, garantida por eleições livres, seguras e transparentes.”

Segundo a ministra, Moraes teve um ”papel fundamental” para a manutenção da democracia. ”Um cidadão com esse compromisso faz bem ao País”, afirmou a ministra, ao falar sobre o ”compromisso público e democrático” que atribuiu ao ministro.

”Para nossa sorte, vossa excelência é um juiz, e haver leis é imprescindível, haver juízes que garantam a lei é inadiável e urgente. As leis são necessárias, mas elas não são suficientes; são colocadas em práticas, garantidas por um Judiciário independente e uma imprensa forte e livre”, declarou.

Cármen citou a atuação do ministro na solidificação da jurisprudência do TSE sobre a fraude à cota de gênero. Também lembrou da atuação do magistrado na relatoria de inquéritos no STF sobre os ataques do 8 de Janeiro.

”Não me lembro de em nenhum momento vossa excelência perder a paciência. Contar com bom humor para reagir a isso tudo compõe um quadro de amenidade e rigor, afirmação com presteza, mas também com tranquilidade.”

O procurador-geral da República, Paulo Gonet, também homenageou Moraes.

”Ninguém poderá alegar surpresa com medidas então adotadas e implementadas e de aplicação rigorosa e atenta do direito em prol da lisura do processo eleitoral”, disse, em relação às medidas estabelecidas para as eleições.

Atuação

Moraes é integrante titular do TSE desde 2020 e virou presidente a partir de agosto de 2022.

Em seu período à frente do tribunal, emplacou um

Alejandro Zambrana/Secom/TSE



Segundo a ministra, Moraes teve um ”papel fundamental” para a manutenção da democracia.

endurecimento das normas contra a propagação de notícias falsas e desinformação nas redes sociais, diante de um cenário de falta de regulamentação sobre as novas tecnologias e de intensificação do uso da internet para ataques.

O ministro ainda conduziu aquela que seria a eleição mais disputada desde a redemocratização. O processo eleitoral de 2022 culminou com o terceiro mandato presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva e deixou o ex-presidente Jair Bolsonaro inelegível até 2030.

Mudanças

A saída de Moraes no TSE levará Cármen Lúcia à presidência. No posto, a ministra comandará as eleições municipais no País.

Ela foi escolhida em eleição simbólica no começo do mês. Por tradição, assume a posição de presidente o magistrado do Supremo Tribunal Federal (STF) com mandato há mais tempo no TSE.

A mudança também levará à entrada de André Mendonça como integrante titular do tribunal. Mendonça é o ministro substituto mais antigo da Corte – entrou em abril de 2022.

O TSE é composto por sete ministros efetivos e sete substitutos. A composição segue sempre a seguinte proporção: três magistrados oriundos do STF, dois do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e dois advogados.

Com a saída de Moraes, além da entrada de Mendonça, o TSE é composto por Nunes Marques (STF), Raul Araújo e Isabel Gallotti (STJ), André Ramos Tavares e Floriano de Azevedo Marques (advogados).

Entenda o veto de Bolsonaro à punição por fake news, mantido pelo Congresso.

Valter Campanato/Agência Brasil



Veto do hoje ex-presidente à tipificação do crime de "comunicação enganosa em massa" levou três anos para receber deliberação em sessão conjunta.

O Congresso Nacional manteve, na última terça-feira (28), um veto do ex-presidente Jair Bolsonaro à inclusão de um artigo no Código Penal que puniria a "comunicação enganosa em massa".

O veto foi dado pelo hoje ex-mandatário quando estava na Presidência da República, em setembro de 2021, a um projeto de lei que visava extinguir a Lei de Segurança Nacional (LSN).

Com o projeto, a LSN, datada do final da ditadura militar, se extinguiria e daria lugar a tipificações no Código Penal de crimes contra o Estado Democrático de Direito.

Bolsonaro sancionou a revogação, aprovada em agosto daquele ano pelo Senado, mas estabeleceu vetos parciais a novas tipificações no Código Penal.

Trecho

Pela definição dada pelo Congresso ao crime a ser incluído no Código Penal, "comunicação enganosa em massa" seria:

"Promover ou financiar, pessoalmente ou por interposta pessoa, mediante uso de expediente não fornecido diretamente pelo provedor de aplicação de mensagem privado, campanha ou iniciativa para disseminar fatos que sabe inverídicos capazes de comprometer o processo eleitoral".

O crime seria passível de pena de reclusão de um a cinco anos, além de multa – se não fosse o veto de Bolsonaro, mantido pelo Congresso.

Veto

Ao vetar o trecho da revogação da Lei de Segurança Nacional, Bolsonaro alegou ao Congresso que a tipificação ia na contramão do "interesse público por não deixar claro qual conduta seria objeto da criminalização, se a conduta daquele que gerou a notícia ou daquele que a compartilhou (mesmo sem intenção de massificá-la)".

Além disso, Bolsonaro destacou, na época, que o trecho levantava dúvidas se haveria um "tribunal da verdade" com o intuito de "definir o que viria a ser entendido por inverídico a ponto de constituir um crime punível", trazendo uma "enorme insegurança jurídica".

A redação genérica tem o efeito de afastar o eleitor do debate político, o que reduziria a sua capacidade de definir as suas escolhas eleitorais, inibindo o debate de ideias, limitando a concorrência de opiniões, indo de encontro ao contexto do Estado Democrático de Direito, o que enfraqueceria o processo democrático e, em última análise, a própria atuação parlamentar.

Análise de vetos

O presidente da República pode vetar total ou parcialmente projetos aprovados pelo Congresso ao entender que há evidente inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público, entre outros pontos, no que foi definido pelo Legislativo.

O veto pode ser dado em até 15 dias úteis após o recebimento do projeto pelo mandatário da vez – se não há manifestação do chefe do Executivo, a sanção integral da proposta é automática.

Todos os vetos, sejam eles totais ou parciais, devem ser explicados pelo presidente em mensagem enviada ao Congresso Nacional – ou seja: nenhum veto pode carecer de motivação.

Placar

O veto de Bolsonaro foi mantido por 317 votos a favor a 139 contrários. Quatro se abstiveram na votação, que teve quórum de 460 parlamentares – sessões do Congresso são realizadas tanto com deputados federais como senadores.

Governo federal deve tentar na Justiça manter saída temporária de presos.

Com a confirmação pelo Congresso das restrições à saída temporária de presos no regime semiaberto, o governo federal conta agora com a judicialização do tema para ter uma ”saída honrosa” na discussão.

Para isso, estão no radar do governo discussões em andamento na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que já se posicionou claramente a favor da manutenção da ”saidinha”, e na Defensoria Pública União (DPU). A ação poderia ser capitaneada por ambas, segundo integrantes do governo.

A OAB pretende entrar com uma Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) no Supremo Tribunal Federal (STF). A expectativa é para que isso já ocorra nos próximos dias, em virtude da derrubada recente do ponto vetado pelo Palácio do Planalto.

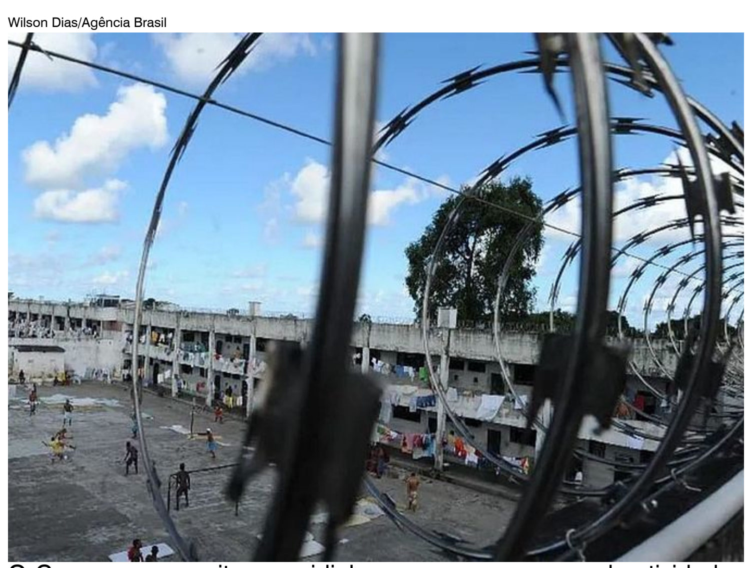
Ao vetar, o governo permitiu a saída temporária de presos do regime semiaberto para visitar familiares. Ao derrubar o veto, na prática, o Congresso permite as saidinhas apenas em casos de atividades educacionais. A OAB chegou a dar sugestões em um parecer encaminhado ao Palácio do Planalto durante a fase de análise pela Casa Civil do projeto de lei aprovado pelo Congresso, que posteriormente foram aceitas.

Para a entidade, a lei é um retrocesso em termos de direitos humanos e uma violação da dignidade humana. A OAB também argumenta que, ao proibir as saídas, se impede a ressocialização dos presos e é criado um obstáculo à reintegração efetiva na sociedade.

A Ordem também entende que saída temporária, como era prevista, era um instrumento de execução da pena privativa de liberdade voltado a fortalecer vínculos familiares, reduzir tensões carcerárias e possibilitar a reintegração social do preso.

Para a OAB, o Estado tem como dever garantir que a execução da pena ocorra de modo humanizado. A DPU também divulgou nota técnica defendendo a manutenção do veto e alertando para a insegurança jurídica que o fim da saída temporária trará. A defensoria já havia declarado que a saidinha - concedida somente a presos do semiaberto - é essencial para a manutenção do sistema progressivo de execução de pena no País.

Wilson Dias/Agência Brasil



O Congresso permite as saidinhas apenas em casos de atividades educacionais.

Os parlamentares derrubaram o veto de Lula às restrições à “saidinha” apesar dos esforços do Palácio do Planalto e do ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, que se engajou pessoalmente na tentativa de convencer deputados e senadores a não barrar a liberação dos detentos em datas especiais.

A derrota já era dada como certa no governo quando a sessão do Congresso começou. Além das indicações que lideranças passavam aos ministros, o clima de euforia na oposição reforçava o sentimento de que seria um dia dos mais duros para a administração Lula no Parlamento.

Horas antes de o Congresso sacramentar a decisão, Lewandowski dizia a interlocutores estar ”sereno” e que, apesar da tendência ser de derrota, via ”vitória moral” do governo na discussão. Para o ministro, trata-se de uma questão humanitária e propor o fim desse direito dos presos fere não só a Constituição, mas convenções internacionais das quais o Brasil é signatário.

Além disso, o time de Lewandowski vê a limitação à saidinha como um fator de desestabilização do sistema prisional. A avaliação da equipe do Ministério da Justiça é que, sem a saída temporária, rebeliões devem aumentar.

Ministro do Supremo André Mendonça mantém "saidinha" a preso que já tinha direito; nova regra é questionada.

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu manter o benefício de saída temporária concedido a um homem condenado por roubo em Minas Gerais. A decisão foi assinada na terça-feira (28).

Mendonça reconheceu que a Lei 14.836/2024, norma que acabou com as saidinhas de presos, não pode retroagir para alcançar detentos que tinham direito ao benefício. Mendonça ressaltou que a Constituição prevê que a lei penal não pode retroagir, exceto para beneficiar o réu.

No habeas corpus analisado pelo ministro, o condenado ganhou o direito ao trabalho externo e às saídas temporárias em outubro do ano passado. Contudo, em abril deste ano, com a sanção parcial da lei, o Ministério Público pediu a revogação do benefício, que foi suspenso pela Justiça de Minas Gerais.

"Tendo em vista o princípio da individualização da pena, o qual também se estende à fase executória, consistindo em inovação legislativa mais gravosa, faz-se necessária a incidência da norma vigente quando da prática do crime, somente admitida a retroatividade de uma nova legislação se mais favorável ao sentenciado", afirmou.

O Congresso derrubou o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que trata das saídas temporárias de presos. Em abril, Lula sancionou, com veto, o projeto de lei (PL).

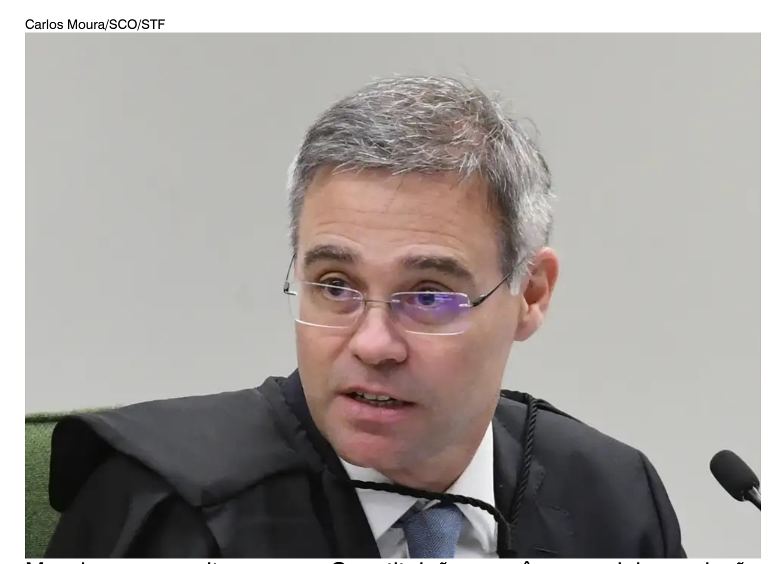
Na lei aprovada pelos parlamentares, a concessão do benefício era proibida para condenados por crimes hediondos e violentos, como estupro, homicídio e tráfico de drogas. Mas Lula havia vetado, em abril, o trecho que impedia a saída de presos do regime semiaberto, condenados por crimes não violentos, para visitar as famílias.

Até então, presos que estavam no semiaberto, que já tinham cumprido um sexto do total da pena e com bom comportamento, poderiam deixar o presídio por cinco dias para visitar a família em feriados, estudar fora ou participar de atividades de ressocialização.

Com a rejeição do veto pelos parlamentares, os detentos por crimes não violentos ficam impedidos de deixar as prisões em feriados e datas comemorativas, como Natal e Dia das Mães.

A saída para estudos e trabalho continua permitida. Os critérios a serem observados para concessão são: comportamento adequado na prisão; cumprimento mínimo de 1/6 da pena, se o condenado for primário, e 1/4, se reincidente; e compatibilidade do benefício com os objetivos da pena.

Carlos Moura/SCO/STF



Mendonça ressaltou que a Constituição prevê que a lei penal não pode retroagir.

O trecho que havia sido vetado por Lula, agora, vai à promulgação.

O senador Sergio Moro (União-PR), autor da emenda que permitiu a saída de presos para estudar, defendeu a derrubada do veto presidencial.

Para ele, a saída para atividades de educação e trabalho é suficiente para a ressocialização. O senador classificou o veto ao fim das saídas em feriados como "um tapa na cara da sociedade" e um desserviço ao País.

"O preso do semiaberto, hoje, sai de quatro a cinco vezes ao ano, nos feriados. Muitos deles não voltam, o que traz uma série de dificuldades à polícia, que tem que ir buscá-los, comprometendo o trabalho normal de vigilância e proteção do cidadão, e o que é a pior parte: esses presos liberados cometem novos crimes", disse Moro.

Com a nova lei, passou a ser obrigatória a realização de exame criminológico para que o preso possa progredir do regime fechado para o semiaberto, e assim ter acesso ao direito às saidinhas. Os presos que progridem do regime semiaberto para o aberto devem ser obrigatoriamente monitorados eletronicamente, por meio de tornozeleiras eletrônicas.

Câmara dos Deputados permite clubes de tiro a menos de 1 quilômetro de escolas, ao derrubar decreto de Lula.

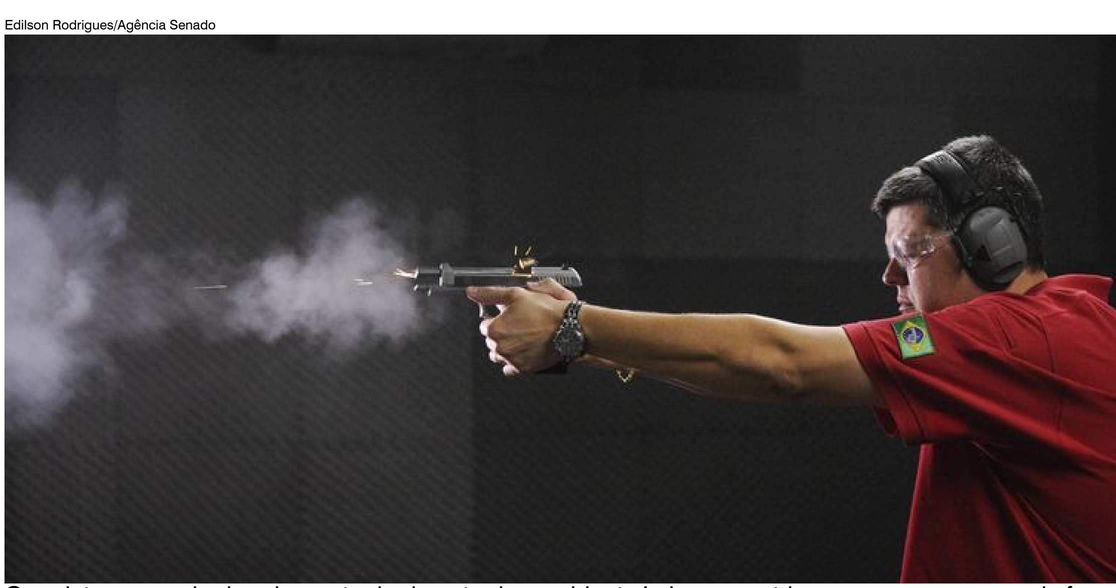
A Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira (28) projeto que derruba parte do decreto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que restringe o acesso a armas de fogo. Caso a proposta também receba o aval do Senado, a proibição de instalação de clubes de tiro a menos de 1 quilômetro de escolas vai deixar de valer.

O texto, aprovado pelos deputados após um acordo entre a oposição e a base do governo Lula, agora vai tramitar no Senado.

Seis artigos do decreto de Lula tiveram trechos sustados pela Câmara. Uma das normas impede o certificado de registro, emitido pelo Exército, para clubes de tiro que estejam a menos de um quilômetro de estabelecimentos de ensino, públicos ou privados. A medida da Presidência foi publicada em julho do ano passado.

"Na concessão de CR (Certificado de Registro) às entidades de tiro desportivo, o Comando do Exército observará os seguintes requisitos de segurança pública: distância do interessado superior a um quilômetro em relação a estabelecimentos de ensino, públicos ou privados", diz o texto do decreto.

Edilson Rodrigues/Agência Senado



O projeto aprovado derruba parte do decreto do presidente Lula que restringe o acesso a armas de fogo.

De acordo com a relatora do projeto, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), as medidas impostas pelo governo Lula sobre a localização dos clubes de tiro "prejudicam a segurança jurídica" dos estabelecimentos que já existem. "Inviabilizando a continuidade de suas atividades, além de não ter qualquer justificativa técnica de aumento da segurança pública", afirmou.

Para sacramentar a derrubada dos trechos do decreto presidencial, é preciso que a maioria simples dos senadores aprovem a proposta.

A aprovação do projeto ocorreu um mês após o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, ter afirmado que concordava com algumas mudanças no decreto de Lula. A deliberação da Câmara não teve protestos da base governista, que até orientou a bancada a apoiar a proposta. Com o acordo, a votação foi simbólica, sem necessidade do registro de votos eletrônicos.

Os outros trechos do decreto de Lula que foram derrubados pela Câmara tratam de restrições a armas de colecionadores, armas de pressão por gás, renovação do certificado e critérios para a aquisição de armas e regulamentação do tiro desportivo.

Uma das partes sustadas estabelece que as armas de fogo de coleção só podem ser aquelas declaradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e fabricadas há quarenta anos ou mais. Se o Senado aprovar o projeto, a competência para definir e classificar os armamentos vai ficar com o Comando do Exército. "A restrição imposta pelo decreto desconsidera a realidade prática e técnica das armas de fogo, prejudicando cidadãos que optam por colecionar de forma responsável e legal", disse a relatora.

O projeto também rejeita exigências para a obtenção do Certificado de Registro de Atirador Desportivo para a prática do tiro desportivo com armas de pressão. O decreto de Lula prevê a comprovação de treinamentos ou competições por calibre registrado a cada 12 meses. "Tal exigência é humana e socialmente inviável, especialmente para atiradores amadores que possuem outras ocupações", afirmou Laura Carneiro. As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Herança de R$ 300 milhões de ex-vice-presidente do Itaú é alvo de disputa.

Em 2021, a morte de um ex-vice-presidente do Itaú abriu uma disputa entre familiares por um pedaço da herança milionária deixada pelo empresário, que não deixou filhos. Entre investimentos e imóveis, Renato Roberto Cuoco, de 77 anos, era chefe de operações da área de tecnologia da informação conquistou um patrimônio avaliado em cerca de R$ 300 milhões, visado por sobrinhos em caso que chegou a ser judicializado. Veja abaixo quem disputa a herança.

– Irmãos Alberto e Felipe Renato Cuoco: Filho do irmão de Renato, Alberto Renato Cuoco recebeu metade da herança após a morte do tio. Desde 2021, ele divide os recursos com o irmão Felipe Renato Cuoco. Além de parente do engenheiro, Alberto também trabalhava na área de suporte técnico do Itaú.

– Andrea Costa Motta Salino: Andrea Costa Motta Salino é sobrinha por parte da ex-esposa de Renato, Letizia Cuoco, também já falecida, em 2013, e pede na Justiça o reconhecimento de paternidade socioafetiva com o engenheiro para ser reconhecida como herdeira. O processo começou em 2022 e a última decisão, de 2023, negou o pedido de Andrea.

"Eu não passava o Natal com o meu pai (biológico), passava com ele", diz Andrea. Ela conta que, desde criança, passou a dividir o tempo entre a casa dos pais biológicos, na Mooca, Zona Leste, e a dos tios Renato e Letizia, seus padrinhos, em Perdizes, Zona Oeste da capital paulista.

"Ela comprava presente de Dia dos Pais para o Renato e tem diversas fotos dele dançando como se fosse o avô das filhas dela nas festas de 15 anos das meninas", segue a advogada.

Renato e Letizia passaram a pagar a escola e, posteriormente, a faculdade de direito de Andrea, que trabalhou por um período no Itaú. Hoje, aos 49 anos e mãe de três filhos, ela conta que depois que deu à luz o segundo filho, no início dos anos 2000, parou de trabalhar e começou a ter a vida financeira custeada por Renato.

"Ele era a minha base emocional e também financeira. Pagava as faculdades de medicina dos meus filhos. A gente passava os finais de semana juntos nas casas que ele tinha em Valinhos (interior paulista) e no Guarujá", diz Andrea.

No processo judicial, a defesa afirma que Renato bancava o convênio médico de Andrea, IPVA de automóveis, duas empregadas domésticas, motorista particular e fazia depósitos mensais para o pagamento do cartão de crédito, em montante que por vezes ultrapassava R$100 mil.

– Renato Roberto Cuoco faleceu em 2021: Renato faleceu em 2021, após enfrentar dois cânceres. Andrea afirma que, durante a pandemia, Alberto e Felipe se aproximaram do tio e passaram a cuidar da saúde do executivo. Na versão dela, após o falecimento do engenheiro os sobrinhos picotaram documentos que estavam no apartamento de Renato, em Perdizes. Andrea também acusa os primos de se aproveitarem do estado de saúde debilitado do tio para ter acesso às finanças dele.

Reprodução



Renato Roberto Cuoco faleceu em 2021, após enfrentar dois cânceres.

A defesa dos sobrinhos afirmou para a Justiça que, na picotagem de documentos apontada por Andrea, a dupla não destruiu documentos relevantes, mas apenas se desfez de "papelada acumulada ao longo dos anos" no apartamento de Renato.

Cuoco foi um dos fundadores da Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. Em 1989, ele auxiliou na digitalização de quadros de mais de 2.000 pintores atuantes no país e era membro da Diretoria Executiva do Itaú Cultural, segundo o site da instituição.

Um inquérito policial chegou a apurar uma acusação de fraude na troca de beneficiários de previdência privada e aplicações financeiras que o executivo deixou em fundos de investimento. O banco Itaú, no entanto, informou para a polícia que não identificou indícios de fraude nas operações financeiras sob a titularidade de Renato e a investigação foi arquivada.

"Ele começou a ficar doente em 2019, quando teve câncer de próstata. Na pandemia, fiquei no Guarujá e o Alberto começou a ficar na casa do meu tio, a se oferecer para ajudá-lo. Em 2021, sofreu uma queda e foi parar no hospital. Foi aí que ele (Alberto) me contou que o tio estava com câncer novamente, com metástase cerebral", diz Andrea.

Do patrimônio de Renato, a sobrinha recebeu um seguro que estava em seu nome, de R$ 3 milhões, segundo o processo judicial. As informações são do jornal O Globo.

A taxa de crianças no Brasil que sabem ler até o fim do segundo ano do ensino fundamental passou de 36% em 2021 para 56% em 2023.

Em 2023, 56% das crianças brasileiras das redes públicas alcançaram o patamar de alfabetização definido pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para o 2º ano do ensino fundamental. Em 2021, a percentagem era de 36%. Os dados foram apresentados no 1º Relatório de Resultados do Indicador Criança Alfabetizada, divulgado na terça-feira pelo Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana, em reunião com o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e com governadores no Palácio do Planalto.

Com esse resultado, o Brasil recuperou o desempenho de alfabetização anterior à pandemia de covid-19. Essa foi uma meta estabelecida pelo Ministério da Educação (MEC) para o ano passado, por meio do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada. O novo Indicador é 20 pontos percentuais (p.p.) maior do que o desempenho apresentado pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) 2021, além de estar 1 p.p. acima da avaliação de 2019 (55%).

Luis Fortes/MEC



Os dados foram apresentados pelo Ministro de Estado da Educação, Camilo Santana.

"Voltamos ao status de antes da pandemia, em 2019. Todos os estados, sem exceção melhoraram de 2021 para 2023. É importante a gente comemorar, mas estamos muito longe do ideal. Não queremos só metade, queremos 100% das crianças alfabetizadas na idade certa", afirmou Camilo Santana.

O Indicador Criança Alfabetizada pode ser calculado a partir do alinhamento nacional dos dados apurados pelas avaliações aplicadas pelos estados em 2023, tendo contado com a participação de 85% dos alunos das redes públicas brasileiras.

"Pela primeira vez no Brasil, temos um parâmetro do que é uma criança alfabetizada, conseguimos padronizar isso para todo o país, partindo de critérios e evidências científicas. É uma avaliação censitária e por aluno. Agora, podemos definir metas para estados e municípios", explicou o Ministro.

O Presidente Lula reforçou que a participação dos prefeitos e governadores será crucial para o alcance dessas metas: "O que vocês estão fazendo hoje é mais do que um acordo federativo, mas história. Hoje, junto com o governo federal, vocês assumiram o compromisso de chegarmos a 80% de crianças alfabetizadas na idade certa. É uma meta que vamos acompanhar, não para fazer concorrência de quem fez mais, mas para ir orientando estados e municípios de como fazer isso acontecer".

A secretária de Educação Básica do MEC, Kátia Schweickardt, explicou que o Inep conseguiu produzir a equalização dos resultados de todos os sistemas estaduais de educação, de modo a possibilitar que, em todos os anos, haja uma avaliação censitária de todas as crianças brasileiras do 2º ano. "Ano passado, foi feita a primeira avaliação nesse parâmetro e, pela primeira vez, temos um resultado de avaliação de alfabetização parametrizada para todo o País. Hoje, nós podemos acompanhar cada criança que está no final do 2º ano no Brasil. Também pela primeira vez, temos dados estratificados por município", pontuou.

Maio termina com recorde de frio em diversas regiões do País.

O mês de maio de 2024 termina com destaque para a primeira onda de frio no País e uma queda mais brusca de temperaturas em diversas regiões. Estados do Sul, Centro-Oeste e o Sudeste começaram essa quinta-feira (30) com muito frio, segundo a MetSul. No Rio Grande do Sul, a mínima ocorreu em São José dos Ausentes com -0,1ºC. Em Santa Catarina, a temperatura baixou a -2,4ºC em São Joaquim. Paraná anotou 1,0ºC em General Carneiro. Em São Paulo, mínima de 1,1ºC em Campos do Jordão. Em Minas Gerais, frio de -2,2ºC em Delfim Moreira. No Mato Grosso do Sul, temperatura de 5,2ºC em Amambaí.

Em Porto Alegre, segundo o Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia), as temperaturas mínimas registradas nessa quinta foram de 11,4°C no Jardim Botânico e de 10,3°C em Belém Novo.

Veja a seguir uma lista com as temperaturas mínimas dessa quinta em algumas cidades do Rio Grande do Sul:

– São José dos Ausentes: -0,1°C;
– Getúlio Vargas: 1,1°C;
– São Francisco de Paula: 2,1°C;
– Cambará do Sul: 2,2°C;
– Santana do Livramento: 2,2°C;
– Carazinho: 2,8°C;
– Caxias do Sul: 2,8°C;
– Esmeralda: 2,8°C;
– Campos Borges: 3,3°C;
– Coxilha: 3,3°C;
– Passo Fundo: 3,3°C;
– Porto Xavier: 3,3°C;
– Canela: 3,4°C;
– Quaraí: 3,4°C;
– Soledade: 3,4°C.

Divulgação


A Quinta-feira começou gélida e com geada em São Joaquim (SC).

Previsão

A MetSul Meteorologia prevê a continuidade do tempo firme no Rio Grande do Sul, que está sendo garantido nestes dias pela influência de um centro de alta pressão que acompanha a massa de ar frio que ingressou nesta semana com queda acentuada da temperatura.

Esta sexta-feira (31) terá sol e nuvens no Rio Grande do Sul. Novamente, bancos de nevoeiro e nuvens baixas formados por inversão térmica são esperados em vários pontos do estado, especialmente no Centro e no Leste gaúcho, entre a madrugada e de manhã, dissipando-se após. Muitas nuvens altas ingressam no estado no decorrer do dia.

O amanhecer é novamente frio em todo o Estado com marcas abaixo de 10ºC na grande maioria das cidades gaúchas. A área de São José dos Ausentes, nos Aparados da Serra, amanhece com -1ºC a 0ºC. As máximas à tarde ficam entre 17ºC e 20ºC na maior parte do Estado.

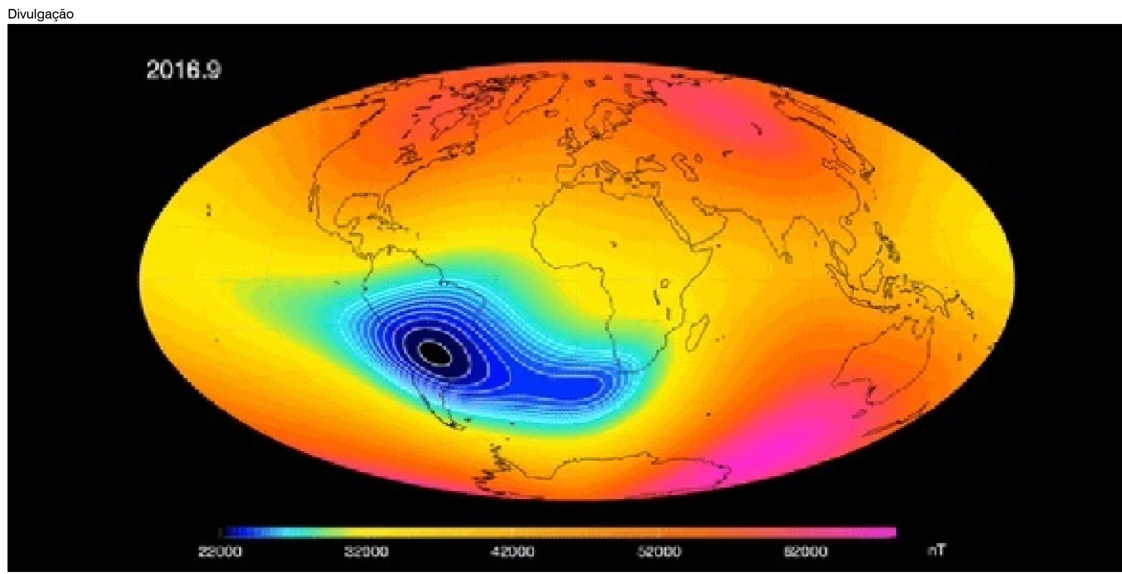
Porto Alegre e região metropolitana vão ter uma sexta-feira de sol e nuvens. Novamente, bancos de nevoeiro e nuvens baixas entre a madrugada e de manhã, mas que depois se dissipam. Haverá muitas nuvens Cirrus (altas) no céu depois da dissipação das nuvens baixas. A capital deve ter de 8ºC a 18ºC.

No sábado, o tempo segue firme no Rio Grande do Sul. O sol predomina no estado, mas pelo terceiro dia seguido haverá a formação de nuvens baixas e nevoeiro em vários pontos entre a madrugada e de manhã, dissipando-se depois. Em pontos mais a Leste do estado, a nebulosidade pode tardar a se dissipar. Porto Alegre deve anotar entre 10ºC e 21ºC.

No domingo, mais um dia de tempo excelente. O sol segue predominando no Rio Grande do Sul, embora nuvens esparsas. Permanece a possibilidade de nuvens baixas, neblina e nevoeiro entre a madrugada e de manhã. O dia começa menos frio e a tarde será agradável com maior aquecimento. Em Porto Alegre, a temperatura deve variar entre 13ºC e 25ºC.

A anomalia magnética do Atlântico Sul está se intensificando no Brasil, segundo os Estados Unidos e o Reino Unido.

Divulgação



A causa exata da Anomalia Magnética do Atlântico Sul ainda é desconhecida.

A intrigante Anomalia Magnética do Atlântico Sul (AMAS) está se aprofundando e se expandindo, causando preocupação crescente na comunidade científica. Esse fenômeno, que afeta a região sobre o Brasil e o Atlântico Sul, apresenta um campo magnético terrestre significativamente mais fraco em comparação com outras partes do planeta, resultando em impactos críticos para os sistemas de navegação.

A causa exata da Anomalia Magnética do Atlântico Sul ainda é desconhecida, mas a intensidade do campo magnético cai para um terço da média global.

Segundo o relatório anual de 2023 do World Magnetic Model (WMM), elaborado pelos centros National Centres for Environmental Information (NCEI), da NOAA, dos Estados Unidos, e British Geological Survey (BGS), do Reino Unido, em 2023 houve uma diminuição da intensidade do campo magnético em superfície da AMAS. Além disso, o centro da anomalia deslocou-se aproximadamente 20 km para oeste. "A área afetada, determinada pela região dentro do contorno de 25.000 nT, aumentou cerca de 7% desde 2020", destaca o relatório.

Impactos no Brasil

Embora o fenômeno não implique riscos diretos à saúde humana ou às atividades diárias em terra, pode causar danos aos satélites e afetar a propagação das ondas de rádio.

Segundo o relatório, "o AMAS está se aprofundando e se movendo para oeste, com implicações diretas na radiação que pode atingir a Terra, impactando os satélites e a propagação de rádio".

De acordo com o site The Epoch Times, a anomalia afeta diretamente a América do Sul, especialmente o Brasil, onde a menor intensidade do campo magnético expõe satélites e sistemas de navegação a altos níveis de radiação cósmica.

A fragilidade do campo magnético nesta região pode causar falhas em componentes eletrônicos e sistemas de bordo, afetando negativamente tecnologias críticas de comunicação e monitoramento ambiental. Isso pode levar a quebras frequentes e até mesmo à desconexão de equipamentos. Além disso, a anomalia afeta a precisão dos sistemas de navegação que dependem de leituras magnéticas precisas, como bússolas.

O WMM é um modelo esférico harmônico do campo magnético principal da Terra, desenvolvido em colaboração entre o NCEI e o BGS. É atualizado a cada cinco anos para refletir as mudanças no campo magnético.

"A precisão do WMM2020 foi confirmada até 2024, com os erros gerais permanecendo bem abaixo dos máximos permitidos pelas especificações militares dos EUA", afirma o relatório. Isto indica que o modelo continua sendo uma ferramenta confiável para navegação e referência de atitude e direção, apesar das variações observadas no AMAS.

Os dados utilizados para monitorar e prever mudanças no campo magnético são coletados pela constelação de satélites Swarm da Agência Espacial Europeia (ESA). Estes dados são fundamentais para compreender a dinâmica da AMAS e desenvolver estratégias para mitigar os seus impactos negativos. As informações são do site Tempo.

Crise diplomática: Brasil confirma saída de embaixador e rebaixa nível da relação com Israel.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva decidiu não enviar um substituto para assumir o posto de embaixador do Brasil em Israel, após remover em definitivo do cargo o diplomata Frederico Meyer. A embaixada em Tel-Aviv será chefiada pelo encarregado de negócios Fábio Farias, o que indica o rebaixamento da relação entre os dois países.

O decreto de Lula com a remoção de Meyer foi publicado na quarta-feira (29) no Diário Oficial da União e assinado na véspera. A decisão é uma forma de protesto contra Israel. O Palácio do Planalto e o Itamaraty consideram que Meyer foi humilhado pelo governo do premiê Binyamin Netanyahu.

A crise escalou em fevereiro. Em viagem à Etiópia, Lula comparou as ações de Israel na Faixa de Gaza ao extermínio em massa de judeus por Adolf Hitler. Em reação, Meyer fora convidado pelo chanceler israelense, Israel Katz, para uma visita conjunta ao memorial do Holocausto, o museu Yad Vashem.

Geraldo Magela/Agência Senado



Frederico Meyer, embaixador do Brasil em Israel, durante sabatina no Senado em 23 de maio de 2023.

Mas, diante de câmeras, Katz fez uma reprimenda ao Brasil e declarou que Lula como persona non grata até que ele se desculpasse. O governo brasileiro considerou o episódio uma "armadilha", já que tudo foi feito em hebraico e Meyer, que não domina o idioma, ficou sem reação.

Nem Lula nem Israel deram sinais de ceder. Pelo contrário, a crise só se agravou. Em meio às exigências de retração de Israel, Netanyahu convidou o ex-presidente Jair Bolsonaro a visitar o país e recebeu os governadores Ronaldo Caiado (Goiás) e Tarcísio de Freitas (São Paulo) – o que rendeu queixas ao embaixador israelense em Brasília, Daniel Zonshine.

Na sexta-feira, Meyer voltou a Tel-Aviv pela primeira vez, após três meses no Brasil.

Mas a viagem não era para que ele reassumisse o cargo. O diplomata foi designado representante especial junto à Conferência do Desarmamento, em Genebra, na Suíça.

Em nota, a Confederação Israelita do Brasil (Conib) lamentou a retirada do embaixador brasileiro e o rebaixamento da relação.

"Os dois países têm uma rica história de cooperação e afeto, iniciada desde a aprovação da partilha da Palestina, em 1947, em votação na Assembleia Geral da ONU, conduzida pelo brasileiro Oswaldo Aranha", afirmou a Conib. "A medida unilateral nos afasta da tradição diplomática brasileira de equilíbrio e busca de diálogo e impede que o Brasil exerça seu almejado papel de mediador e protagonista no Oriente Médio." As informações são do jornal O Estado de S. Paulo.

Pela primeira vez na história dos Estados Unidos, um ex-presidente é condenado criminalmente.

Donald Trump se tornou nessa quinta-feira (30) o primeiro ex-presidente dos Estados Unidos a ser condenado por um crime. Candidato novamente à Casa Branca neste ano, Trump foi considerado culpado por fraude contábil ao ocultar o pagamento de US$ 130 mil pelo silêncio da ex-atriz pornô Stormy Daniels na eleição de 2016, quando derrotou Hillary Clinton, do Partido Democrata. Segundo a acusação, o suborno foi usado para ocultar a relação com Daniels e, assim, interferir no processo eleitoral.

A decisão do júri, anunciada num tribunal de Nova York, foi unânime. Trump foi declarado culpado em todas as 34 acusações pelos 12 integrantes do colegiado.

Ao deixar o tribunal, o ex-presidente atacou o juiz e disse que o ”verdadeiro veredito” virá em novembro, na eleição.

”Isso foi uma desgraça. Este foi um julgamento manipulado por um juiz em conflito de interesses e corrupto”, afirmou. ”Não fizemos nada de errado. Sou um homem inocente. Estou lutando pelo nosso país.”

Candidato e condenado

Mesmo condenado, Trump pode disputar a eleição e governar, se vencer. Inclusive se for preso. Não há nada na lei americana que o impeça. Ele também pode recorrer da condenação.

Mas talvez seja impedido de votar em novembro. Isso porque o registro de eleitor de Trump é da Flórida, e naquele estado condenados não podem votar até que cumpram totalmente sua pena.

O juiz do caso, Juan Merchan, ainda vai determinar a pena. A decisão deve sair em 11 de julho. Na pior das hipóteses, Trump pode pegar 4 anos de prisão.

No entanto, analistas americanos consideram pouco provável que o ex-presidente vá para a cadeia. Isso porque as 34 acusações se referem a crimes de Classe E, considerados leves em Nova York.

Além disso, o juiz pode considerar que:

– É a primeira condenação criminal de Trump;

– O crime não foi violento;

– A idade do condenado é de 77 anos;

– Ele já foi presidente dos EUA e pode ser novamente.

Em vez de prisão, o juiz pode optar por uma pena mais branda, como liberdade condicional ou multa.

A situação de Trump poderia se complicar caso avançassem os demais processos a que ele responde: um por se apropriar de documentos sigilosos da Casa Branca, um por tentar interferir no resultado da eleição de 2020 (quando perdeu), e o mais grave, relacionado à invasão do Congresso americano em janeiro de 2021, quando seus apoiadores tentaram impedir a posse de Biden.

Reprodução



Donald Trump se tornou nessa quinta-feira (30) o primeiro ex-presidente dos Estados Unidos a ser condenado por um crime.

Como ele se defende

Trump se diz vítima de perseguição política e costuma afirmar que o julgamento criminal faz parte de uma suposta campanha para evitar a volta dele à Casa Branca.

Nos EUA, uma pessoa condenada criminalmente pode concorrer à presidência, até mesmo se for presa.

A Constituição dos EUA determina as seguintes condições para que uma pessoa seja presidente:

– Ter nascido nos EUA.

– Ter pelo menos 35 anos.

– Ter morado nos EUA durante 14 anos.

Ou seja, a Constituição não proíbe que uma pessoa condenada criminalmente seja presidente.

Pelo menos dois outros políticos já concorreram à presidência dos EUA mesmo com condenações criminais:

– Há cerca de 100 anos, Eugene Debs concorreu mesmo preso. Ele foi o candidato do Partido Socialista e teve cerca de 1 milhão de votos;

– Lyndon LaRouche foi candidato a presidente em todas as eleições entre 1976 e 2004. Em uma das eleições, mesmo preso, ele teve 26 mil votos. As informações são do portal de notícias G1.

Saiba quais são os próximos passos após a condenação de Donald Trump.

A condenação do ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump nessa quinta-feira (30) é apenas o mais recente passo em sua odisseia legal no sistema judicial de Nova York. O juiz do caso, Juan Merchan, marcou a sentença do magnata republicano para 11 de julho. Ele pode ser condenado a até quatro anos atrás das grades ou à liberdade condicional. É a primeira vez que um ex-chefe de Estado americano é condenado criminalmente na História dos EUA.

Trump já indicou que planeja recorrer, depois de meses criticando o caso e atacando o promotor público de Manhattan, que o apresentou, e o juiz Merchan, que presidiu o julgamento. No entanto, muito antes de esse recurso ser ouvido, o republicano terá outras etapas criminais para cumprir.

Um relatório de pré-sentença fará recomendações com base na ficha criminal do réu — que neste caso é primário — bem como em sua história pessoal e no crime em si. Trump foi considerado culpado de falsificar registros fiscais em relação a um pagamento de US$ 130 mil a Stormy Daniels, uma atriz pornô, para encobrir um escândalo sexual que ameaçava prejudicar sua campanha presidencial em 2016.

Um psicólogo ou assistente social que trabalha para o Departamento de Liberdade Condicional pode conversar com Trump, que pode "tentar causar uma boa impressão e explicar por que merece uma punição mais leve", de acordo com o Sistema de Tribunais Unificados do Estado de Nova York.

O relatório de pré-sentença ainda pode incluir argumentos da defesa e descrever se "o réu está em um programa de aconselhamento ou tem um emprego estável". No caso de Trump, ele é candidato, por assim dizer, a um emprego estável como presidente dos Estados Unidos — uma campanha que pode ser complicada por sua nova condição de criminoso, já que o magnata provavelmente terá de se apresentar regularmente a um oficial de liberdade condicional, e regras sobre viagens poderão ser impostas.

Não há nenhuma proibição legal para Trump concorrer à Presidência como um condenado, ou mesmo servir como presidente. Mas votar seria mais complicado: ele está registrado na Flórida, que exige que os criminosos cumpram toda a sua sentença, incluindo liberdade condicional ou liberdade provisória, antes de recuperar o direito de voto. Faltando apenas alguns meses para o dia da eleição, parece improvável que ele possa cumprir sua sentença antes disso.

Reprodução



Ex-presidente dos EUA prometeu recorrer, mas pode enfrentar limitações em sua capacidade de viajar e votar enquanto faz campanha.

O ex-presidente dos EUA foi condenado por 34 crimes de Classe E, o nível mais baixo de Nova York, cada um dos quais com uma pena potencial de até quatro anos de prisão. Liberdade condicional ou confinamento em casa são outras possibilidades que o juiz Merchan pode considerar.

Merchan já indicou no passado que leva a sério os crimes de colarinho branco. Se ele impusesse pena de prisão, provavelmente imporia a punição simultaneamente, o que significa que Trump cumpriria uma única pena por cada uma das acusações pelas quais foi condenado em paralelo.

Não se sabe se Trump seria obrigado a usar tornozeleira eletrônica, por exemplo, mas ele poderia ser preso imediatamente caso fosse flagrado cometendo outros crimes. O magnata de 77 anos enfrenta atualmente três outros processos criminais: dois federais, que tratam de sua manipulação de documentos confidenciais e de seus esforços para anular a eleição de 2020, e um processo estadual na Geórgia que diz respeito à interferência eleitoral.

Mesmo antes da sentença, espera-se que a equipe jurídica de Trump apresente uma notificação de recurso, um procedimento simples que, no entanto, deve ser seguido prontamente. Como ele foi condenado por delitos não violentos, é improvável que seja preso enquanto aguarda a sentença; o processo de sentenciamento também pode ser suspenso durante a apelação. Isso poderia levar qualquer punição para além do dia da eleição, já que um recurso poderia levar meses para ser ouvido e julgado. (Com agências internacionais)

Saiba por que a Coreia do Sul e a do Norte jogam balões no território um do outro.

A Coreia do Norte lançou centenas de balões com lixo na Coreia do Sul, trazendo à tona memórias da guerra de propaganda que vem sendo travada pelos dois lados há mais de 60 anos.

Pelo menos 260 balões carregando sacos plásticos repletos de lixo foram encontrados no Sul na noite de terça-feira (28), o que levou as autoridades sul-coreanas a alertar os moradores a permanecerem em casa.

A Coreia do Norte alertou há poucos dias que iria retaliar a distribuição de panfletos contra Pyongyang conduzida por organizações sul-coreanas.

Os objetos — sobretudo panfletos conhecidos como pira em coreano — transportados e distribuídos por balões entre a Coreia do Norte e do Sul, remetem à Guerra da Coreia na década de 1950.

A prática começou para valer durante o conflito, com as forças das Nações Unidas (ONU) lançando panfletos sobre o Norte como parte da guerra psicológica.

Em contrapartida, a Coreia do Norte também espalhou panfletos visando as forças da ONU.

Quando o armistício foi assinado em 27 de julho de 1953, um total de 2,8 bilhões de folhetos haviam sido distribuídos. Destes, 2,5 bilhões foram lançados pela Coreia do Sul e pelas forças da ONU, enquanto a Coreia do Norte e a União Soviética lançaram 300 milhões.

Esta quantidade seria capaz de cobrir toda a Península Coreana mais de 20 vezes.

A maioria dos panfletos tinha cores vivas — predominantemente vermelho — para chamar a atenção.

Eles continham principalmente mensagens encorajando a rendição. Alguns folhetos também incluíam ”certificados de garantia de segurança”, prometendo proteção aos titulares deles.

Mesmo depois do armistício de 1953, que marcou o fim das hostilidades entre ambos os lados, a distribuição de panfletos continuou.

Eles eram repletos de conteúdo criticando os líderes uns dos outros e seus respectivos governos.

Nas décadas de 1960 e 1970, os panfletos da Coreia do Norte enfatizavam o desenvolvimento de Pyongyang e promoviam as conquistas do então presidente Kim Il-sung.

Nos anos 1970, a panfletagem norte-coreana prometia vários benefícios aos ”soldados que viessem para o Norte”, incluindo ”a garantia de direitos e liberdade, emprego, alocação gratuita de moradia de luxo, ajuda de custo e recompensas em dinheiro”.

Durante a década de 1970, as condições econômicas da Coreia do Norte foram muitas vezes consideradas melhores do que as da Coreia do Sul, levando a casos de deserção sul-coreana após a leitura dos panfletos.

Reprodução



As autoridades de Seul alertaram os moradores a evitar sair de casa e a não tocar em “objetos não identificados”.

Até os anos 1980, era comum estudantes sul-coreanos catarem panfletos enviados pela Coreia do Norte. Entregá-los em escolas ou delegacias de polícia poderia render a eles uma recompensa, como canetas, cadernos e outros materiais escolares.

Repartições públicas chegaram até a publicar anúncios oferecendo recompensas para quem entregasse espiões ou recolhesse panfletos contra os sul-coreanos.

À medida que a situação econômica entre os dois lados se inverteu, a Coreia do Sul começou a utilizar este aspecto em seus próprios panfletos contra os norte-coreanos.

Durante as Olimpíadas de Seul em 1988, slogans como ”Você não quer comer até ficar satisfeito?” foram usados para abordar diretamente esta mudança.

Uma pausa

Após a assinatura do Acordo Básico Intercoreano de 1991 e do Acordo Intercoreano para Cessar Atos Hostis de 2000, tanto a Coreia do Norte quanto a Coreia do Sul suspenderam oficialmente suas atividades de distribuição de panfletos.

Em 2007, a polícia do Sul aboliu os regulamentos que regiam a coleta e o processamento dos materiais de propaganda norte-coreanos — acabando efetivamente com as recompensas pela entrega de tais artigos, incluindo material escolar.

Embora a distribuição de folhetos com patrocínio oficial tenha sido interrompida, os panfletos não desapareceram completamente.

Quando as relações entre os dois lados começaram a se deteriorar durante o governo do presidente sul-coreano Lee Myung-bak, as críticas mútuas e a guerra psicológica foram retomadas.

E os panfletos sobrevoaram novamente os céus das duas Coreias. As informações são da BBC News.

Hamas diz que está pronto para um "acordo completo" se Israel parar a guerra.

O Hamas disse, nessa quinta-feira (30), que informou os mediadores que não participaria de mais negociações durante a ofensiva israelense em curso, mas que estava pronto para um "acordo completo", incluindo uma troca de reféns e prisioneiros, se Israel parasse a guerra.

As conversas, mediadas, entre outros, pelo Egito e pelo Qatar, para arranjar um cessar-fogo entre Israel e o grupo islâmico na guerra de Gaza, foram repetidamente estagnadas, com ambos os lados culpando o outro pela falta de progresso.

A última declaração do Hamas ocorreu no momento em que Israel prosseguia com uma ofensiva na cidade de Rafah, no sul de Gaza, apesar de uma ordem do CIJ (Tribunal Internacional de Justiça), o principal tribunal da ONU (Organização das Nações Unidas), para parar os ataques.

Reprodução


Declaração propõe troca de reféns e prisioneiros com o fim da ofensiva israelense em Gaza.

"O Hamas e as facções palestinas não aceitarão fazer parte desta política continuando as negociações à luz da agressão, do cerco, da fome e do genocídio do nosso povo", dizia a declaração do Hamas.

"Hoje, informamos os mediadores da nossa posição clara de que se a ocupação parar a sua guerra e agressão contra o nosso povo em Gaza, a nossa prontidão (é) para chegar a um acordo completo que inclua trocas compreensivas", acrescentou.

Israel rejeitou ofertas anteriores do Hamas como insuficientes e disse que está determinado a eliminar um grupo empenhado na sua destruição. O governo israelense afirma que a sua ofensiva em Rafah se concentra no resgate de reféns e na erradicação dos combatentes do Hamas.

Quase 36 mil palestinos foram mortos nos ataques de Israel em toda Gaza, afirma o Ministério de Saúde local. Israel lançou a operação depois de militantes liderados pelo Hamas atacarem comunidades do sul de Israel em 7 de outubro do ano passado, matando cerca de 1.200 pessoas e fazendo mais de 250 reféns, segundo registros israelenses.

rede pampa de comunicação

Presidente: Alexandre Gadret

Vice-Presidente: Paulo Sérgio Pinto



Diretores: Rafael Gadret e Christina Gadret

Editores: Marcelo Warth Neto e Fernanda Mendes Baldini

Redação: Bárbara Paiva, Bruno Laux, Carolina Rodrigues, Elaine Barcellos de Araújo, Érik da Silva Pastoris, Fabricia Albuquerque, Laura Santos Rocha, Lorenzo Rivero, Marcello Campos, Pedro Marques e Tiago Thomé de Oliveira.

Empresa Jornalistica Pampa Ltda.
Rua Orfanotrófio, 711
CEP: 90840-440 - Porto Alegre - RS

Redação:
Fone: (51) 3218.2529/3218.2531
E-mail: portal@osul.com.br

Departamento Comercial:
Fone: (51) 3218.2588

MP-RS DISPONIBILIZA CARTILHA ON-LINE SOBRE BULLYING.

A fim de contribuir ambientes escolares mais seguros e inclusivos, o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MP-RS) disponibiliza gratuitamente as cartilhas virtual "Bullying e Cyberbullying: Isso Não é Legal!" e "Bullying e Cyberbullying: o Que Diz a Lei Federal nº 14. 811". O material pode ser baixado por meio de link no site mprs. mp. br.

PROSSEGUE A OFERTA GRATUITA DE ÔNIBUS INTERMUNICIPAIS.

A prefeitura de Porto Alegre continua a viabilizar transporte gratuito por ônibus a abrigados que pretendem viajar para quase 100 cidades gaúchas do Interior ou Litoral onde contem com estrutura de apoio durante a catástrofe causada pelas enchentes. Os embarques são realizados no Terminal Antônio de Carvalho (avenida Bento Gonçalves nº 6. 670, bairro Agronomia).

PREFEITURA QUER AUMENTAR A IDADE MÁXIMA DOS ÔNIBUS.

Está em tramitação na Câmara de Vereadores de Porto Alegre um projeto de lei da prefeitura para permitir a ampliação de 13 para 16 anos na idade máxima dos ônibus em circulação no transporte público. Por outro lado, prevê que somente veículos zero-quilômetro e com ar-condicionado possam ser incluídos na frota de coletivos da capital gaúcha.

LINHA DE ÔNIBUS VOLTA A ATENDER O BAIRRO HUMAITÁ.

Com a liberação de mais trechos de vias públicas que haviam sido inundados durante as enchentes em Porto Alegre, a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC) confirmou reativação da linha de ônibus "704 – Humaitá", que atende um dos bairros mais atingidos pela catástrofe. Informações em tempo real podem ser obtidas por meio do aplicativo Cittamobi.

PREFEITURA LANÇA PLANO PARA RECONSTRUÇÃO DE PORTO ALEGRE.

A prefeitura da capital gaúcha marcou para as 9h desta sexta-feira (31) o anúncio e detalhamento do plano de ação "Porto Alegre Forte", bem como da plataforma "Reconstruir Porto Alegre". Ambas as iniciativas foram elaboradas por técnicos da diversas secretarias e órgãos municipais, com base em um mapeamento dos danos causados pela enchente na cidade.

SITE ATUALIZA DADOS SOBRE AS ENCHENTES NA CAPITAL.

O site prefeitura. poa. br/inundacoes compartilha mapas e painéis interativos com informações sobre os alagamentos e seus impactos na infraestrutura de Porto Alegre, além de outras informações sobre a catástrofe climática. Atualizada constantemente, a plataforma foi desenvolvida de forma conjunta por técnicos de diversas secretarias municipais e tem acesso liberado a qualquer cidadão.

ÚLTIMO DIA PARA SOLICITAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS.

Termina nesta sexta-feira (31) o prazo para que agricultores de Porto Alegre solicitem insumos de manejo do solo oferecidos pela Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política (Smgov). A iniciativa faz parte do Plano de Desenvolvimento Rural Sustentável e inclui adubo, calcário e material triturado arbóreo. O formulário está disponível em prefeitura. poa. br.

SAFRA GAÚCHA DE CÍTRICOS DEVE SOFRER PERDA DE 50%.

As enchentes que atingem o Rio Grande do Sul devem comprometer aproximadamente 50% das safras gaúchas de laranja, bergamota e limão, sobretudo nas regiões do Vale do Caí e Vale do Taquari. Trata-se de um prejuízo inédito ao segmento no Estado, de acordo com projeção da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação (Seapi).

POSTOS DO TUDO FÁCIL SÃO REABERTOS EM CINCO CIDADES.

Após um mês de fechamento, seis unidades do Tudo Fácil serão reabertas nesta sexta-feira (31). Na lista estão Porto Alegre (Zonas Sul e Norte), Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Rio Grande, com horários que podem ser conferidos em estado. rs. gov. br. Já o posto de Lajeado mantém regime de plantão e o do Centro da Capital permanece fechado.

UNIDADE MÓVEL OFERECE ATENDIMENTO NA LOMBA DO PINHEIRO.

A partir desta sexta-feira (31), os atendimentos do posto de saúde da Vila Mapa (Lomba do Pinheiro), na Zona Leste de Porto Alegre, serão prestados por unidade móvel estacionada ao lado do Cemitério Jardim da Paz (rua João de Oliveira Remião nº 1. 347) de segunda a sexta-feira (8h-17h). Os serviços incluem vacinação contra gripe, covid e tétano.

PREÇOS ABUSIVOS: WHATSAPP 156 RECEBE DENÚNCIAS.

O Procon Municipal de Porto Alegre disponibiliza por meio do whatsapp do portal 156 um atendimento específico de denúncias emergenciais sobre preços abusivos de produtos e serviços em meio ao cenário de crise gerado pelas enchentes no Rio Grande do Sul. Basta adicionar o número (51) 3433-0156, enviar a mensagem "Oi" e escolher a opção 2 (Denúncia).

COVID: RS PODE ENCERRAR O ANO COM 43 MIL MORTES.

Transcorridos quatro anos e dois meses desde a confirmação dos primeiros casos de coronavírus no Rio Grande do Sul (março de 2020), o Estado acumula 42. 947 mortes por covid – número que pode chegar a 43 mil até o fim de dezembro. Já os testes positivos totalizam quase 3,14 milhões, incluindo indivíduos que contraíram a doença mais de uma vez.

SECRETÁRIA EXECUTIVA DO MEC COMUNICA SAÍDA DA PASTA.

A secretária executiva do Ministério da Educação (MEC), Izolda Cela, anunciou a saída da pasta para disputar as eleições municipais de outubro. Ex-governadora do Ceará, Izolda deverá ser candidata a prefeita de Fortaleza ou Sobral (CE). Ela deixa a pasta às vésperas de acabar o prazo legal para a desincompatibilização de cargos de confiança.

PLANO COM METAS DA EDUCAÇÃO "CADUCA" EM JULHO.

Falta cerca de um mês para a atual versão do Plano Nacional de Educação expirar. Ainda assim, o Ministério da Educação (MEC) não enviou ao Congresso uma nova proposta de texto para esse documento, que é essencial na definição de metas para combater o analfabetismo, universalizar a educação básica e elevar a escolaridade média da população, por exemplo.

SONIA GUAJAJARA VAI PRESIDIR FUNDO INDÍGENA LATINO-AMERICANO.

A ministra dos Povos Indígenas, Sonia Guajajara, foi eleita, em assembleia geral, presidente do Conselho Executivo do Fundo para o Desenvolvimento dos Povos Indígenas da América Latina e Caribe (Filac). É primeira vez que um representante brasileiro vai presidir o fundo, formado pelos países da América Latina e também por Portugal, pela Espanha e Bélgica.

MARCHA PARA JESUS REÚNE MILHARES DE PESSOAS NA CAPITAL PAULISTA.

Milhares de pessoas se reuniram na Avenida Tiradentes, próximo à Estação da Luz, na região central paulistana, para participar da Marcha para Jesus. Os fiéis foram acompanhados por diversos trios elétricos, com discursos, orações e música. A multidão carregou ainda uma bandeira gigante de Israel.

MEGA-SENA SORTEIA R$ 80 MILHÕES NESTE SÁBADO.

O concurso 2. 731 da Mega-Sena pode pagar um prêmio de R$ 80 milhões para quem acertar as seis dezenas. O sorteio ocorre às 20h deste sábado, 1° de junho, no Espaço Loterias da Caixa, em São Paulo. A aposta mínima para a loteria custa R$ 5 e pode ser realizada também pela internet (app ou site da Caixa Federal).

LEILÃO DE COMPRA DE ARROZ IMPORTADO SERÁ NO DIA 6.

A Companhia Nacional de Abastecimento vai realizar no dia 6 de junho o primeiro leilão para compra de até 300 mil toneladas de arroz importado. A medida foi adotada para reduzir o preço do produto, que chegou a aumentar em até 40% por causa das enchentes no Rio Grande do Sul, Estado responsável por 70% da produção nacional.

1º LOTE DE RESTITUIÇÃO DO IR SAI NESTA SEXTA.

A Receita Federal vai começar a pagar o 1º lote de restituições do Imposto de Renda 2024 nesta sexta (31). Mais de 5,5 milhões de contribuintes serão contemplados, com um valor total de crédito de R$ 9,5 bilhões. Este é o maior valor já pago pelo Fisco em um lote de restituição do IRPF.

RENEGOCIAÇÃO DO FIES TEM PRAZO PRORROGADO.

O Ministério da Educação (MEC) prorrogou o prazo para estudantes renegociarem suas dívidas no Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) — com descontos de até 99%. A princípio, a etapa terminaria em 31 de maio, mas foi adiada até 31 de agosto de 2024. O valor do abatimento depende do perfil socioeconômico do aluno e do período de atraso no pagamento.

TSE PUBLICA EDITAL PARA CONCURSO COM SALÁRIOS DE ATÉ R$ 13,9 MIL.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) publicou o edital do concurso unificado com 395 vagas e salários de até R$ 13. 994,78. As oportunidades são para os cargos técnico e analista judiciário, de nível superior. Do total de oportunidades, 126 são para cargos de analista e 269 para técnico, ambos no setor judiciário, além da formação de cadastro reserva.

APÓS ADIAMENTO, PROVAS DO CONCURSO DO BC SERÃO APLICADAS EM AGOSTO.

O Banco Central anunciou uma nova data para as provas do concurso público que está ofertando 100 vagas na instituição, com salários iniciais de R$ 20,9 mil. As avaliações serão realizadas no dia 4 de agosto em todas as capitais do País. Previstas inicialmente para o dia 19 de maio, as provas foram adiadas por conta da situação de calamidade pública no RS.

LANÇADA CAMPANHA DE PREVENÇÃO AO USO DE CIGARROS ELETRÔNICOS.

O Ministério da Saúde e o Instituto Nacional de Câncer lançaram uma campanha de prevenção ao uso de cigarros eletrônicos. “De acordo com a Organização Mundial da Saúde, novos produtos, como os cigarros eletrônicos, e informações enganosas da indústria do tabaco são uma ameaça, levando a uma iniciação ao tabagismo cada vez mais precoce”, destacou a pasta.

SUSPEITO DE MATAR EX E AMIGO DELA SE ENTREGA À POLÍCIA.

Vinícius Wallace, o homem suspeito de invadir uma residência e matar a ex-namorada e o amigo dela na frente da filha de 1 ano e 8 meses, se entregou à polícia. O crime aconteceu no último sábado (25), em Porto Velho (RO). Vinícius, que estava foragido desde o dia do crime, foi preso no escritório do seu advogado.

SUÉCIA ABRE MÃO DE AVIÕES-RADAR PARA REFORÇAR DEFESA DA UCRÂNIA.

O governo da Suécia abriu mão de seus dois aviões-radar para reforçar a defesa aérea do país invadido em 2022. O anúncio foi feito em Estocolmo pelo ministro Pal Jonsson (Defesa), que na véspera havia descartado o envio de caças suecos Saab Gripen para a Ucrânia, em favor de uma padronização de doações de modelos americanos F-16.

EUA LANÇA MEDIDAS PARA APOIAR O SETOR PRIVADO DE CUBA.

Os Estados Unidos anunciaram, nesta semana, várias medidas destinadas a promover o desenvolvimento do setor privado em Cuba, incluindo o acesso condicional ao sistema bancário americano. A partir de agora, os empresários cubanos poderão abrir uma conta bancária nos Estados Unidos e acessá-la online para realizar transações autorizadas.

MAIS DE 27 MIL MILITARES VÃO VIGIAR ELEIÇÕES NO MÉXICO.

Um total de 27. 245 soldados e membros da Guarda Nacional serão destacados para garantir a segurança nas eleições gerais de domingo no México, marcadas pelo assassinato de mais de 20 candidatos. O presidente mexicano, Andrés Manuel López Obrador, disse que o objetivo desta operação é que os eleitores "possam ir votar com calma, segurança, sem medo".

ONU PREVÊ TEMPORADA DE FURACÕES ALTAMENTE ATIVA.

A OMM (Organização Meteorológica Mundial) alertou que prevê uma temporada de furacões altamente ativa. A entidade ligada à ONU destacou a necessidade de alertas antecipados para salvar vidas. A temporada de furacões no Atlântico, que vai de junho a novembro, registra atividade acima da média por oito anos consecutivos, disse a OMM.

APÓS 12 ANOS, PAPA FRANCISCO INDICA NOVO MORDOMO.

Após 12 anos de serviços como mordomo do Papa, Sandro Mariotti (conhecido como "Sandrone" por ter 1,90m de altura) será transferido para outra função na Santa Sé. Segundo informações obtidas pela agência Ansa, Francisco escolheu para substituí-lo Daniele Cherubini, que até então era operador do Fundo de Assistência Sanitária (FAS) do Vaticano.

CHINA ANUNCIA ENVIO DE 2 PANDAS GIGANTES AOS EUA.

A China enviará dois jovens pandas gigantes para Washington, informou o Zoológico Nacional dos Estados Unidos na quarta-feira (29). Em entrevista coletiva, o embaixador da China nos EUA, Xie Feng, disse que as pessoas deveriam cuidar das relações entre Pequim e Washington tal como os dois países cuidam dos pandas.

RESTOS DE 18 MORTOS POR NAZISTAS NA 2ª GUERRA SÃO IDENTIFICADOS.

Pesquisadores identificaram 18 civis executados por nazistas durante a Segunda Guerra Mundial em Adele, na Grécia, usando técnicas de análise de DNA antigo e genômica. Eles morreram em junho de 1941 após serem forçados a cavar sua própria vala comum, de acordo com estudo publicado na revista Forensic Science International: Genetics.

RESTOS DE CAVALOS ENTERRADOS HÁ 2 MIL ANOS SÃO ENCONTRADOS NA FRANÇA.

Arqueólogos encontraram nove grandes sepulturas contendo os restos de 28 cavalos e dois cachorros, de até 2 mil anos, enterrados em Villedieu-sur-Indre, na França. Em entrevista ao jornal The Guardian, eles afirmam que os esqueletos datam do período das Guerras Gálicas, entre 100 a. C. e 100 d. C., durante o fim da conquista romana da Gália e o início do império romano.

LADY GAGA VAI LANÇAR NOVO ÁLBUM.

A cantora Lady Gaga deve lançar um novo álbum em breve após quatro anos desde o seu último lançamento. O anúncio foi feito nos minutos finais de "Chromatica Ball Film", longa que a Max lançou no dia 25 para mostrar um show da artista realizado em Los Angeles, nos Estados Unidos. O último trabalho da artista foi "Chromatica", lançado em 2020.

MORRE ALBERT RUDDY, PRODUTOR DE "O PODEROSO CHEFÃO", AOS 94 ANOS.

Morreu no último sábado (25) o produtor Albert S. Ruddy, aos 94 anos. Ruddy é um dos nove produtores que já ganharam mais de um Oscar de melhor filme, tendo vencido o prêmio com "O Poderoso Chefão", em 1973, e "Menina de Ouro", em 2005. Ruddy estreou como produtor em 1965 com o filme "Vítima de um Pecado", de Brian G. Hutton.

CASA DO FILME "ESQUECERAM DE MIM" É COLOCADA À VENDA POR R$ 27 MILHÕES.

A casa onde foi filmado o filme Esqueceram de Mim, protagonizado por Macaulay Culkin, está à venda em Illinois, nos Estados Unidos, por US$ 5,25 milhões – cerca de R$ 27 milhões na cotação atual. O imóvel foi anunciado pela corretora Coldwell Banker Realty. Ao todo, são cinco quartos, seis banheiros e cerca de 847 metros quadrados.

PENA DE PÁSSARO EXTINTO É VENDIDA POR R$ 147 MIL EM LEILÃO.

Uma pena de uma ave extinta foi vendida por um valor recorde em um leilão na Nova Zelândia. O vencedor do leilão pagou 46. 521,50 dólares neozelandeses, o equivalente a cerca de R$ 147 mil. Leah Morris, da casa de leilões Webb's, disse que a peça estava "em ótimas condições". A pena pertencia a um pássaro huia, cuja espécie foi avistada pela última vez em 1907.

GALERIA DE ANIVERSARIANTES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

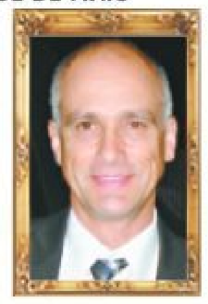
ANIVERSARIANTES DO DIA 31 DE MAIO


Desembargador José Luiz Borges Germano da Silva


Egla Matone

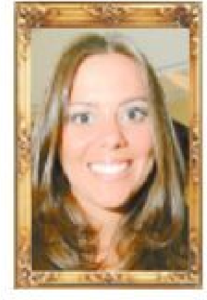
Newton Quites


Alexandra Baldisserotto

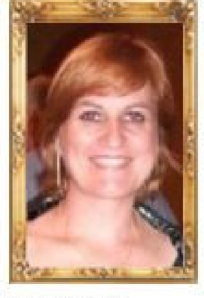

José Aurélio Pedroso


Luciana Severo Gandolfi

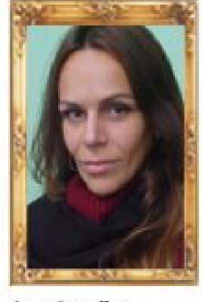

Domingos Laitano


Letícia Loeff


Carlos Alberto De Oliveira Cruz


Roseli Lopez

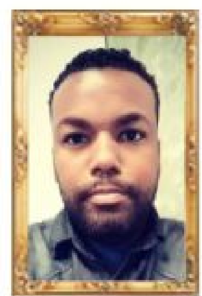

Hércules Testa

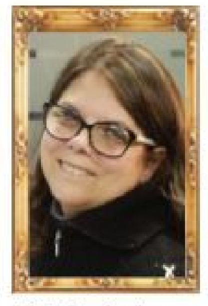

Ana Carolina Bittencourt

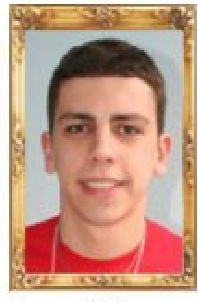

Vagner Albrecht


Maria E. Ortiz Satt


Débora Giacomet


Denilson Flores


Lúcia Fontanive

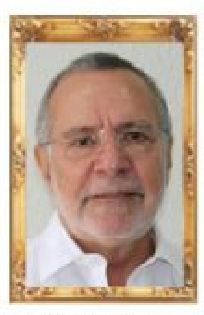

Bruno Mahlmann Rieger

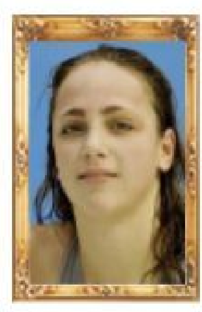

Daniela Boldrini


Todd McKenney


Angélica de Moraes


Aline Niederauer Cubas


Carlos Alberto Batinga Chaves

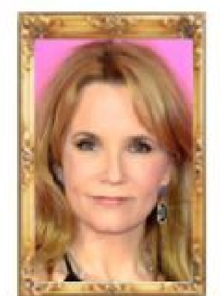

Daniela Samulski

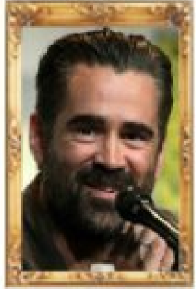

Marco Nanini


Adriana Volpe

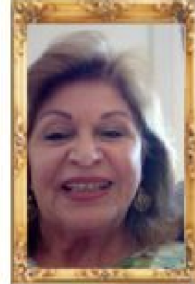

Marcelo Falcão

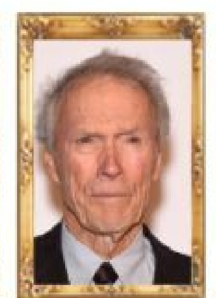

Tamara Brinkman

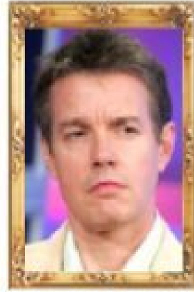

Lea Thompson


Colin Farrell


Válber Roel de Oliveira

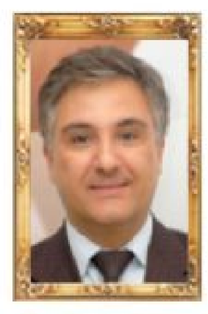

Tereza W. Strassburger


Clint Eastwood


Kyle Secor

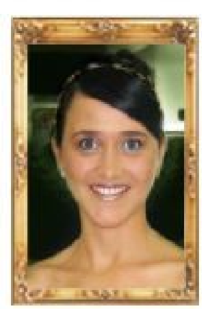

Marília Gabriela

GALERIA DE ANIVERSARIANTES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.
ANIVERSARIANTES DO DIA 31 DE MAIO


Ricardo Cardoso Bernardt


Alessandra Jovigelevicius

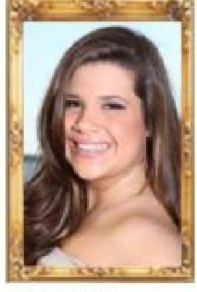

Jonathan Tucker


Milena Schoeller


José César Sperinde Filho


Rita de Cássia Brum


Gustavo de Souza


Yadja Luz


Chris Elliott

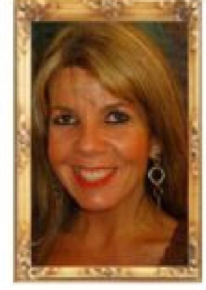

Daniela Ervis Remião

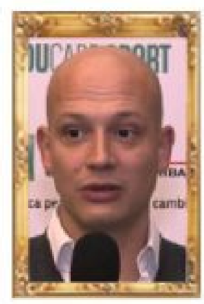

Jones Nei Maizonave


Rosangela Fagundes


Gregory Harrison

Roma Maffia

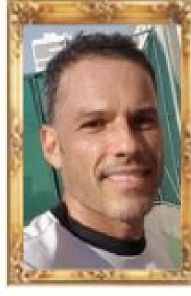

Daniela Fernandes Medeiros

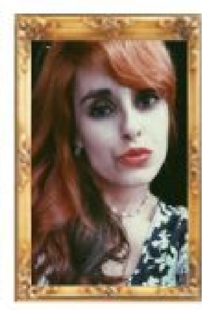

Domenico Fioravanti


Simone da Rocha Fernandes


Rafael Gomes Baptista


Laura Fonseca


James Marchiori


Juliana Jergensen


Tom Berenger


Paulina Nudelman

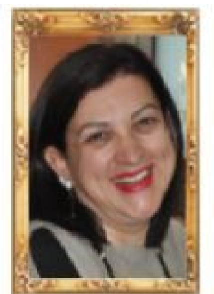

Philippe Gache


Ara Celi


Luiz Fernando Kroeff


Nancy Pimental

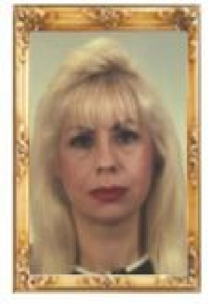

Válber


Júcelia Bergmann

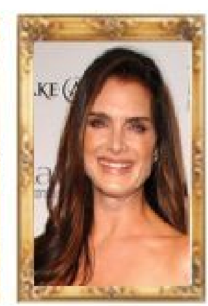

Azealia Banks


Jo Vonlanthen


Cristina Teixeira


Lilia SantAnna Della Giustina


Giuliano V. de Paula


Brooke Shields

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS



LULA DEIXA MINISTROS NA GELADEIRA, SEM DESPACHAR

CLÁUDIO HUMBERTO

A agenda oficial de Lula é reveladora do prestígio e a aversão que o petista alimenta em relação aos ministros, nomeados na tentativa de garantir alguma governabilidade. Passados 149 dias de 2024, quatro ministros sequer foram recebidos para despachar com o chefe: Waldez Góes (Integração), Simone Tebet (Planejamento), André de Paula (Pesca) e o general Marcos Amaro (GSI). A lista encurtou porque Celso Sabino (Turismo) finalmente teve o primeiro despacho semana passada.

Me erra
Dos 39 ministros do inchado governo Lula, 18 conseguiram apenas uma reunião privada com Lula, nada além disso.

Pedala
Quando ainda se trumbicava na Secom, Paulo Pimenta foi recebido 7 vezes, mas não porque Lula estava feliz com o ministro da Propaganda.

Porta aberta
Rui Costa, da Casa Civil, tido como o chefe dos ministros e de maior prestígio com Lula, empata com Pimenta em número de despachos.

Na lista
Nísia Trindade (Saúde), Fernando Haddad (Fazenda), Camilo Santana (Educação) e o chanceler decorativo Mauro Vieira tiveram 5 reuniões.

‘Governo Lula é vingativo’, diz representante do agro
Para o deputado Rodolfo Nogueira (PL-MS) a administração petista e o presidente Lula adotaram a vingança como política de governo, em especial contra o agronegócio. Em entrevista ao podcast Diário do Poder desta semana, o vice-presidente da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados lamentou “intervenções do governo contra o produtor rural”, como no caso da importação de R$7 bilhões de arroz após as enchentes no Sul, tida pelos próprios arrozeiros como desnecessária.

Motivo torpe
Segundo Nogueira, a grande maioria dos produtores rurais apoiou o ex-presidente Jair Bolsonaro em 2022, suposta razão pela “vingança”.

Relação limitada
O deputado lamenta que “o governo fala, mas faz ao contrário” nas relações com parlamentares: “conversa pouco, quase nada”.

Muitas tragédias
No caso da tragédia no Rio Grande do Sul, “o governo Lula foi no mínimo negligente”, avalia Nogueira.

Universo paralelo
“Liberação de drogas, fim de revistas íntimas, audiência de custódia... vejo que nossos julgadores, inclusive no nosso Supremo, vivem em um universo paralelo, mundo fantasioso, não conhecem as ruas”, avaliou o deputado Sargento Fahur (PSD-PR).

O gato comeu
O governo obteve crédito suplementar de R$3 bilhões para Saúde e intrigou a deputada Adriana Ventura (Novo-SP): “Pergunta se eu, titular da Comissão de Saúde, sei para onde foram esses bilhões? Não sei”.

Pimenta no olho
Segundo o presidente do PCO, Rui Costa, o governo Lula tem problema de comunicação: “Falta competência, mas também é um problema político. Ninguém está interessado em comunicação chapa branca”.

Sem acertos
“Não identifico um único acerto do governo Lula no enfrentamento à calamidade”, cravou Sanderson (PL$_RS).Paraele,ogovernoLulaerro$

Nada de ajuda real
Para o deputado Mauricio Marcon (Pode-RS), o maior erro do governo petista foi a lorota de “benefícios” para gaúchos vítimas da enchente: “Lula só fez promessas até agora, ajuda real que é bom, nada!”.

Crítica ou elogio?
O deputado Ricardo Salles (PL-SP) acha que a pré-candidata à prefeitura de São Paulo pelo PSB, Tábata Amaral, “é cruza do Amoedo com o Moro”.

Pena mais dura
Avança na Câmara projeto de Lei que endurece em um terço a pena de prisão para crimes de lesão corporal quando cometido em escolas e hospitais. O texto é da deputada Geovania de Sá (PSDB-SC).

Nosso dinheirinho
Entre créditos não-previstos para 2024 estão R$14 milhões para a Presidência da República “fortalecer políticas” em uma Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

Pensando bem...
...a taxação dos sites de “blusinhas” não afeta a primeira-dama, ela só consome produtos de grifes de alto luxo.

PODER SEM PUDOR

Olho eletrificado
Coronel Toniquinho Pereira era chefe político em Itapetininga (SP), quando se viu obrigado a receber o governador, seu adversário, na estação ferroviária de Iperó. Cheio de má vontade, assim que o trem chegou à estação, Toniquinho foi logo reclamando do chefe da estação: “Entrou uma fagulha no meu olho...” O homem descartou: “O trem é elétrico, coronel, não solta fagulha.” Toniquinho concluiu: “Então foi um quilowatt!”
(Com Rodrigo Vilela e Tiago Vasconcelos)

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS



LEANDRO MAZZINI

MAIS DO MESMO

O Governo federal decidiu inovar no óbvio e fazer o mais do mesmo nas relações governamentais com países latinos. No Decreto 12.034 desta semana, elaborado pelo jurídico da Casa Civil, o presidente Lula da Silva criou a "Comissão Interministerial para a Infraestrutura e o Planejamento da Integração da América do Sul", com a participação de membros de 12 ministérios – algo que os bem pagos representantes do Brasil no Mercosul já fazem. Essa Comissão visa a integração física e digital dos países latinos com o Brasil – sem detalhar como será. Entre os tópicos do decreto, está o de "acompanhar o andamento dos projetos de integração de infraestrutura física e digital sul-americana no território nacional". O IPEA e o IBGE serão órgãos consultivos, com seus preciosos dados – também já utilizados no âmbito das tratativas do Mercosul.

Açúcar no caos

Um afago ao povo do Sul é sempre bem-vindo, em gestos, doações, mãos à obra etc. Mas isso poderia esperar um momento mais oportuno: Lula da Silva sancionou a Lei 14.867, na última terça-feira, que confere o título de "Capital Nacional do Doce" à cidade de Pelotas (RS), que também sofre com as intempéries sulistas.

Curto-circuito

Continua o curto-circuito entre funcionários e a nova direção da ex-estatal. Os trabalhadores da Eletrobrás aprovaram estado de greve em assembleia. Eles rechaçam a proposta que prevê redução salarial em negociações individuais e congelamento de reajuste para quem recebe acima de R$ 6 mil, além da pressão discreta para milhares aderirem ao programa de demissão voluntária. Só notícia boa.. para os donos.

Curto-Circuito 2

Caiu o presidente da Enel de São Paulo, diante de tantos problemas e apagões enfrentados pelos clientes da distribuidora de energia nos últimos meses. O CEO Antonio Scala soltou um texto curto por whatsapp para os diretores. Max Lins foi escanteado na empresa. Será substituído por Guilherme Lencastre, que deixa a presidência do conselho de administração e assume a presidência da companhia em SP. José Nunes de Almeida assume o comando da empresa no Ceará.

Supremo afago

Os ministros do STJ e STF nunca foram tão bajulados por diferentes governadores, prefeitos e vereadores, Brasil adentro, desde que os tribunais ganharam tanto holofote com a operação Lava Jato. Mais um será agraciado. O ministro do Supremo André Mendonça receberá o título de Cidadão Honorário da Assembleia Legislativa do Paraná, na próxima segunda-feira (3).

Conexão Madeira-Aracaju

O Congresso Internacional de Municípios Promotores do Empreendedorismo pode ter uma edição em Aracaju (SE) ano que vem. Convidado da última edição, na Ilha da Madeira nesta semana, o senador Laércio Oliveira desafiou a organização a trazê-lo ao Brasil. "A ideia foi bem acolhida por todos e, por proposta do político brasileiro, deverá acontecer nos dias 20 e 21 de junho de 2025", publicou o "Jornal da Madeira".

(Com Walmor Parente, Carol Purificação, Isabele Mendes e Luiza Melo)

CADERNO C COLUNISTAS

IMPORTAÇÃO DE ARROZ QUER ACABAR COM ESPECULAÇÃO OPORTUNISTA DOS INTERMEDIÁRIOS

FLAVIO PEREIRA

O ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Carlos Fávaro, confirmou que a primeira leva de arroz importado com o objetivo de evitar alta de preços no mercado interno deve chegar às gôndolas dos supermercados nos próximos 30 ou 40 dias, vinda da Tailândia. Faz parte da estratégia de retomada dos preços anteriores à especulação que, em decorrência das chuvas no Rio Grande do Sul, chegou a aumentar em até 40% o preço do alimento. Mas os arrozeiros continuam recebendo o mesmo valor pelo quilo do produto. Sinal de que o problema acontece dos silos em diante.

Sanderson quer sustar uso de câmeras: "só servem para livrar a vagabundagem da ação policial"

O deputado Ubiratan Sanderson (PL-RS) apresentou Projeto de Decreto Legislativo para sustar portaria do Ministério da Justiça que obriga o uso de câmeras por policiais militares e outros agentes de segurança. A partir da próxima semana, o parlamentar vai reunir assinaturas para emplacar a urgência do projeto na Câmara dos Deputados.

“O PDL apresentado ontem busca derrubar a obrigatoriedade do uso de câmeras corporais (big brother) nos policiais brasileiros, imposta pelo desgoverno Lula, com o claro objetivo de paralisar e intimidar os policiais, livrando a vagabundagem da ação policial”, explica Sanderson.

PEC dos Desastres muda

Relator da proposta (PEC 44/23) que reserva 5% das emendas orçamentárias parlamentares para o enfrentamento de catástrofes e emergências naturais, o deputado Gilson Daniel (Pode-ES) afirmou que vai modificar o texto para que os recursos sejam destinados também para a prevenção de desastres. O anúncio foi feito na última audiência pública da comissão especial que analisa a PEC na terça-feira (28). Gilson Daniel concordou com sugestões feitas por representantes dos ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão; e da Integração e do Desenvolvimento Regional. O deputado Bibo Nunes (PL-RS), autor da PEC, destaca que a proposta tem o mérito de não mexer no Orçamento. Além disso, ressaltou que a PEC tem apoio do presidente da Câmara, Arthur Lira. A comissão especial reúne-se na próxima terça-feira (4).

PIX de Kajuru chega ao RS

A Defesa Civil do Rio Grande do Sul recebeu um PIX inesperado, do senador Jorge Kakuru (PSB-GO). O PIX de R$ 10 mil é parte de um acordo de conciliação com o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF). A PGR denunciou Kajuru em abril de 2023. O órgão elencou três declarações dadas pelo senador desde 2019 nas quais ele acusa, sem apresentar provas, o ministro Gilmar Mendes de “venda de sentença”. A transferência foi feita na sexta-feira (29), conforme comprovante protocolado no inquérito que tramita na Corte.

Aposentadorias por incapacidade terão regulamentação

A Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei 5609/23, do deputado Albuquerque (Republicanos-RR), que unifica em cinco anos o prazo para o poder público revisar a concessão de aposentadoria por incapacidade de servidores públicos federais e de segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ainda de reforma de militares das Forças Armadas e do Distrito Federal. Após esse prazo, não poderá ser feita revisão e, somente nos casos de comprovada má-fé do beneficiário, a avaliação poderá ocorrer a qualquer momento.

Após contatos da deputada Delegada Nadine, Banrisul amplia suspensão de consignados para servidores

O movimento da deputada estadual Delegada Nadine (PSDB) na busca de mais fôlego financeiro para os servidores estaduais, em especial da área da segurança pública, coincidiu com estudos do governo no mesmo sentido. No dia seguinte à conversa da deputada com o presidente do Banrisul, Fernando Lemos, sobre o tema, o Governo do Estado anunciou que o Banrisul vai autorizar a ampliação do prazo de suspensão dos pagamentos do consignado para servidores públicos de quatro para seis meses. A medida, confirmada ontem pelo governador Eduardo Leite, prevê a suspensão na cobrança da folha por 180 dias e beneficia servidores estaduais do Executivo, Legislativo e Judiciário. Ficam contemplados também os servidores municipais, no caso das prefeituras que assinaram o termo de adesão do Reconstruir RS, junto ao banco.

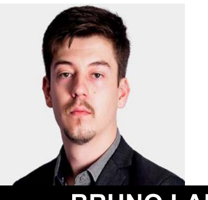
Clube dos Canalhas

O que dizer quando um estado é atingido por uma catástrofe como nunca havia ocorrido há mais de um século e um grupo de antigos alcaides da capital, na falta do que fazer, ao invés de ajudarem na busca de soluções e preocupados apenas com o proveito político, se debruçam na elaboração de uma nota culpando o atual gestor? Só resta uma definição:

”Foi criado o Clube dos Canalhas de Porto Alegre.”

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS



BRUNO LAUX

PANORAMA POLÍTICO

Gerenciamento de riscos
O governo federal deve lançar em julho o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, voltado ao gerenciamento de riscos em todas as regiões do país. A iniciativa deve abordar questões de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação em situações de desastres ou de emergência, a partir da análise de dados e de cenários de atuação.

Articulação religiosa
O advogado-geral da União, Jorge Messias, representou o governo federal nesta quinta-feira durante a Marcha para Jesus, realizada em São Paulo. O ministro da AGU, que é evangélico, vem liderando o movimento de aproximação estratégica do presidente Lula com o grupo religioso.

Novo aceno
Apesar de não comparecer pessoalmente, o presidente Lula encaminhou uma carta à Marcha para Jesus, na qual afirmou que a Igreja representa um papel vital nos compromissos de seu governo. Mantendo os acenos que realiza aos evangélicos desde o início do mandato, o chefe do Executivo elogiou a ”dimensão extraordinária” do evento e afirmou que, como cristão, se sente ”regozijado” com o tamanho e papel significativo da ação.

Saída anunciada
A secretária-executiva do Ministério da Educação, Izolda Cela, informou a funcionários da pasta que deixará o cargo na Esplanada. Ex-governadora do Ceará, a psbista deve se candidatar para as eleições municipais em Sobral ou Fortaleza, no estado nordestino.

Isenção tarifária
A Comissão de Infraestrutura do Senado pode votar na próxima semana um projeto que isenta da tarifa de energia elétrica os consumidores atingidos por enchentes e alagamentos, pelo prazo de três meses. A medida, que propõe o custeio das despesas pelo Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil, visa contribuir com as ações de apoio às vítimas das enchentes no RS.

Penalização alternativa
O senador Jorge Kajuru (PSB-GO) encaminhará uma doação de R$10 mil à Defesa Civil do RS como alternativa para encerrar um inquérito no qual é acusado de calúnia contra o ministro do STF, Gilmar Mendes. O repasse foi definido em audiência de conciliação na Suprema Corte, na qual a PGR e a defesa de ambas as partes concordaram em extinguir a investigação a partir do envio do donativo.

Legalização dos jogos
A Comissão de Segurança Pública do Senado promoverá uma audiência pública para discutir os impactos da liberação de cassinos, bingos e outros jogos do gênero no Brasil. O debate surge a partir de um projeto de lei do deputado Renato Vianna (MDB-SC) sobre a temática, o qual será votado na CCJ da Casa antes de ir a plenário.

Obstáculo conservador
O avanço do debate no Congresso sobre a liberação de jogos de azar no Brasil permanece encontrando resistência na parcela mais conservadora do Legislativo. Parlamentares como o vice-líder da oposição no Senado, Eduardo Girão (NOVO-CE), alegam que a regulamentação das atividades pode contribuir para o aumento da criminalidade e do endividamento da população.

Trabalho conjunto
O Ministério Público Estadual e o MPF se reuniram nesta quinta-feira junto à Secretaria Extraordinária de Apoio e Reconstrução do RS para definir um fluxo de trabalho sobre as ações de mitigação dos impactos da catástrofe climática. Os órgãos elencaram uma série de preocupações sobre as consequências das inundações em diferentes regiões gaúchas e se colocaram à disposição para colaborar no restabelecimento do estado.

Produção solidária
O MPRS e a Faculdade de Arquitetura da UFRGS firmaram uma parceria para que recuperandos da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados de Porto Alegre realizem a montagem de rodos, utilizados na limpeza das casas atingidas pelas enchentes. A colaboração deve viabilizar a montagem diária de 300 equipamentos do tipo, os quais foram projetados pela universidade.

Resposta à fauna
O governo gaúcho anuncia nesta sexta-feira o Plano Estadual de Ações de Resposta à Fauna. O Executivo estadual deve apresentar dados parciais de abrigos e animais abrigados no RS devido às enchentes, além de assinar um termo de cooperação com o Ministério Público do RS para a contratação de hospitais veterinários de universidades do estado.

Demandas do Taquari
O vice-governador Gabriel Souza se reuniu nesta quinta-feira, em Estrela, com representantes do governo federal e prefeitos do Vale do Taquari para alinhar ações de reconstrução nos municípios da região. Após o encontro, o líder estadual realizou uma vistoria na comunidade Arroio do Ouro, no município, impactada pelas enchentes.

Porto Alegre Forte
A prefeitura de Porto Alegre lança nesta sexta-feira o plano de ação Porto Alegre Forte, realizado com o apoio da empresa de consultoria Alvarez & Marsal. A contratação da companhia global segue sendo alvo de críticas de opositores do governo Melo, os quais associam a entidade a políticas de desregulação e privatização de serviços públicos.

Reconstrução da Capital
O Executivo de Porto Alegre lança também nesta sexta-feira a plataforma Reconstruir, desenvolvida com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e informações de outras pastas e órgãos. A iniciativa mapeou equipamentos públicos danificados pelas enchentes e que precisam de reforma na capital gaúcha.

Posse na PGM
As procuradoras Jusara Bratz e Luciane Timmers tomaram posse nesta semana como corregedora-geral e corregedora-geral substituta na Procuradoria-Geral do Município de Porto Alegre. As juristas, que integrarão as ações de fiscalização das atividades realizadas no âmbito da PGM, assumem os postos para o biênio 2024-2026.

Funcionamento estendido
Tramita na Câmara de Porto Alegre um projeto de lei que permite que as atividades de salões exclusivos para festas de caráter familiar possam funcionar até às três da manhã. Além de estender o limite de funcionamento, atualmente permitido até a meia-noite, a proposta dispensa locais do gênero de apresentar o Estudo de Viabilidade Urbanística.

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO C COLUNISTAS



BRUNO LAUX

NOTÍCIAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RS

Avicultura em crise

O deputado Pepe Vargas (PT) acompanhou nesta semana a Associação de Avicultores de Frango de Corte e Postura Riograndense na apresentação de um relatório sobre os impactos das enchentes no segmento ao governo federal. Na entrega do documento, junto à Secretaria Extraordinária de Apoio à Reconstrução do RS, o parlamentar relatou que a avicultura, segunda maior atividade agropecuária do estado, está passando por uma crise significativamente séria após os desdobramentos da recente catástrofe climática no território gaúcho. ”São mais de 7.500 pequenos produtores afetados, com impactos em 35 mil empregos diretos”, destaca Pepe.

Valorização do voluntariado

Frente ao amplo trabalho de voluntariado desenvolvido durante a crise climática no RS, o deputado Marcus Vinícius (PP) apresentou na Assembleia gaúcha um projeto de lei que propõe a criação da Política Estadual de Valorização e Apoio ao Serviço Voluntário. A iniciativa visa reconhecer, incentivar e promover o trabalho do gênero, além de criar um ”banco de voluntários”, destinado à organização e facilitação do empenho de interessados em prestar serviços de ajuda não-remunerada. “Em momentos de crise como o que estamos vivendo, ele se torna ainda mais vital para a construção de uma sociedade coesa e participativa. O projeto de lei visa não apenas reconhecer, mas também incentivar efetivamente o engajamento voluntário em suas diversas formas”, destaca Marcus.

Proteção em emergências

O deputado Dr. Thiago Duarte (União) se reuniu nesta semana com integrantes da Associação dos Bombeiros do Estado do RS, para dialogar sobre as ações realizadas pelos profissionais da categoria durante os recentes eventos climáticos extremos no estado. Os representantes da entidade alinharam com o parlamentar a proposta de criação de uma frente parlamentar na Assembleia gaúcha, dedicada a debater e implementar avanços e melhorias para aumentar a eficácia em futuros desastres. ”Nosso foco é claro: garantir a proteção da sociedade em situações de emergência, sempre tendo a preservação da vida como nossa prioridade máxima”, afirma Thiago.

Sala do Empreendedor

Ex-prefeito de Venâncio Aires, o deputado Airton Artus (PDT) protocolou nesta semana no Parlamento gaúcho um projeto de lei que institui um programa de auxílio emergencial para microempreendedores e empresas de pequeno porte. O parlamentar propõe que a iniciativa seja instalada nos moldes da ”Sala do Empreendedor”, criada durante sua gestão à frente do município no Vale do Taquari. Airton propõe a inclusão dos segmentos empresariais e pequenas metalúrgicas no programa, de modo a viabilizar às empresas o recomeço de suas atividades e a superação das dificuldades de acesso às linhas de crédito dos bancos.

Solicitação atendida

A presidente da Comissão de Educação da Assembleia gaúcha, Sofia Cavedon (PT), celebrou nas redes sociais o adiamento do prazo para renegociação do programa Desenrola FIES, do governo federal. A deputada havia oficiado o ministro extraordinário de Apoio à Reconstrução do RS, Paulo Pimenta, solicitando pela prorrogação do fim do prazo da iniciativa, o qual foi estendido para o dia 31 de agosto.

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

CADERNO COLUNISTAS

TRAGÉDIA NO RIO GRANDE DO SUL: A SOLIDARIEDADE QUE MOBILIZOU O PAÍS

MARCELO QUEIROZ

As enchentes que deixaram 464 dos 497 municípios do Rio Grande do Sul submersos despertaram o espírito da solidariedade em milhões de brasileiros. Muitos, assim como eu, saíram de seus estados para ajudar no trabalho de busca e resgate das vítimas das chuvas, além de levar mais de 30 toneladas de roupas, fardos de água mineral e outros itens de necessidade básica. A maior tragédia da história do RS deixou 161 mortos, mais de 2,3 milhões pessoas afetadas e 85 desaparecidos.

E em meio ao cenário de destruição estavam cães, gatos, cavalos e outros animais, lutando para sobreviver em telhados e dentro de casas abandonadas e alagadas. Indefesos. Ao assistir às imagens precisei imediatamente fazer a minha parte como defensor dos animais e, mais do que isso, ser humano.

Durante uma semana, eu e outros voluntários visitamos algumas das cidades mais castigadas pelas chuvas.

Foi em Canoas e São Leopoldo que me deparei com algumas das cenas mais tristes e desesperadoras que vi na vida. Cães e gatos ilhados há dias, sem comer e beber água, com frio e na chuva. Vi o olhar de medo de cada cão e gato dando lugar ao olhar de gratidão, quando eram salvos. Estavam protegidos enfim. Depois de serem examinados por veterinários, também voluntários, seguem para os abrigos comunitários.

Alguns se perderam de seus tutores. Outros já viviam nas ruas. Todos os dias chegam mais animais resgatados, que necessitam da nossa assistência, do nosso carinho. De acordo com a Defesa Civil do RS, mais de 12,3 mil animais foram resgatados. Ainda traumatizados, eles precisam de lares temporários e adoções responsáveis. Alguns tiveram reencontros emocionantes com suas famílias.

Com os abrigos do Sul lotados, decidimos ir um pouco além. Reunimos voluntários e levamos para o Rio de Janeiro cães e gatos. Todos ganharam novos lares. Salvamos mais de 200 vidas e estamos nos mobilizando para continuar com os resgates. Não podemos parar. Não vamos parar!

(Marcelo Queiroz – Deputado federal do Rio de Janeiro)

O SUL ADOTA PRINCÍPIOS EDITORIAIS DE PLURALISMO, APARTIDARISMO, JORNALISMO CRÍTICO E INDEPENDÊNCIA.

AS COLUNAS REFLETEM A OPINIÃO DOS AUTORES E NÃO DO JORNAL O SUL. O JORNAL NÃO SE RESPONSABILIZA E NEM PODE SER RESPONSABILIZADO PELAS INFORMAÇÕES DOS COLUNISTAS OU POR PREJUÍZOS DE QUALQUER NATUREZA EM DECORRÊNCIA DO USO DESTAS INFORMAÇÕES.

CADERNO COLUNISTAS

FATOS HISTÓRICOS DO DIA 31 DE MAIO

EFEMÉRIDES

Eventos

1910 — Criação da União Sul-Africana, atual África do Sul.
1961 — A União Sul-Africana se torna República da África do Sul.
1962 — A Federação das Índias Ocidentais deixa de existir.
1973 — Senado dos Estados Unidos vota o corte do financiamento para o bombardeio de alvos do Khmer Vermelho no Camboja, apressando o fim da Guerra Civil Cambojana.
2003 — Último voo de um Concorde da Air France.
2005 — O agente W. Mark Felt assume que era o "Garganta Profunda" do Escândalo de Watergate, que derrubou o presidente dos EUA, Richard Nixon.
2009 — Airbus A330 do voo Air France 447, entre o Rio de Janeiro e Paris, desaparece sobre o Oceano Atlântico com 228 pessoas a bordo, entre elas 59 brasileiros. Todos os passageiros a bordo morreram.
2017 — Carro-bomba explode em um cruzamento lotado de Cabul, perto da embaixada alemã na hora de maior movimento, matando mais de 90 pessoas e ferindo outras 463.

Nascimentos

1819 — Walt Whitman, poeta norte-americano (m. 1892).
1921 — Luís Delfino, ator e humorista brasileiro (m. 2005)
1923 — Rainier III, Príncipe de Mônaco (m. 2005).
1930 — Clint Eastwood, ator, cineasta, produtor cinematográfico e compositor norte-americano.
1931 — Shirley Verrett, soprano norte-americana (m. 2010).
1932 — William Thoresson, ex-ginasta sueco; Ed Lincoln, músico e produtor musical brasileiro.
1938 — Luiz Carlos Miele, ator, cantor e apresentador de televisão brasileiro (m. 2015).
1948 — Marco Nanini, ator brasileiro; e Marília Gabriela, jornalista, atriz e apresentadora de televisão brasileira.
1959 — Andrea De Cesaris, automoilista italiano (m. 2014).
1961 — Lea Thompson, atriz norte-americana.
1965 — Brooke Shields, atriz e modelo norte-americana.
1973 — Marcelo Falcão, músico brasileiro.
1976 — Colin Farrell, ator irlandês.
1989 — Pablo Alborán, cantor espanhol.
1991 — Azealia Banks, rapper, cantora, atriz e compositora norte-americana.
1996 — Normani Kordei, cantora norte-americana.

Falecimentos

1915 — John White Alexander, pintor e ilustrador norte-americano (n. 1856).
1977 — William Castle, cineasta estadunidense (n. 1914).
1997 — Frei Damião, religioso italiano (n. 1898).
2001 — Faisal Husseini, político palestino (n. 1940).
2005 — Eduardo Teixeira Coelho, escritor português (n. 1919).
2009 — Pedro Luís de Orleans e Bragança, administrador de empresas franco-brasileiro (n. 1983).
2014 — Maurício Torres, jornalista esportivo, apresentador de TV e narrador brasileiro (n. 1971).
2017 — Lubomyr Husar, cardeal ucraniano (n. 1933).

Técnico gremista, Renato dedica vitória aos gaúchos: "Conseguimos minimizar a dor".

O Grêmio superou as dificuldades causadas pelas enchentes no Rio Grande do Sul e venceu o The Strongest, na noite de quarta (29). A equipe aplicou uma goleada de 4 a 0 sobre o oponente boliviano pela Libertadores, no Couto Pereira, em Curitiba (PR). Assim, o triunfo foi impactante, pois foi o compromisso que marcou o retorno da equipe gaúcha aos gramados, após 29 dias.

O técnico Renato Portaluppi celebrou a presença em massa da torcida, mesmo em outro Estado, e dedicou o resultado positivo ao povo gaúcho.

"A festa foi maravilhosa, só tenho a agradecer o que os torcedores do Grêmio, os torcedores aqui do Paraná, fizeram. Nos sentimos em casa, parecia a Arena, dado tamanho do abraço que o pessoal nos deu. Dentro de campo, sabíamos que teríamos que buscar a vitória para seguirmos vivos. Não vou cansar de elogiar meu time. Sei que não é muito, mas conseguimos minimizar o sofrimento que nosso povo vem tendo", frisou Renato.

Lucas Uebel/Grêmio FBPA



"A festa foi maravilhosa, só tenho a agradecer o que os torcedores do Grêmio, os torcedores aqui do Paraná, fizeram", declarou Renato.

"Por pouco que seja, com uma boa atuação e uma boa vitória, conseguimos minimizar a dor que estão sentindo. Estamos com saudade do nosso Estado, da Arena, mas hoje a torcida deu um show. Sei que não é quase nada perto do que vem sofrendo, mas hoje tínhamos que minimizar a dor deles", acrescentou o comandante.

Maratona

O próximo compromisso gremista será neste sábado (1º) contra o Bragantino, na volta do Brasileirão. Também no Couto Pereira, o duelo será válido pela 7ª rodada do torneio.

Já pela Libertadores, com a vitória, o time alcançou os 6 pontos e permanece na 3ª colocação do Grupo C. Devido à paralisação forçada pela tragédia no Rio Grande do Sul, o Grêmio ainda terá dois jogos pela competição.

Primeiro, o confronto direto com o Huachipato, 2º colocado do grupo, no dia 4 de junho, no Chile. Após quatro dias, volta ao Brasil e ao Couto Pereira para enfrentar o Estudiantes, pela sua última partida da fase de grupos.

Inter conhece as datas e horários de mais cinco rodadas do Brasileirão.

O Inter conheceu nesta semana as datas em que irá a campo pelas rodadas de 10 a 15 do Campeonato Brasileiro de 2024. Definidos pela CBF (Confederação Brasileira de Futebol), os confrontos preencherão a agenda colorada até a segunda semana de julho, e serão disputados contra Corinthians, Grêmio, Atlético-MG, Criciúma e Vasco.

Antes desses duelos, o Inter ainda tem três desafios previamente marcados pelo torneio nacional. Neste sábado (1º de junho), o Colorado viaja até a Arena Pantanal, em Mato Grosso, para enfrentar o Cuiabá, às 18h30min. Já no dia 13 do mesmo mês (quinta-feira), às 20h, contra o São Paulo, o Inter mandará seu jogo no Heriberto Hülse, em Criciúma (Santa Catarina). Em seguida, no dia 16 (domingo), o duelo contra o Vitória será no Barradão, em Salvador (Bahia), às 16h.

Confira abaixo o calendário das rodadas de 10 a 15 do Brasileirão:

– 19/06 (QUA) – 21h30min – Internacional x Corinthians – Local a definir;

– 23/06 (DOM) – 16h – Grêmio x Internacional – Local a definir;

– 26/06 (QUA) – 21h30min – Internacional x Atlético-MG – Local a definir;

– 30/06 (DOM) – 18h30min – Criciúma x Internacional – Heriberto Hülse, Criciúma (SC);

– 08/07 (SEG) – 21h – Internacional x Vasco – Local a definir.

Sul-Americana

Já pela Copa Sul-Americana, o Colorado tem mais dois jogos pela frente.

Ricardo Duarte/S.C. Internacional



Os confrontos preencherão a agenda colorada até a segunda semana de julho.

O primeiro será contra o Real Tomayapo-BOL, em 4 de junho (terça-feira), no IV Centenário (Bolívia), e o segundo será diante do Delfín-EQU, em 8 de junho (sábado), no Alfredo Jaconi, em Caxias do Sul, na Serra Gaúcha.

Em sua volta aos gramados pela competição continental na noite da última terça-feira (28), após um período de 30 dias sem jogos devido aos efeitos das severas enchentes que vêm castigando o Rio Grande do Sul desde o início de maio, a equipe do Inter foi derrotada pelo Belgrano-ARG, por 2 a 1, na Arena Barueri, em São Paulo.

Operação da Polícia Federal apura fraude no FGTS de dezenas de jogadores de futebol.

Ricardo Duarte/Inter



Guerrero teve R$ 2,3 milhões sacados de forma fraudulenta do seu FGTS.

A operação da Polícia Federal (PF) que descobriu o golpe contra o jogador peruano Paolo Guerrero, ex-Inter, Corinthians e Flamengo, investiga se mais jogadores de futebol profissional foram vítimas de quadrilha que desvia do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Guerrero teve R$ 2,3 milhões sacados de forma fraudulenta do seu FGTS. Ele saiu do Inter no final de 2021 e quando foi sacar o saldo da rescisão do contrato descobriu que seis dias antes uma pessoa tinha se passado por agente do jogador e, com documentos falsos, retirou todo o dinheiro.

O golpista transferiu a quantia para uma conta falsa do jogador em um banco privado e depois para outras duas contas. Por ordem judicial, a polícia conseguiu bloquear parte do dinheiro. Depois, a Caixa Econômica Federal, que administra contas do FGTS, deve ressarcir o jogador.

Na terça-feira (28), a PF deflagrou a operação e cumpriu seis mandados de busca e apreensão na Região Metropolitana de São Paulo. A quadrilha age há cerca de 10 anos.

Dois suspeitos de aplicar o golpe chegaram a ser investigados em 2015 e 2017. Segundo a PF, os golpistas da quadrilha já tinham sido empresários ou agentes de jogadores de futebol e, por isso, tinham conhecimento de como poderiam representar eles.

De acordo com a Polícia Federal, não houve participação de funcionários da Caixa Econômica Federal e o golpe aconteceu por ninguém ter checado a documentação que estava com o falso agente.

Os golpistas vão responder pelos crimes de estelionato, falsificação de documento público, uso de documento falso e associação criminosa, na medida de sua culpabilidade, cujas penas podem chegar a 20 anos de prisão.

Segundo a PF, com base na Confederação Brasileira de Futebol (CBF), atualmente cerca de 27 mil jogadores estão registrados com carteira assinada no Brasil. Destes, 97% ganham até R$ 1,5 mil e recolhem 8% de FGTS. Os outros 3% são altos salários, que recolhem altos valores de FGTS.

A Caixa afirmou, por meio de nota, que aperfeiçoa constantemente os critérios de segurança, observa as melhores práticas de mercado e as evoluções necessárias ao observar a ocorrência de fraudes, além de possuir estratégia, políticas e procedimentos de segurança para a proteção dos dados e operações de seus clientes dispondo de tecnologias e equipes especializadas para garantir segurança aos seus processos e canais de atendimento.



Número de anos saudáveis da população mundial diminuiu.

O Global Burden of Disease (GBD) é um estudo da carga global de doenças no mundo. Por meio de dados coletados por milhares colaboradores, de mais de uma centena de países, é feito um levantamento sobre incapacitação e mortalidade em 204 nações e territórios. O mais recente, publicado no meio de maio na revista científica "The Lancet", tem algumas boas notícias – e aponta grandes desafios.

Entre 2000 e 2021, houve um aumento de 49,4% no número de anos saudáveis perdidos devido a enfermidades ou morte precoce. Cresce o contingente de indivíduos com fatores de riscos associados ao metabolismo, ou seja, pressão alta, níveis alterados do colesterol ruim (LDL), quantidade de glicose no sangue, índice de massa corporal elevado.

Pixabay



Entre 2000 e 2021, houve um aumento de 49,4% no número de anos saudáveis perdidos devido a enfermidades ou morte precoce.

São pessoas com sobrepeso ou obesidade, com maior risco de desenvolver diabetes, ter um infarto ou acidente vascular cerebral (derrame), e não necessariamente idosas – na faixa entre 15 e 49 anos, um quadro de saúde precária estava ligado ao excesso de peso e ao diabetes.

"Um estilo de vida pouco saudável é responsável pelo surgimento desses fatores de risco, que levam a doenças que poderiam ser prevenidas. Educação e políticas públicas têm como impactar positivamente a saúde global", afirmou o doutor Michael Brauer, professor do Institute for Health Metrics and Evaluation (Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde), organização independente de pesquisa da Universidade de Washington, que coordenou o estudo.

Houve progresso no que diz respeito a itens como saúde materna e infantil; saneamento básico; e qualidade de água, entre outros, graças a políticas públicas e ajuda humanitária em países pobres. No entanto, novos desafios descortinam um cenário preocupante: poluição atmosférica, baixo peso no nascimento, mudanças climáticas.

Mesmo com tantos problemas, a estimativa da entidade é de aumento da expectativa de vida da população mundial em quase cinco anos até 2050, principalmente em nações de baixa renda. Serão mais 4.9 anos para os homens e 4.2 anos para as mulheres, mas não há muito o que comemorar: o número de anos com saúde precária vai crescer. As informações são do portal de notícias G1.

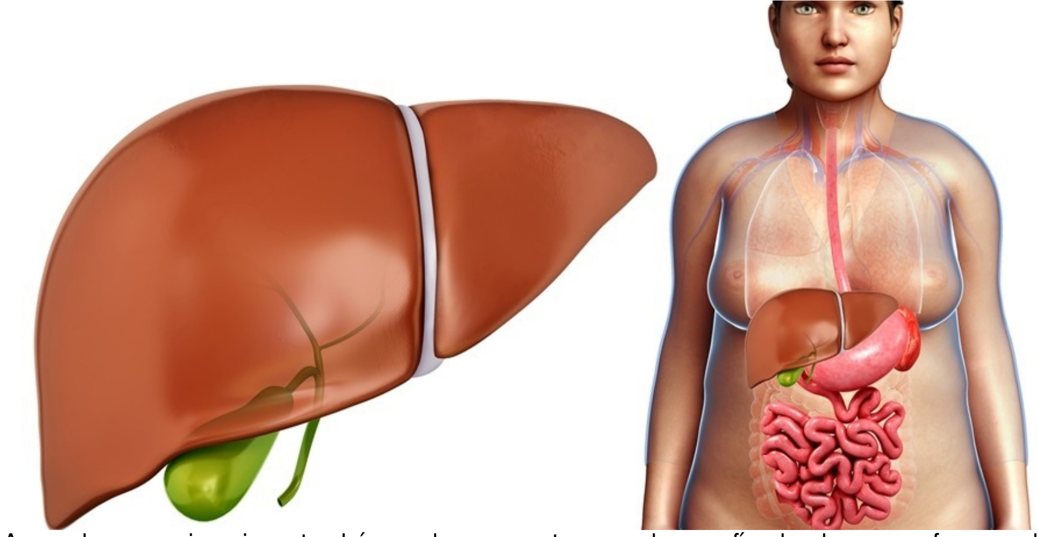
Acúmulo de gordura no fígado e sua relação com o câncer.

O acúmulo de gordura no fígado, também conhecido por esteatose hepática, é uma consequência de maus hábitos de vida que gera bastante preocupação. Algumas causas potenciais são o excesso de ingestão alcoólica, obesidade, diabetes tipo 2, sedentarismo, uso de anabolizantes e exposição de trabalhadores do ramo industrial a produtos químicos e tóxicos para o fígado.

Em indivíduos obesos, 50% apresentam essa condição. Por isso, uma boa rotina alimentar associada a hábitos saudáveis sempre será a melhor forma de prevenir a doença.

Fundamental ao metabolismo, um fígado saudável é essencial para a qualidade de vida. Justamente por isso, a esteatose hepática gera um grave sinal de alerta. Se não tratada, ela pode evoluir para doenças mais graves, como câncer.

Reprodução



As gorduras que ingerimos também podem aumentar a gordura no fígado, da mesma forma as bebidas alcoólicas.

Apesar do câncer de fígado ter diversas causas, um estudo de 2015 constatou que as chances de ele surgir em pacientes que sofrem de gordura no órgão são três vezes maiores em relação aos que não têm o mesmo quadro. Já em mulheres com acúmulo dessa gordura, o risco de desenvolver câncer de mama foi quase duas vezes maior.

Para quem não entende a relação, a doença pode evoluir para câncer pois esse acúmulo de gordura provoca uma inflamação crônica. Com essa inflamação, cicatrizes vão se formando dentro do órgão, gerando a cirrose, ou a doença crônica do fígado, decorrente de processos inflamatórios persistentes.

Ou seja, pessoas que possuem cirrose hepática têm uma chance maior de desenvolver o câncer de fígado. Por este motivo, dizemos que a gordura no fígado pode acabar virando um câncer. Mas além disso, ainda existem outras causas.

Em longo prazo, essas cicatrizes impedem a regeneração das células e bloqueiam a circulação sanguínea.

Para quem ainda não se convenceu dos perigos dessa gordura, a Sociedade Americana do Câncer classificou a condição como uma das causas preocupantes no surgimento de câncer.

Não existem medicamentos específicos para o tratamento da esteatose, porém, uma rotina de vida saudável, com ingestão de alimentos nutritivos, a prática regular de atividade física e diminuir a quantidade de álcool são medidas que reduzem significativamente o surgimento da doença. Outra substância associada à melhora do quadro foi a curcumina, com alta capacidade anti-inflamatória e antioxidante.



Dieta rica em fibras ajuda a controlar níveis de glicose.

Nas últimas décadas, a maneira de se alimentar mudou muito. Não é mais surpreendente ver as pessoas consumindo alimentos ultraprocessados, com altos níveis de açúcar ou frituras. As refeições rápidas se tornaram comuns e as refeições saudáveis muitas vezes são deixadas de lado por falta de tempo. Nesse contexto, muitos problemas de saúde surgem, entre eles a diabetes, doença crônica em que os níveis de glicose no sangue são mais altos que o normal.

A Associação Americana de Diabetes explica que isso ocorre quando a quantidade de insulina – hormônio produzido pelo pâncreas – não é suficiente para processar a glicose – açúcar proveniente dos alimentos que fornece a energia necessária ao organismo – e, portanto, permanece no sangue e pode causar diversas complicações.

Embora a diabetes ainda não tenha cura, os especialistas em saúde insistem na importância de uma alimentação saudável para controlá-la.

Nesse sentido, Julio Bragagnolo, médico e chefe da unidade de Nutrição e Diabetes do Hospital Ramos Mejía, em Buenos Aires, comenta que, ao contrário de anos anteriores, quando os diabéticos eram orientados a seguir uma dieta rigorosa e meticulosa, ”hoje a recomendação é que eles tenham uma dieta variada e equilibrada, como uma pessoa saudável”.

Ele afirma que, de modo geral, o ideal é comer alimentos variados e incluir tudo, desde frutas e legumes até grãos integrais, laticínios sem gordura e carnes magras. Bragagnolo também sugere não pular refeições, mas espaçá-las ao longo do dia. O médico também aconselha, na medida do possível, tentar equilibrar as porções e não comer muito de um único alimento.

Nesse sentido, algumas das recomendações da Associação Americana de Diabetes incluem controlar a ingestão de alimentos ricos em carboidratos, pois esse nutriente eleva o nível de glicose no sangue. No entanto, eles esclarecem que não é um imperativo eliminar esses alimentos da dieta diária, mas sim ”considerar quanto comer, escolher as melhores opções, conhecer seus limites e manter as porções sob controle”.

O órgão também recomendam reduzir o consumo de alimentos ricos em gorduras saturadas, colesterol e gorduras trans, pois ”esses três tipos de alimentos estão associados ao aumento do nível de colesterol no sangue e ao risco de doenças cardíacas”.

O médico especialista em clínica médica do Hospital de Clínicas José de San Martín, Ramiro Heredia, destaca os alimentos ricos em fibra como os mais adequados para manter estável o nível de glicose no sangue, incluindo grãos integrais, legumes, frutas e verduras, com exceção de melancia e abacaxi, carnes magras e laticínios.

Reprodução



Embora a diabetes ainda não tenha cura, os especialistas em saúde insistem na importância de uma alimentação saudável para controlá-la.

Isso ocorre porque esse macronutriente ”retarda a digestão e tende a absorver o açúcar que circula no organismo”, comenta o especialista. Além disso, a Federação Argentina de Diabetes explica que é importante consumir vitaminas, minerais e antioxidantes para proteger o organismo de possíveis complicações do diabetes.

Uma pesquisa do National Institutes of Health, realizada em conjunto com Gertraud Maskarinec, da Universidade do Havaí, descobriu que o risco de desenvolver diabetes é significativamente reduzido com um maior consumo diário de fibra. O estudo foi feito com 75 mil pessoas, que foram monitoradas por 14 anos. Ainda assim, Maskarinec ressalta que, embora a fibra seja um nutriente que oferece proteção para diminuir o risco de diabetes, também é necessário complementá-la com a prática de exercícios físicos.

Fibras

Uma porção de nozes, equivalente a aproximadamente 30 gramas, é uma fonte de ácidos graxos ômega 3 saudáveis, proteínas vegetais, vitaminas do complexo B e fibras naturais; a cada 30 gramas de nozes, há dois gramas de fibra.

Seu consumo tem um efeito protetor na resistência à insulina, melhora o controle glicêmico e o nível de lipídios no sangue das pessoas com diabetes tipo 2, segundo um estudo da Universidade de Toronto.

Castanha-do-brasil vira estrela entre os superalimentos.

Quando os extrativistas processam a castanha-do-brasil para extrair óleo vegetal fornecido à indústria de cosméticos, é gerado um subproduto, chamado "torta", quase sempre jogado fora como resíduo por falta de um uso mais nobre e rentável. Altamente nutritivo, o insumo antes sem valor é hoje estrela de superfoods no crescente mercado da alimentação saudável, com o diferencial da origem amazônica, da valorização dos povos tradicionais e dos benefícios pela manutenção da floresta em pé.

"O mundo precisa aliar ciência moderna e sabedoria ancestral, reaproximando a humanidade da floresta, com nutrição para quem consome, justiça social para quem fornece e minimização de impacto da mudança climática na produção", afirma Max Petrucci, fundador da foodtech Mahta. A startup, especializada em superalimentos substitutos de refeições completas como suporte à rotina no trabalho, estudos, prática de esportes e agitação da vida urbana, ambiciona faturar R$ 300 milhões ao ano ainda nesta década. "Queremos colocar a Amazônia como protagonista de uma nova categoria de alimentos no Brasil", diz o CEO.

São itens como o leite de castanha em pó, um shake de 15 ingredientes e uma bebida funcional e energética contendo o café agroflorestal produzido em Apuí (AM) e o guaraná do povo sateré mawé, no Amazonas, guardião dos saberes tradicionais sobre o fruto. No total, a empresa tem mais de mil fornecedores em comunidades da Amazônia - entre os quais, extrativistas do projeto Reca, em Rondônia, que hoje faturam mais com o maior aproveitamento da castanha. O desafio é processar a "torta" localmente, deixando maior valor na Amazônia - e menos em São Paulo, onde hoje a matéria-prima é beneficiada na forma de pó.

A estratégia para viabilizar o negócio tem sido combinar a demanda da empresa com a da indústria de cosmético, que compra o óleo da castanha, gerando o resíduo útil à produção da Mahta. Com o produto plant-based, de baixo carboidrato e alta carga proteica, obtido pelo extrativismo nas áreas nativas ou plantações em sistemas agroflorestais, a empresa integra o mais recente ranking da Endevor entre as startups de destaque no país. "O plano é unir crescimento exponencial e entrega de impacto social positivo", reforça Petrucci.

Reprodução



Altamente nutritivo, o insumo antes sem valor é hoje estrela de superfoods no crescente mercado da alimentação saudável.

Oriundo da indústria digital, o empreendedor atuou na Microsoft como responsável pelos mercados da Ásia, Pacífico, Canadá e América Latina. "Eram voos semanais de 18 horas de duração, em situações de extremo estresse, e a saúde acendeu o alerta", conta. Para se livrar dos remédios, ele deixou a companhia e embarcou em período sabático para a cura na nutrição alternativa. Um dia veio o insight de investigar o potencial amazônico e contratar pesquisadores da Universidade de São Paulo em Piracicaba (SP) para obter uma lista de superalimentos da região.

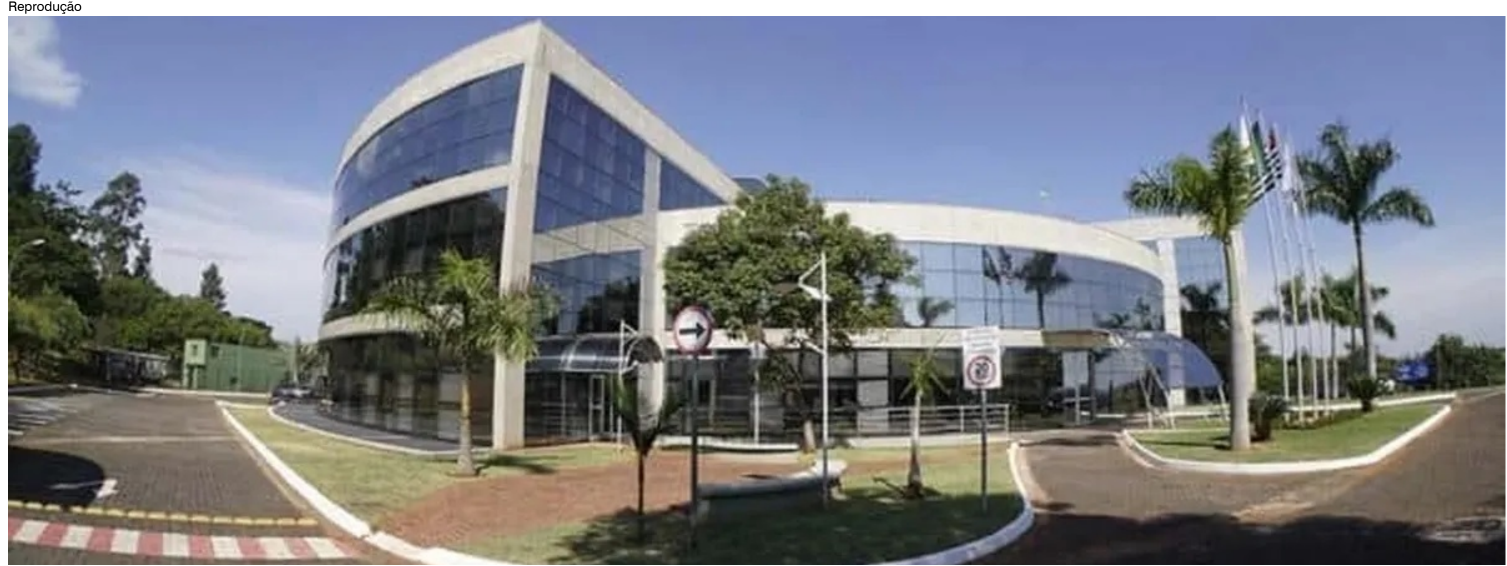
Após um ano de qualificação na Amaz, maior aceleradora de negócios de impacto do Norte do país, a Mahta captou R$ 4,5 milhões de investidores anjos para a etapa inicial e, posteriormente, outros R$ 4 milhões para avançar nas pesquisas e estruturação da cadeia de suprimento, com mentoria, treinamento e garantia de compra, além de forte presença nas redes sociais.

Com nove doses diárias das misturas em pó vendidas a R$ 190, a previsão é atingir faturamento de R$ 1 milhão por mês no curto prazo. Neste ano, o crescimento deverá quadruplicar em relação a 2023, quando as vendas já tinham superado o triplo do ano anterior. "O grande objetivo é isolar a proteína da castanha-do-brasil, substituindo fontes veganas hoje obtidas em monoculturas agrícolas", revela o CEO. Para essas pesquisas, a startup captou R$ 1,4 milhão da Embrapii em parceria com outra startup, a Belterra, no objetivo de capacitar comunidades e valorizar o produto cuja renda depende da floresta bem conservada. As informações são do jornal Valor Econômico.



Embrapa usará satélite para auxiliar a criação de peixes.

Reprodução



A gestão da tecnologia ficará a cargo da Embrapa Territorial.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) vai trabalhar no desenvolvimento de uma tecnologia de mapeamento por satélites capaz de detectar corpos d'água (massa de água doce ou salgada em determinada área geográfica) que tenham potencial para uso na criação comercial de peixes.

A gestão da tecnologia ficará a cargo da Embrapa Territorial, e a empresa brasileira Concert Space fará o "treinamento" do software e a comercialização dos serviços. O satélite do projeto entrará em órbita em 2025, a bordo de missão Möbius, da canadense Galaxia Mission Systems.

Para fazer o mapeamento, o satélite contará com uma câmera, que fará captação e análise de imagens, o que permitirá extrair informações de interesse da cadeia da aquicultura. Com as imagens, será possível identificar e avaliar o potencial dos corpos d'água, afirma Lucíola Magalhães, chefe-adjunta de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa Territorial.

Segundo ela, a expectativa é que a tecnologia facilite a atualização anual de viveiros escavados no Brasil inteiro. Em 2018, a Embrapa utilizou imagens cedidas pela agência espacial europeia para mapear o país.

"Foi um trabalho exaustivo, não só porque foi a primeira iniciativa da Embrapa, e talvez do Brasil, no mapeamento da aquicultura nessa escala, mas porque temos um território com dimensões continentais, e a aquicultura ocorre de forma dispersa em todos os Estados", diz Magalhães.

Treinar o software

Na ocasião, a estatal mapeou somente os municípios do "G75 estadual" – que respondiam por 75% da produção em cada unidade federativa. No novo projeto, os usuários da tecnologia – prefeituras e outros potenciais interessados na atividade, por exemplo – poderão ter acesso a serviços de relatórios e monitoramento, conta Rafael Mordente, diretor executivo da Concert.

Em ambos os casos, o custo desses serviços vai depender de seu grau de complexidade.

Os relatórios oferecerão visão estática dos registros que o satélite fizer, e materiais de média complexidade poderão custar R$ 5 mil, diz Mordente. Não há estimativa de custo médio para serviços de monitoramento.

A partir de imagens de mapeamento oferecidas pela Embrapa, a Concert vai, ao longo do ano, "treinar" o software para reconhecer reservatórios d'água cavados artificialmente. O satélite ficará em órbita durante cinco anos. Ele fará uma foto cada vez que passar por um alvo, e a equipe em terra utilizará a imagem para avaliar se o corpo d'água em questão tem atividade econômica.

A cada revisita do satélite ao mesmo alvo, será possível saber se o corpo d'água encolheu ou se ampliou.

Submarino Triton: conheça o modelo com casco de acrílico e joystick que deve ser utilizado para viagem até o Titanic.

Com casco de acrílico e conduzido por um joystick, um novo submarino, anunciado por um empresário norte-americano e um canadense, promete levar pessoas, com segurança, em expedição até o navio Titanic, nas profundezas do Oceano Atlântico.

O projeto bilionário, mas que não teve o custo divulgado, inclui, segundo os criadores, tecnologia e engenharia naval de ponta que prometem uma expedição com final diferente do ocorrido no ano passado.

Há cerca de um ano, cinco pessoas morreram durante a viagem com o submersível Titan, que tentava chegar ao Titanic. A embarcação implodiu, matando os passageiros. A expedição gerou uma comoção mundial ao longo de dias, enquanto tentavam o resgate das vítimas.

Ele vai ser produzido pela Triton Submarine, que está há décadas no mercado. A empresa se apresenta como uma ”produtora de submersíveis personalizados a expedições de pesquisa e observação” e se posiciona como detentora de recordes:

– Em 2019, um submarino da empresa foi usado no mergulho mais profundo da história, chegando a 10,9 mil metros;

– Em 2018, outro submarino foi usado no mergulho mais profundo do oceano Atlântico com 8,3 mil metros.

– Eles que projetaram, por exemplo, o submersível que Kathryn Sullivan usou para se tornar a primeira americana a mergulhar a 11 mil metros de profundidade na Depressão Challenger, o ponto mais fundo dos mares;

– E, em 2019, foram os primeiros a conseguirem gravar imagens em alta resolução do Titanic.

A proposta deles é criar uma nova versão que vai se chamar “The Explorer – Return to the Titanic”, mas baseada em um modelo já produzido pela empresa: o Triton 4000/2 Abyssal Explorer.

Como vai ser o submarino? Segundo a empresa, o submarino tem 4,45 metros de cumprimento e 2,75 de largura e conta com complexa engenharia naval e tecnologia, pesando 12 toneladas.

O submarino tem o que a empresa chama de ”asas”. Elas permitem que ele seja conduzido ao longo do mergulho, podendo ser dirigido até mesmo em espaços pequenos.

Ele vai ter um casco amplo de acrílico. A ideia é que o casco, somado às câmeras acopladas de alta resolução ele tenha uma visão 320° do fundo do oceano.

Diferentemente do Titan, que implodiu, e que só poderia descer a 1,3 mil metros, ele pode descer a 4 mil metros de forma segura, segundo a produtora.

Divulgação



Um submarino já existente vai inspirar o modelo anunciado para nova expedição ao Titanic.

A tecnologia naval do submarino permite que ele desça e suba das profundezas em uma viagem de menos de duas horas – menos do que se propunha o Titam.

Tem capacidade para apenas duas pessoas por viagem.

O submarino tem uma resistência em viagem de 12 horas.

O controle vai ser feito por um joystick, mas há também um controle de tela sensível ao toque e substituição manual.

O Triton 4000 – que traz o número no nome, justamente, em referência à profundidade que pode atingir – já é licenciado para uso comercial.

Com a capacidade, a ideia dos empresários é criar um modelo personalizado para a expedição. O modelo deve custar milhões de dólares e a previsão é que fique pronto em 2026.

Quem são os empresários? Patrick Lahey é cofundador e presidente da Triton Submarines. Ele é quem vai ficar responsável pelo projeto do submarino.

Além de empresário, ele é um entusiasta do mergulho. Lahey se tornou o segundo canadense a chegar ao fundo da Fossa das Marianas, ponto mais profundo dos oceanos que fica no Pacífico. E também foi a primeira pessoa a mergulhar duas vezes no Challenger Deep acompanhado por outro explorador.

O cofundador da Triton vai fazer o submarino a pedido do magnata Larry Connor, de Ohio. O empresário de 74 anos é fundador do Connor Group, uma empresa do ramo financeiro. Atualmente, segundo a Forbes, a empresa opera uma carteira de R$ 26 bilhões. As informações são do portal de notícias G1.

Como a TV box está revolucionando a forma de ver televisão.

Uma nova tendência no Brasil e mundo afora, as TV boxes se apresentam com a proposta de unir canais de televisão aberta e fechada a plataformas de streaming. Desta forma, o cliente consegue acessar uma maior gama de conteúdos a partir de uma mesma estrutura, de forma econômica e facilitada.

A Claro é uma das empresas que oferece serviços do tipo, com a Box Claro TV+. "A revolução está em agregar os conteúdos em um só lugar. É a TV e o streaming juntos", explica o diretor de Produto da Claro, Alessandro Maluf.

De acordo com Maluf, uma das maiores vantagens da box é a busca centralizada pelos conteúdos, em que a pessoa não precisa pesquisar em meios externos onde o material audiovisual está disponível ou será veiculado. A busca pode ser feita diretamente no menu da Claro TV+, que irá direcionar ao conteúdo, independentemente de onde ele estiver ancorado.

O menu centralizado facilita saber, por exemplo, qual canal transmitirá um jogo de futebol, uma corrida de carro ou um show. A ferramenta é útil, ainda, para descobrir em qual plataforma de streaming está disponível uma série ou filme.

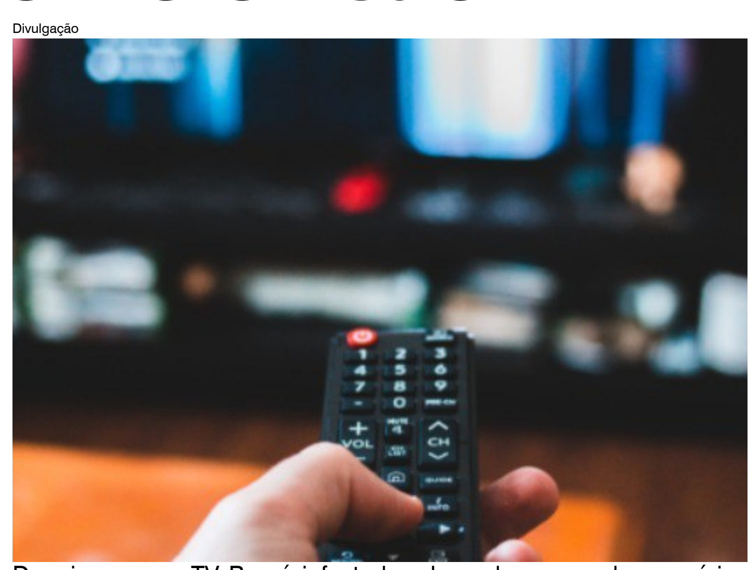
"Hoje o mercado de conteúdo está muito fragmentado com essa quantidade de aplicativos por streaming. A nossa proposta aqui é resolver essa dor do cliente. É ter tudo em um só lugar, no conforto e economia, junto com a Claro", conta Maluf. De acordo com o diretor, o serviço busca otimizar a proposta de custo-benefício da televisão por assinatura, com mais e melhores opções de entretenimento por um valor mais baixo que serviços de TV à cabo.

Mesmo o pacote mais simples da box, por R$ 99,90, oferece, além de mais de 120 canais, assinaturas da Netflix e da Globoplay.

Outras vantagens

As TV boxes, por terem seu funcionamento atrelado à internet, também são de fácil instalação, já que não necessitam de cabeamento. Por essa razão, os próprios clientes são capazes de colocar o produto em funcionamento dentro de poucos minutos.

Divulgação



Depois que um TV Box é infectado, ele pode ser usado em várias atividades ilegais.

Essa característica faz com que a box seja portátil, podendo ser utilizada em diversos lugares.

No caso da Claro, isso amplia a área de cobertura dos serviços para além da área cabeada, permitindo que mais pessoas tenham acesso aos canais e streamings oferecidos na box.

"Esta é a mudança que a gente vem trazendo para o mercado. Indo além da agregação dos conteúdos, esse serviço da Claro agrega também um hub de casa conectada, com a Alexa integrada", explica. A box ainda transforma a televisão onde está instalada em "smart" e permite que o conteúdo seja gravado e pausado.

TV Pampa na Box Claro TV+

A TV Pampa está no canal 508 da Claro TV+, com programação disponível para todo o Brasil. Essa é a primeira vez que uma empresa de comunicação regional está presente na box. O cliente Claro que assina o serviço pode gravar e assistir os programas da emissora gaúcha a qualquer momento.

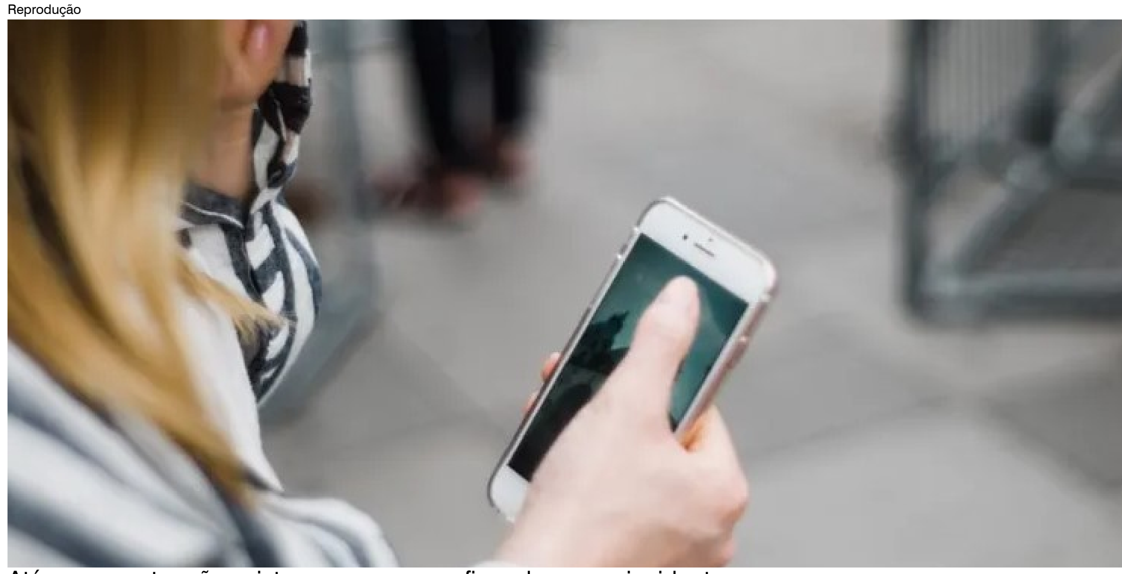
Além disso, no atual período de calamidade pública enfrentado pelo Rio Grande do Sul, a TV Pampa e a Claro firmaram uma parceria para que todos possam ter acesso gratuito à emissora gaúcha pelo app Claro TV+. A decisão é válida para o país todo e tem como objetivo fomentar a disseminação da informação veiculada por um veículo jornalístico regional de confiança.

iPhone começa a vibrar sem notificação e incomoda usuários.

Diversos relatos nas redes sociais apontam para um problema de "vibração fantasma" do iPhone: o aparelho começa a vibrar mesmo sem nenhuma notificação no momento. A pessoa, então, abre o celular e vê que não há nada novo.

Uma publicação de 24 de maio feita no X pelo perfil @caismila fala sobre o problema e já acumula mais de 16 mil compartilhamentos na rede, além de várias respostas de consumidores que também passam pela mesma situação. As mesmas reclamações também foram encontradas no Instagram.

Reprodução



Até o momento, não existe uma causa confirmada para o incidente.

Por que isso acontece?

Até o momento, não existe uma causa confirmada para o incidente, que pode ser um bug do sistema ou um problema relacionado a um app específico. Alguns relatos dizem que a vibração acontece após receber mensagens de conversas arquivadas no WhatsApp, enquanto outras pessoas dizem que o aviso é acompanhado do ícone de geolocalização na tela, mas ainda não é possível indicar o motivo por trás do ocorrido.

O engenheiro Victor Candemil é uma das pessoas que passou pela situação: "Acontece uma vibração com o celular desbloqueado, como se tivesse recebido uma notificação, mas não tem nada de novo para ver. Já está há uns quatro ou cinco dias assim", comenta.

Vale notar que o problema parece afetar muitos brasileiros, mas não existem relatos do ocorrido em outras regiões no fórum oficial da Apple e em comunidades sobre iOS no Reddit. Alguns comentários sobre o problema em inglês foram publicados no Reddit em setembro do ano passado, mas não existem mensagens mais recentes.

Como resolver

Ainda não dá para resolver o problema sem descobrir a causa dele. Nesse caso, vale a pena testar alguns métodos e verificar se o celular para de vibrar sem motivo:

– Reinicie o aparelho;

– Desative e ative a vibração novamente;

– Caso o ícone de localização apareça, toque para ver qual aplicativo está usando-a e veja as configurações de notificação;

– Atualize os apps do sistema.

A situação provavelmente será corrigida com uma atualização do próprio iOS ou do aplicativo responsável pelas notificações. Enquanto isso, você pode relatar o problema no canal oficial de feedback da Apple (em inglês) em apple.com/feedback/iphor



Conheça algumas maneiras de minimizar o "jet lag" e dormir melhor em viagem.

Você acaba de chegar em Paris, mas em vez de correr para a Torre Eiffel, você desmaia em cima de um soufflé. A culpa é do jet lag, que ocorre quando o ritmo circadiano do corpo – as horas previstas de sono e vigília – não está sincronizado com o novo local, deixando você com uma confusão cerebral ao meio-dia ou insônia de madrugada.

Nem todo mundo tem o mesmo relógio biológico, é claro, e não há duas viagens exatamente iguais, mas existem truques que podem ajudar a recuperar a compostura mais rapidamente.

Mudar os horários

Tanto a diferença de fuso horário quanto a direção da viagem contribuem para o jet lag, de acordo com Jay Olson, pesquisador pós-doutoral da Universidade de Toronto Mississauga, que estudou esse fenômeno. Olson diz que viajar para o oeste, onde se espera estar acordado e levantar mais tarde para se adaptar ao novo fuso horário, é mais fácil para a maioria das pessoas do que viajar para o leste, onde se espera fazer o oposto.

Para viagens mais curtas, faça uma mudança gradual de uma hora por dia para o número de fusos horários que você atravessará, sugere Vishesh Kapur, médico fundador do Centro de Medicina do Sono da Universidade de Washington.

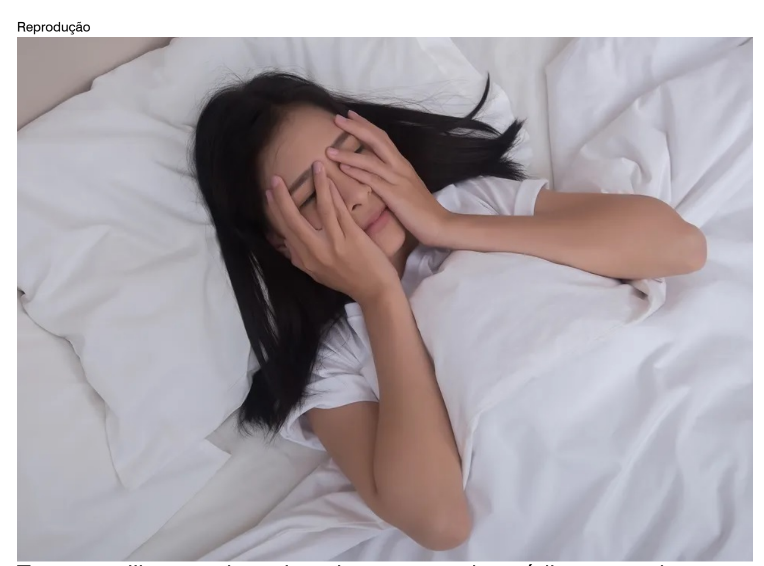
Por exemplo, se você estiver voando da Califórnia para Massachusetts – atravessando três fusos horários –, pode tentar deitar e levantar uma hora mais cedo a cada dia durante três dias antes da viagem. Geralmente, diz Kapur, não é necessário mudar o horário de dormir antes de viajar menos de três fusos horários para o oeste.

O poder da luz

A luz intensa ajuda a manter o relógio interno sincronizado com o mundo exterior, viajando através de células especializadas na retina e enviando sinais para a parte do cérebro que define o principal horário do corpo.

Nos primeiros dias de viagem, descobrir os melhores momentos de iluminação pode ser complicado. Suponha que você pegue um voo noturno de Nova York para Londres e chegue às sete da manhã. Seu cérebro ainda pode sentir que são duas da manhã e receber a luz do sol imediatamente pode confundir o relógio interno. Nesse caso, pode ser útil usar óculos escuros por algumas horas e depois sair ao sol quando estiver perto da hora de acordar em casa, prolongando assim o dia em Londres.

Reprodução



Tomar 1 miligrama de melatonina sem receita médica cerca de quatro horas antes de dormir pode ajudar.

Em viagens longas para a Ásia – quando o dia e a noite se invertem –, geralmente é mais fácil atrasar o ciclo, explica Mickey Beyer-Clausen, CEO da Timeshifter, que fabrica um aplicativo para ajudar com o jet lag com o mesmo nome.

Por exemplo, se você voar sem escalas de Nova York para Tóquio, que está 13 horas à frente, é melhor pensar que está 11 horas atrás (o jet lag não considera a linha internacional de mudança de data). Isso significa que se você pousar, por exemplo, às duas da tarde em Tóquio – uma da manhã em Nova York –, você precisa compensar o fato de que o cérebro nova-iorquino está indo dormir.

Portanto, você deve procurar um ambiente iluminado durante toda a tarde, especialmente à noite, até a hora de dormir em Tóquio. Você também pode antecipar a adaptação ao horário de Tóquio indo para a cama e procurando luz mais tarde do que o normal durante duas noites antes de sair de Nova York.

Ferramentas online como Jet Lag Rooster e Timeshifter ajudam a criar um horário personalizado com base em variáveis como as diferenças de fuso horário, horas de partida e chegada e outros fatores.

Melatonina

Se você tiver dificuldade para dormir mais cedo antes de viajar para o leste, Kapur sugere tomar 1 miligrama de melatonina sem receita médica cerca de quatro horas antes de dormir, até três dias antes da viagem. A melatonina é uma substância produzida naturalmente no corpo ao anoitecer, sinalizando ao corpo que é hora de dormir.

Preta Gil revela que já perdeu dois bebês.

Preta Gil abriu o coração em uma entrevista ao videocast "Mil e Uma Tretas". A cantora, que enfrentou uma luta contra um câncer no ano passado, revelou que já sofreu dois abortos. A situação ocorreu quando ela era casada com o roteirista e diretor Rafael Dragaud, que trabalhou na TV Globo durante 30 anos.

Preta estava grávida de cinco meses quando perdeu o primeiro bebê. "Até que um dia, durante o ultrassom, o Francisco estava sentado na minha perna e o médico pediu para tirarem ele da sala. Até que me contaram que o coração do bebê tinha parado. Tentamos fazer uma curetagem e não deu certo. Então, eu tive que fazer uma cesárea para tirar o bebê", relembrou.

Reprodução



Preta Gil abriu o coração em uma entrevista ao videocast "Mil e Uma Tretas".

Meses depois, Preta conseguiu engravidar novamente, mas sofreu mais um aborto, dessa vez, no terceiro mês da gestação. A cantora chegou a se sentir envergonhada e expôs o impacto que isso teve na relação com Rafael.

"Sentia vergonha por não conseguir, de me sentir incapaz. Foi um caos, mas atropelei os sentimentos e fui vivendo. O segundo eu consegui fazer a curetagem. Aquilo simbolizava muitas coisas, e para nós, como casal, aquilo era o fim. Acho que o nosso casamento não resistiu a isso", refletiu.

Preta explicou que a perda se deu por conta de uma má formação de um cromossomo, ocasionada pela incompatibilidade dela com o então marido. "A gente talvez não conseguisse ter filho nunca. Isso foi devastador para nós", lamentou.

Após rumores de crise no casamento, Marcos Mion posta foto com a esposa: "Seguiremos sempre juntos".

Marcos Mion compartilhou um clique romântico feito em Londres, na Inglaterra, com a esposa, Suzana Gullo, na quarta-feira (29). Na legenda da publicação, o apresentador aproveitou para se pronunciar sobre os rumores de crise no casamento que circularam nas redes sociais nos últimos dias.

“Gente, 2024! Todo mundo sabe que não dá para acreditar em tudo que falam na internet! Não foi a primeira fofoca, nem será a última. Seguiremos sempre juntos”, declarou Mion.

A publicação foi feita após o nome do casal ficar em alta nas redes sociais, quando internautas levantaram rumores de uma possível traição do apresentador com a atriz Débora Nascimento. Acontece que Débora estava em Curaçao, ilha do Caribe, no mesmo período que Mion e Suzana. Entretanto, as suposições pareceram não afetar o casal, já que o apresentador se declarou para a esposa na última terça-feira (28).

"Muita gente não tem coragem de assumir, mas eu assumo sem problema algum: sou dependente da minha esposa. Fato é que sem ela eu não sou nada. E não estou falando poeticamente, é literal. Por exemplo, nunca teria construído minha carreira, que, aliás, é nossa carreira porque ela está do meu lado segurando muitas pontas para eu conseguir realizar o que todo mundo vê e acompanha. Coitado do homem bem-sucedido que o ego e o poder cegam a ponto dele achar que a mulher que está ao seu lado, dividindo a vida, não é responsável por tudo que ele conseguiu conquistar profissionalmente", escreveu ele.

Reprodução/Instagram



"Não foi a primeira fofoca, nem será a última. Seguiremos sempre juntos", declarou o apresentador.

Após 38 anos, Antonio Calloni se despede da Globo.

Lucas Teixeira/Globo



Em uma publicação no Instagram, ator ainda fez referência ao Coronel Belarmino, seu personagem em "Renascer".

Antonio Calloni se despediu da Globo na noite de quarta-feira (29). Em uma publicação no Instagram, o ator anunciou sua saída da emissora após 38 anos de contrato.

"Plim, plim, bye-bye! Foi uma troca longa e produtiva. Aprendi e acho que ensinei um 'bucadim'. Conheci muita gente talentosa nessa inacreditável fábrica de novelas que não para nunca. Se for bom para todos, até breve", escreveu.

Na publicação, o ator ainda fez referência ao seu personagem da primeira fase na novela "Renascer": "Coronel Belarmino perdeu uma carroça, dois burrinhos da melhor qualidade e o emprego. Como dizem os baianos da fronteira Lucca/Ilhéus: Avanti!".

"Saúde, sorte, beijos, ouro, bom humor e fé para todos nós!", desejou Calloni. Após iniciar no teatro, o ator estreou na televisão em 1986, na série "Anos Dourados", da própria TV Globo.

Ao longo de sua carreira, Calloni trabalhou em produções da emissora como "O Salvador da Pátria" (1989), "Terra Nostra" (1999), "O Clone" (2001), "Caminho das Índias" (2009), "Os Dias Eram Assim" (2017), "Éramos Seis" (2019) e "Além da Ilusão" (2022).

Pabllo Vittar vira a nova voz do Waze no mês do Orgulho LGBTQIA+.

Para celebrar a entrada do mês do orgulho LGBTQIA+, em junho, o Waze anunciou que a voz de Pabllo Vittar está disponível para acompanhar os usuários do aplicativo no trânsito. Além de trazer a personalidade da drag queen, frases marcantes e memes de Pabllo foram incluídos na experiência, como "Estamos prontos para rodar. Aliás, rodar, rebolar, bater muito cabelo, ouviu, meu amor?" e "Radar reportado à frente. Tu sabia, mãezinha, que eu tenho um radar pra gay? É o meu gaydar".

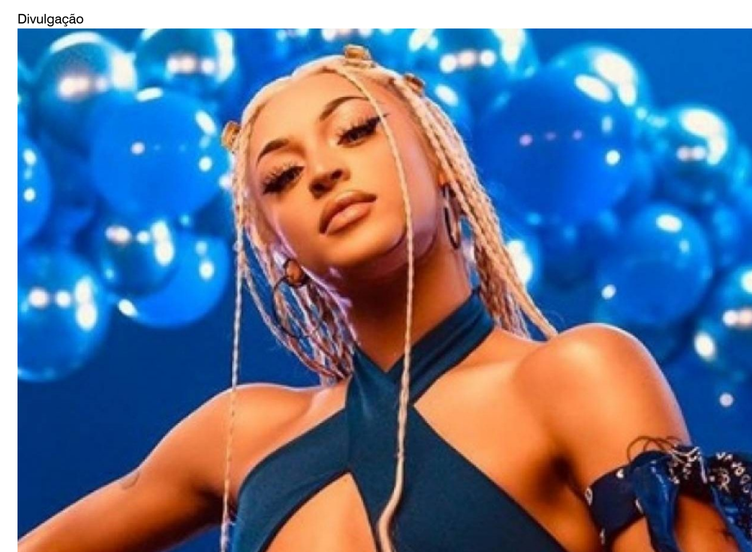
A experiência, que possui duração mínima de um ano, está disponível apenas no Brasil e em português brasileiro. Além da voz da drag queen, um novo humor personalizável "Deslumbrante" e um novo ícone para o carro, o "TropiCar", também foram criados.

Nas redes sociais, Pabllo compartilhou a novidade. "Filhas, agora vocês vão poder dirigir comigo! Tenho o prazer de falar que sou a nova voz do Waze", comemorou.

Já no X, o antigo Twitter, internautas compartilharam registros da aplicação em funcionamento.

Para acessar a experiência, acesse "Ajustes", "Voz e Som", "Voz do Waze" e escolha a voz de Pabllo Vittar.

Divulgação



Além de Pabllo (foto), também estariam no projeto nomes como Grimes, Arca, entre outros.

Já para mudar o humor para "Deslumbrante" ou "Tropical" vá em "Configurações", "Exibição do Mapa", "Ícone do Carro", onde você encontrará os humores nas configurações do seu perfil.

Polícia monitora decibéis dos shows de Taylor Swift após reclamações de moradores em Madri.

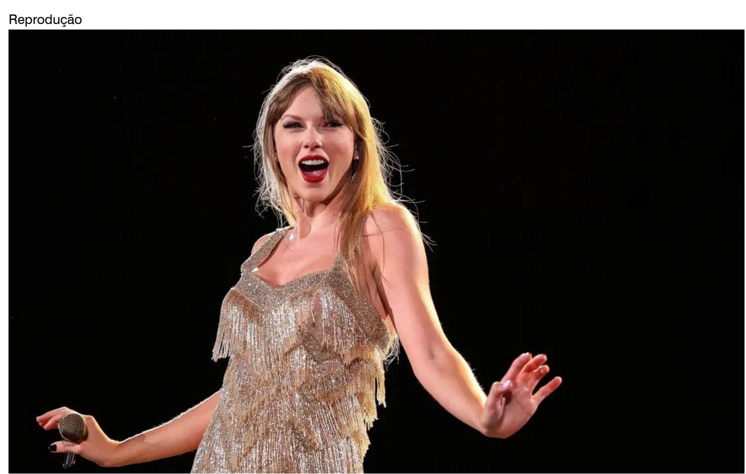
A polícia mediu a contagem de decibéis do show de Taylor Swift no estádio Santiago Bernabéu, do Real Madrid, após moradores próximos reclamarem do barulho desde que o local começou a receber eventos musicais, em abril.

As leituras precisam ser avaliadas para ver se ultrapassaram os níveis permitidos, disse a porta-voz da prefeitura, Inmaculada Sanz, em entrevista nesta quinta-feira (30). Ela disse que as autoridades receberam 25 reclamações após o show de quarta-feira (29).

Ela informou que a prefeitura já está preparando multas para promotores de shows anteriores que tenham ultrapassado os limites de ruído.

O Real Madrid não quis comentar. A polícia municipal de Madri encaminhou os pedidos de entrevistas à prefeitura. Sanz não forneceu os dados da leitura dos decibéis na coletiva de imprensa. O promotor de Swift para seus shows em Madri, Lastur Bookin SL, não respondeu ao pedido de entrevista.

Reprodução



Especialistas contratados pela população registraram leituras de 80 decibéis, muito acima dos 53 permitidos.

A apresentação de Swift, com a presença de dezenas de milhares de fãs, marcou a primeira performance de uma mega-estrela global no estádio, que foi adaptado para ir ao encontro da visão do presidente Florentino Perez de expandir as receitas do clube para além do futebol.

A reforma de 900 milhões de euros incluiu um telhado e um novo campo retrátil de última geração, que permite o uso do local para eventos, tornando-o "um epicentro do mundo do entretenimento", disse Perez em novembro de 2023.

Mas o plano enfrenta indignação local diante do barulho, com a ameaça de moradores de recorrer à Justiça para impedir eventos futuros. "Não temos escolha senão tomar medidas legais", disse Enrique Martinez de Azagra, presidente da Associação de Pessoas Afetadas pelo Bernabéu.

Durante o show de quarta, especialistas contratados pela associação fizeram as suas próprias contagens de decibéis, que podem ser usadas como prova num caso. Os especialistas registraram leituras de 80 decibéis, muito acima dos 53 permitidos pelas autoridades municipais para locais de shows, disse Martinez de Azagra.

Homem processa Madonna por "sexo" em show da "The Celebration Tour".

Madonna está sendo processada por um homem chamado Justen Lipeles, que afirma ter sido pego de surpresa pelo "sexo" em um dos shows da "The Celebration Tour", a mesma turnê que foi encerrada na Praia de Copacabana, no Rio de Janeiro, no início de maio.

Segundo o site TMZ, o homem entrou com uma ação coletiva alegando que a cantora deveria ter avisado às pessoas sobre o conteúdo dos shows, onde há simulações de masturbação, sexo oral e referência às práticas BDSM (Bondage, Disciplina, Sadismo e Masoquismo).

No processo nos Estados Unidos, Lipeles diz que ele e outras pessoas foram submetidas à "pornografia sem aviso prévio", tendo sido "forçadas a assistir mulheres de topless no palco simulando atos sexuais". O homem alega que parecia que ele estava assistindo a um filme pornô durante o show.

Ricardo Gomes/Divulgação



"Forçados a assistir mulheres de topless no palco", diz Justen Lipeles.

Justen exige o reembolso dos ingressos e/ou lucros que a cantora obteve com os shows.



Apesar das baixas vendas em nova turnê, Jennifer Lopez faz sucesso com novo filme na Netflix.

Apesar de Jennifer Lopez enfrentar dificuldades para vender ingressos de sua nova turnê musical, "This Is Me…", ela conseguiu fazer sucesso com o novo filme em que é protagonista, "Atlas".

A produção da Netflix que estreou na última sexta-feira (24) se tornou o longa-metragem em língua inglesa mais assistido da plataforma na última semana, entre o período de 20 a 27 de maio. O filme ficou no top 10 em 93 países. Ao todo, o longa alcançou 28,1 milhões de visualizações em quatro dias.

JLo sempre se manteve em paralelo às carreiras como cantora e atriz. Em fevereiro deste ano, ela lançou seu último álbum, "This Is Me… Now", junto a um filme temático. Na mesma época, ela também anunciou uma turnê pelos Estados Unidos. A série de shows irá ocorrer a partir de junho e será a primeira de JLo em cinco anos.

Reprodução/X



Protagonizado por JLo, "Atlas" se tornou o filme mais visto da Netflix na última semana.

Diferentemente do sucesso alcançado com o filme "Atlas", a turnê teve uma baixa venda de ingressos e chegou a cancelar sete shows. Pelo site de vendas online, a maioria das apresentações aparece com mais espaços disponíveis (em azul) do que indisponíveis (em cinza).

Após os cancelamentos, a turnê passou por uma reformulação, alterando o foco no novo álbum para os principais sucessos da carreira de Jennifer Lopez. A iniciativa foi apontada por alguns veículos internacionais de comunicação como uma tentativa de impulsionar as vendas de ingressos.

Rihanna perde dinheiro na venda de cobertura que pertenceu a Matthew Perry.

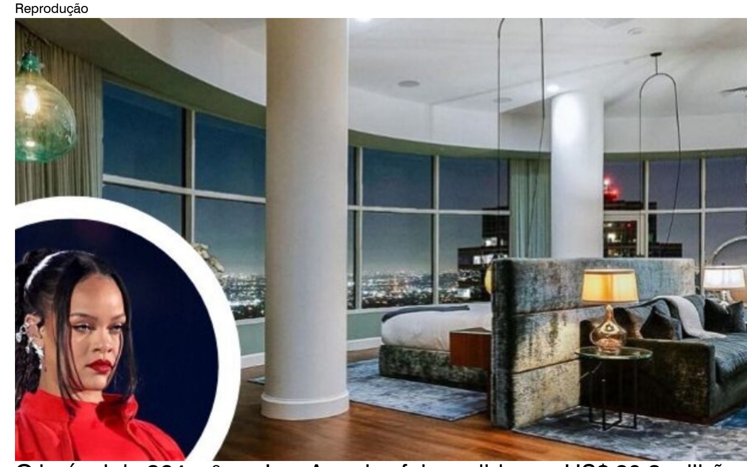
Disponível no mercado há apenas dois meses, a cobertura de Rihanna em Los Angeles foi vendida para um comprador não-identificado por cerca de US$ 20,8 milhões, o equivalente a R$ 108,24 milhões. Embora alto, o valor está bem abaixo do anunciado, US$ 25 milhões, e representa uma perda de US$ 85 mil (R$ 442 mil) em cima do valor inicial de compra.

Em março de 2023, a cantora teria pago US$ 21 milhões ao ex-proprietário Nick Molnar, cofundador da empresa de tecnologia Afterpay, que originalmente queria US$ 28 milhões. Antes disso, a residência pertencera por quatro anos ao falecido ator Mathew Perry, de Friends. Em 2017, ele comprou o imóvel por US$ 20 milhões e realizou uma ampla reforma, coordenada pelo arquiteto Scott Joyce e pelo designer de interiores LM Pagano.

Aparentemente, nem Nick ou Rihanna fizeram alterações significativas no projeto. O apartamento ocupa todo o 40º andar do edifício The Century, condomínio de alto padrão projetado pelo arquiteto Robert A.M. Popa, localizado na Avenida das Estrelas. Quatro enormes terraços oferecem vista para o centro de Los Angeles, as montanhas de Santa Mônica e até o Oceano Pacífico.

Outros destaques incluem um luxuoso cinema à prova de som e uma ampla cozinha integrada ao living, perfeito para exibir obras de arte ou itens colecionáveis. Há também uma espaçosa sala de estar com duas lareiras, uma sala de jantar formal com capacidade para 25 pessoas e uma sala de jogos/biblioteca aquecida por uma lareira. A suíte principal conta com banheiros duplos, closets e sala de estar adjacente com lareira.

Reprodução


O imóvel de 864 m² em Los Angeles foi vendido por US$ 20,8 milhões – US$ 85 mil a menos do que ela investiu em março de 2023.

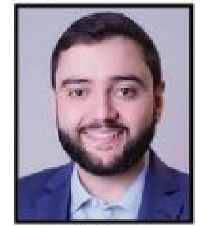
O dinheiro perdido certamente não é uma preocupação para Rihanna, cuja residência principal continua sendo sua mansão nas montanhas, acima de Beverly Hills, que vale cerca de US$ 14 milhões. Segundo a Forbes, hoje, ela é a musicista mais rica do mundo, com um patrimônio líquido estimado em US$ 1,4 bilhão.

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

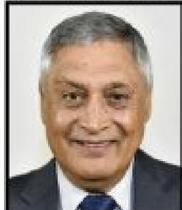
GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

GOVERNADOR E VICE-GOVERNADOR DO RIO GRANDE DO SUL:


Eduardo Leite


Gabriel Souza

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL


Adolfo Brito

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL


Alberto Delgado Neto

PROCURADOR GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL

Alexandre Sikinowski Saltz

DEFENSOR PÚBLICO GERAL DO RIO GRANDE DO SUL


Nilton Leonel Arnecke Maria

PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO RIO GRANDE DO SUL


Marco Peixoto

PROCURADOR GERAL DO RIO GRANDE DO SUL


Eduardo Cunha da Costa

OS 3 SENADORES DO RIO GRANDE DO SUL:

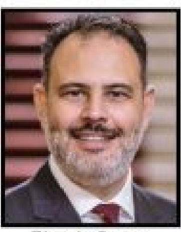

Hamilton Mourão


Luis Carlos Heinze

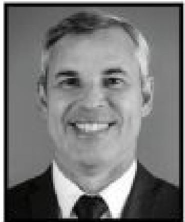

Paulo Paim

PREFEITO E VICE-PREFEITO DE PORTO ALEGRE:


Sebastião Melo


Ricardo Gomes

PRESIDENTE DA CÂMARA DE PORTO ALEGRE


Mauro Pinheiro

AUTORIDADES MÁXIMAS DAS FORÇAS ARMADAS NO RIO GRANDE DO SUL:

EXÉRCITO


General Hertz Pires do Nascimento, Comandante Militar do Sul, em Porto Alegre.

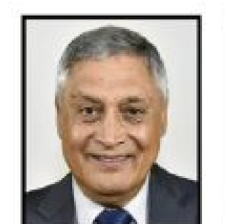
MARINHA


Vice-Almirante Augusto José da Silva Fonseca Junior, Comandante do V Distrito Naval, em Rio Grande.

AERONÁUTICA

Major Brigadeiro do AR Marcelo Rivero, Comandante do V Comando Aéreo Regional (V COMAR), em Canoas.

MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL:


Adolfo Brito
Presidente


Paparico Bacchi
1º Vice-presidente


Eliana Bayer
2ª Vice-presidente


Pepe Vargas
1º Secretário


Vilmar Zanchin
2º Secretário


Luiz Marenco
3º Secretário


Dr. Thiago Duarte
4º Secretário

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO GRANDE DO SUL:


Alberto Delgado Neto
Presidente


Ícaro Carvalho de Bem Osório
1º Vice-presidente


Sérgio Miguel Achutti Blattes
2º Vice-presidente


Lusmary Fátima Turelly da Silva
3ª Vice-presidente


Fabianne Bretton Baisch
Corregedora-Geral da Justiça

LIDERANÇAS GAÚCHAS:

BANRISUL


Fernando Guerreiro de Lemos
Presidente

BRDE


Ranolfo Vieira Junior
Presidente

BADESUL


Claudio Leite Gastal
Presidente

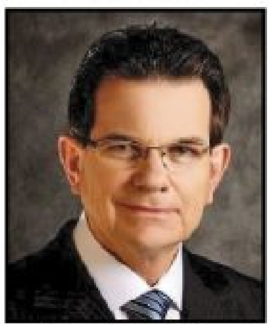
FARSUL


Gedeão Pereira
Presidente

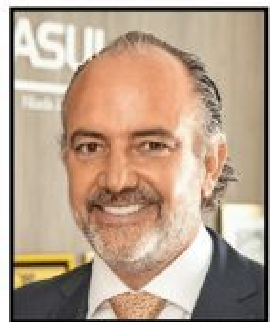
FIERGS


Gilberto Petry
Presidente

FECOMÉRCIO


Luiz Carlos Bohn
Presidente

FEDERASUL


Rodrigo Sousa Costa
Presidente

FEDERAÇÃO GAÚCHA DE FUTEBOL


Luciano Hocsman
Presidente

GRÊMIO


Alberto Guerra
Presidente

INTERNACIONAL


Alessandro Barcellos
Presidente

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 27 SECRETÁRIOS DE ESTADO DO GOVERNO DO RIO GRANDE DO SUL:

AGRICULTURA



Giovani Feltes (MDB)

CASA CIVIL



Artur Lemos (PSDB)

CASA MILITAR



Luciano Boeira

COMUNICAÇÃO



Tânia Moreira

CULTURA

Beatriz Araújo

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



Ernani Polo (PP)

DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Beto Fantinel (MDB)

DESENVOLVIMENTO RURAL



Ronaldo Santini (Podemos)

DESENVOLVIMENTO URBANO E METROPOLITANO

Carlos Rafael Mallmann (União Brasil)

EDUCAÇÃO

Raquel Teixeira (PSDB)

ESPORTE E LAZER



Danrlei de Deus (PSD)

FAZENDA



Pricilla Maria Santana

HABITAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA



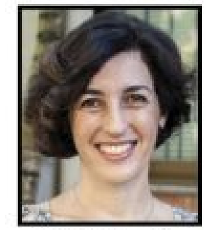
Carlos Gomes (Republicanos)

INCLUSÃO DIGITAL



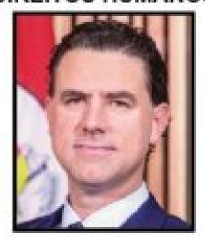
Lisiane Lemos

INOVAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Simone Stulp

JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS



Fabrício Peruchin (União Brasil)

LOGÍSTICA E TRANSPORTES



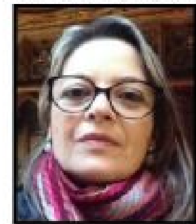
Juvir Costella (MDB)

MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA



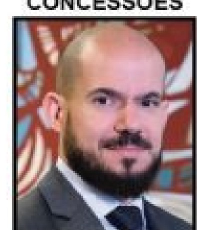
Marjorie Kauffmann

OBRAS PÚBLICAS



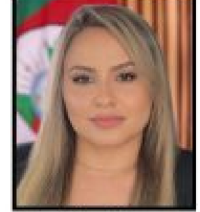
Izabel Matte

PARCERIAS E CONCESSÕES



Pedro Capeluppi

PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO



Danielle Calazans

PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO



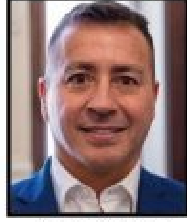
Eduardo Cunha da Costa

SAÚDE



Arita Bergmann

SEGURANÇA PÚBLICA



Sandro Caron

SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO



Luiz Henrique Vianna (PSDB)

TRABALHO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL



Gilmar Sossella (PDT)

TURISMO



Vilson Covatti (PP)

Fotos: Divulgação

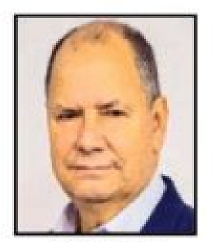
QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 31 DEPUTADOS FEDERAIS DO RIO GRANDE DO SUL:


Afonso Hamm (PP)


Afonso Motta (PDT)


Alceu Moreira (MDB)


Alexandre Lindenmeyer (Federação PT/PCdoB/PV)


Any Ortiz (Federação PSDB-Cidadania)

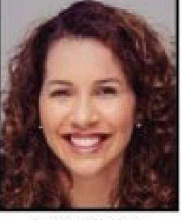

Bibo Nunes (PL)

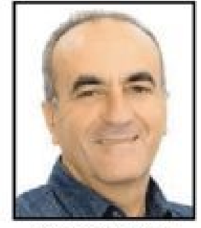

Carlos Gomes (Republicanos)


Covatti Filho (PP)


Daniel da TV (Federação PSDB-Cidadania)


Daiana Santos (PC do B)


Denise Pessôa (Federação PT/PCdoB/PV)


Dionilso Marcon (Federação PT/PCdoB/PV)

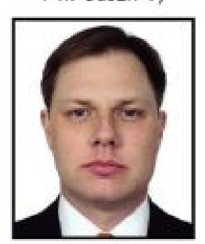

Elvino Bohn Gass (Federação PT/PCdoB/PV)


Fernanda Melchionna (Federação PSOL-Rede)


Franciane Bayer (Republicanos)


Giovani Cherini (PL)

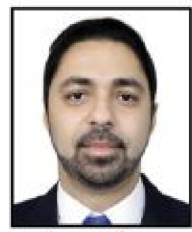

Heitor Schuch (PSB)

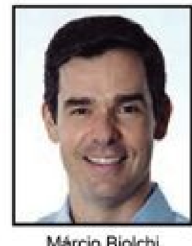

Lucas Redecker (Federação PSDB-Cidadania)

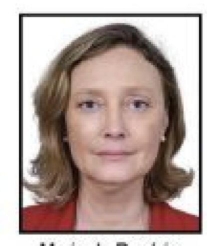

Luciano Azevedo (PSD)


Luiz Carlos Busatto (União Brasil)

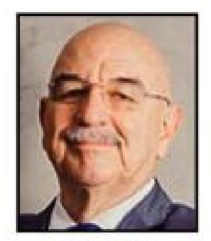

Marcel Van Hattem (Novo)

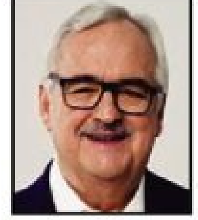

Marcelo Moraes (PL)


Márcio Biolchi (MDB)


Maria do Rosário (Federação PT/PCdoB/PV)


Mauricio Marcon (Podemos)


Osmar Terra (MDB)


Pedro Westphalen (PP)


Pompeo de Mattos (PDT)


Reginete Bispo (PT)


Tenente-Coronel Zucco (Republicanos)


Ubiratan Sanderson (PL)

A mesa diretora da Câmara dos Deputados é responsável por trabalhos administrativos e é composta pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP - PL); o primeiro e o segundo vice-presidentes, Marcos Pereira (Republicanos - SP) e Sóstenes Cavalcante (PL - RJ); quatro secretários, Luciano Bivar (União Brasil - PE), Maria do Rosário (PT - RS), Júlio Cesar (PSD - PI) e Lucio Mosquini (MDB - RO); além dos suplentes, Gilberto Nascimento (PSC - SP), Pompeo de Mattos (PDT - RS), Beto Pereira (PSDB - MS) e André Ferreira (PL - PE).

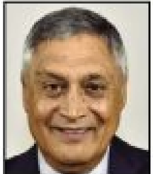
Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

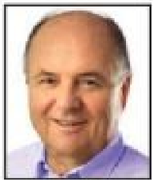
GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

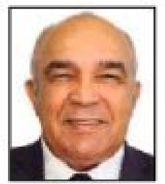
OS 55 DEPUTADOS ESTADUAIS DO RIO GRANDE DO SUL:

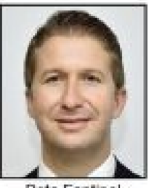

Adão Pretto (PT)

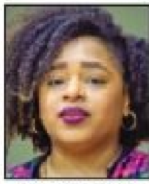

Adolfo Brito (PP)


Adriana Lara (PL)


Airton Artus (PDT)


Airton Lima (Podemos)


Beto Fantinel (MDB)


Bruna Rodrigues (PC do B)

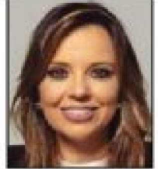

Capitão Martim (Republicanos)


Classmann (União Brasil)


Carlos Búrigo (MDB)

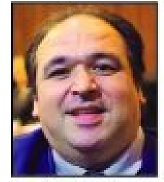

Claudio Tatsch (PL)


Juvir Costella (MDB)


Delegada Nadine (PSDB)


Delegado Zucco (Republicanos)


Dirceu Franciscon (União Brasil)


Dr. Thiago (União Brasil)


Edivilson Brum (MDB)


Eduardo Loureiro (PDT)


Eliana Bayer (Republicanos)


Elizandro Sabino (PTB)


Elton Weber (PSB)


Ernani Polo (PP)

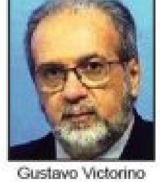

Felipe Camozzato (Novo)


Frederico Antunes (PP)


Gaúcho da Geral (PSD)


Gerson Burmann (PDT)


Guilherme Pasin (PP)


Gustavo Victorino (Republicanos)


Issur Koch (PP)

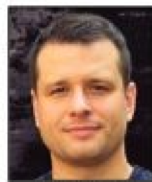

Jeferson Fernandes (PT)


Joel de Igrejinha (PP)


Kaká D'Ávila (PSDB)


Kelly Moraes (PL)


Laura Sito (PT)


Leonel Radde (PT)


Luciana Genro (PSOL)


Luciano Silveira (MDB)

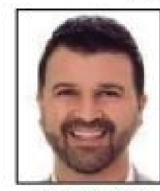

Luiz Marenco (PDT)


Luiz Mainardi (PT)

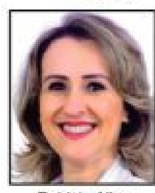

Marcus Vinícius (PP)


Matheus Gomes (PSOL)


Miguel Rossetto (PT)


Neri O Carteiro (PSDB)


Paparico Bacchi (PL)


Patrícia Alba (MDB)


Pedro Pereira (PSDB)


Pepe Vargas (PT)


Professor Bonatto (PSDB)


Professor Claudio (Podemos)


Rafael Librelotto (MDB)


Rodrigo Lorenzoni (PL)


Ronaldo Santini (Podemos)


Sergio Peres (Republicanos)


Silvana Covatti (PP)


Sofia Cavedon (PT)


Sossella (PDT)

Stela Farias (PT)


Valdeci Oliveira (PT)


Vilmar Zanchin (MDB)


Zé Nunes (PT)

Deputados Estaduais licenciados para exercício de outros cargos:
Beto Fantinel (MDB), Juvir Costella (MDB), Ernani Polo (PP), Ronaldo Santini (Podemos) e Sossella (PDT).

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

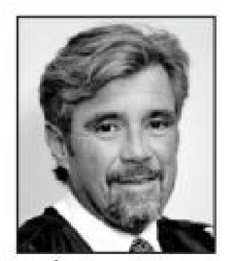
GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

DESEMBARGADORES E EX-DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL

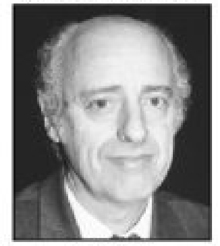

Fernando Quadros da Silva (Presidente do TRF)


João Batista Pinto Silveira (Vice-presidente do TRF)


Vânia Hack de Almeida (Corregedora da Justiça Federal)


Álvaro Eduardo Junqueira


Amaury Chaves de Athayde

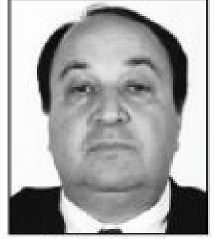

Amir José Finocchiaro Sarti


Antônio Albino Ramos de Oliveira


Ari Pargendler

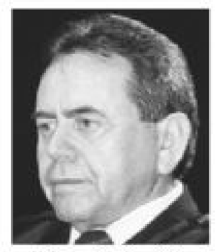

Cal Garcia


Cândido Alfredo Silva Leal Junior


Carlos Antonio Rodrigues Sobrinho


Carlos Eduardo Thompson Flores Lenz


Celso Kipper


Dirceu de Almeida Soares


Edgard Antônio Lippmann Júnior


Élcio Pinheiro de Castro

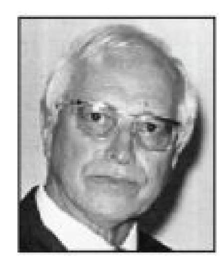

Eli Goraieb


Ellen Gracie Northfleet


Fábio Bittencourt da Rosa


Fernando Quadros da Silva

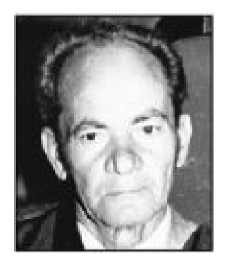

Gilson Dipp

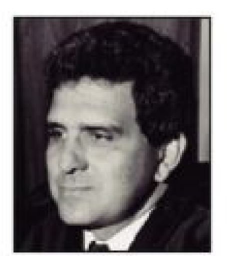

Hervandil Fagundes


João Surreaux Chagas

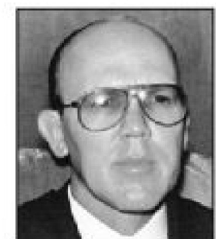

Joel Ilan Paciornik


Jorge Antonio Maurique


José Almada de Souza


José Fernando Jardim de Camargo


José Luiz Borges Germano da Silva


José Morschbacher


Luciane Amaral Corrêa Münch

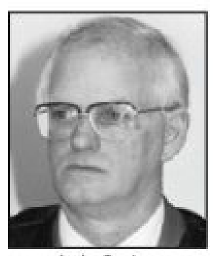

Luís Alberto d'Azevedo Aurvalle

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

DESEMBARGADORES E EX-DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL NO RIO GRANDE DO SUL


Luiz Carlos de Castro Lugon


Luiz Dória Furquim


Luiz Fernando Wowk Penteado


Luíza Dias Cassales


Manoel Eugenio Marques Munhoz


Manoel Lauro Volkmer de Castilho


Márcio Antônio Rocha


Marga Inge Barth Tessler


Maria de Fátima Freitas Labarrère


Maria Lúcia Luz Leiria


Néfi Cordeiro


Nylson Paim de Abreu


Osvaldo Moacir Alvarez


Otavio Roberto Pamploma


Paulo Afonso Brum Vaz


Pedro Máximo Paim Falcão


Ricardo Teixeira do Valle Pereira


Rogerio Favreto


Rômulo Pizzolatti


Ronaldo Luiz Ponzi

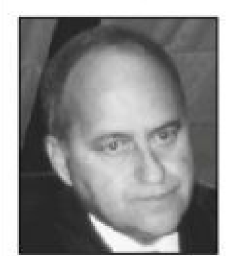

Silvia Maria Gonçalves Goraieb

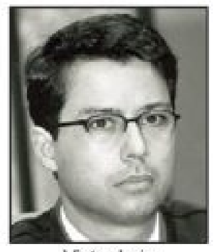

Silvio Dobrowolski


Tadaaqui Hirose


Tânia Terezinha Cardoso Escobar


Teori Albino Zavascki


Valdemar Capeletti


Victor Luiz dos Santos Laus


Vilson Darós


Virgínia Amaral da Cunha Sheibe


Vladimir Passos de Freitas


Wellington Mendes de Almeida

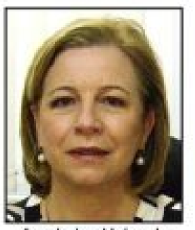
Fotos: Divulgação

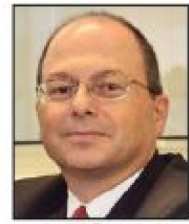
QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 48 DESEMBARGADORES DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO:

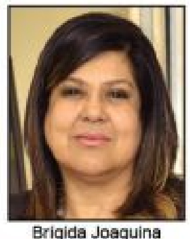

Alexandre Corrêa da Cruz


Ana Luiza Heineck Kruse


André Reverbel Fernandes

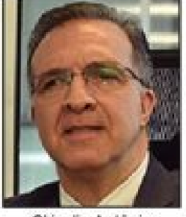

Angela Rosi Almeida Chapper


Beatriz Renck


Brígida Joaquina Charão Barcelos


Carlos Alberto May

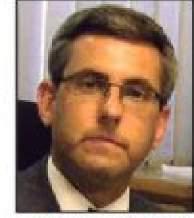

Carmen Izabel Centena Gonzalez

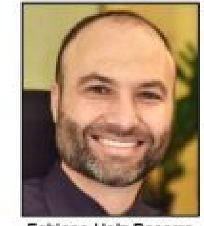

Cláudio Antônio Cassou Barbosa

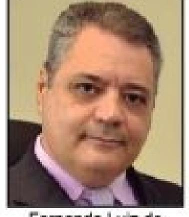

Cleusa Regina Halfen

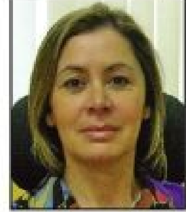

Clóvis Fernando Schuch Santos


Denise Pacheco


Emílio Papaléo Zin

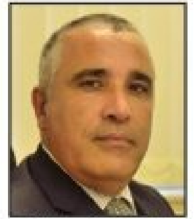

Fabiano Holz Beserra


Fernando Luiz de Moura Cassal


Flávia Lorena Pacheco


Francisco Rossal de Araújo


George Achutti


Gilberto Souza dos Santos


Janney Camargo Bina


João Alfredo Borges Antunes de Miranda


João Batista de Matos Danda


João Paulo Lucena

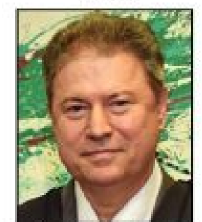

João Pedro Silvestrin

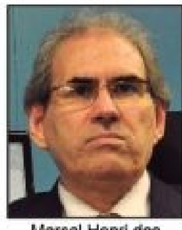

Lais Helena Jaeger Nicotti


Lucia Ehrenbrink

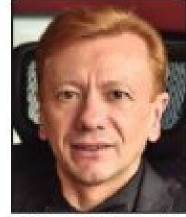

Luciane Cardoso Barzotto

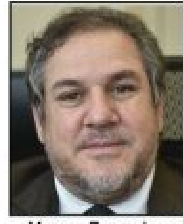

Luiz Alberto de Vargas


Manuel Cid Jardon

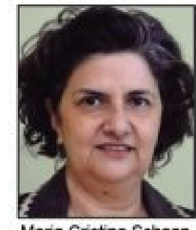

Marçal Henri dos Santos Figueiredo

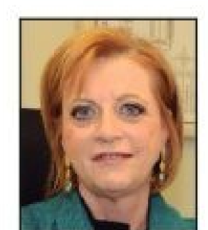

Marcelo Gonçalves de Oliveira


Marcelo José Ferlin D'Ambroso


Marcos Fagundes Salomão


Maria da Graça Ribeiro Centeno


Maria Cristina Schaan Ferreira

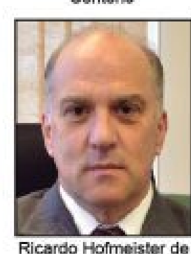

Maria Madalena Telesca

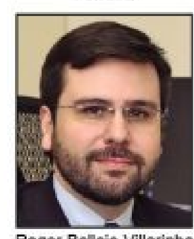

Maria Silvana Rotta Tedesco


Raul Zoratto Sanvicente

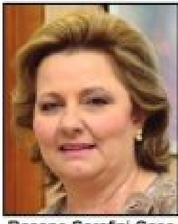

Rejane Souza Pedra


Ricardo Carvalho Fraga


Ricardo Hofmeister de Almeida Martins Costa

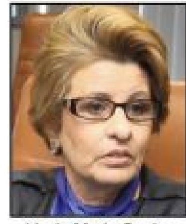

Roger Ballejo Villarinho


Rosiul de Freitas Azambuja


Rosane Serafini Casa Nova


Simone Maria Nunes


Tânia Regina Silva Reckziegel


Vania Maria Cunha Mattos


Wilson Carvalho Dias

Fotos: Divulgação

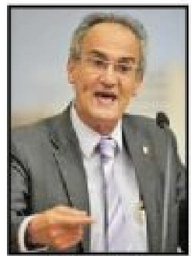
QUEM É QUEM NO RIO GRANDE DO SUL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 36 VEREADORES DE PORTO ALEGRE:


Abigail Pereira (PC do B)

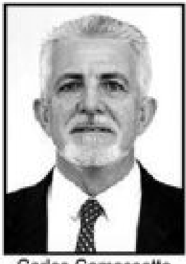

Adeli Sell (PT)


Airto Ferronato (PSB)


Aldacir Oliboni (PT)


Alex Fraga (PSOL)


Alvoni Medina (Republicanos)


Carlos Comassetto (PT)


Cassiá Carpes (PP)

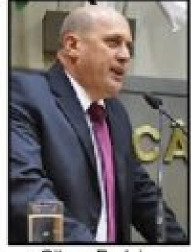

Cláudia Araújo (PSD)

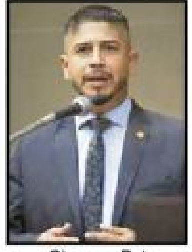

Cláudio Conceição (PL)


Claudio Janta (SD)


Comandante Nádia (PP)


Fernanda Barth (PSC)


Gilson Padeiro (PSDB)


Giovane Byl (PTB)


Giovani Culau (PC do B)


Hamilton Sossmeier (PTB)


Idenir Cecchim (MDB)


Jesse Sangalli (Cidadania)


João Bosco Vaz (PDT)


Jonas Reis (PT)


José Freitas (Republicanos)



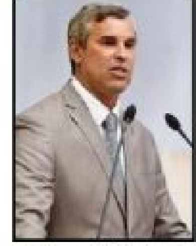
Karen Santos (PSOL)


Lourdes Sprenger (MDB)


Marcelo Bernardi (PSDB)


Márcio Bins Ely (PDT)


Mari Pimentel (Novo)


Mauro Pinheiro (PL)


Moisés Maluco do Bem (PSDB)


Monica Leal (PP)


Pablo Melo (MDB)


Pedro Ruas (PSOL)


Psicóloga Tanise Sabino (PTB)


Ramiro Rosário (PSDB)


Roberto Robaina (PSOL)


Tiago Albrecht (Novo)

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

GOVERNADORES DOS ESTADOS BRASILEIROS

ACRE



Gladson Cameli
(PP - Reeleito)

ALAGOAS



Paulo Dantas
(MDB)

AMAPÁ



Clécio Luís
(SD)

AMAZONAS



Wilson Lima
(União - Reeleito)

BAHIA



Jerônimo Rodrigues
(PT)

CEARÁ



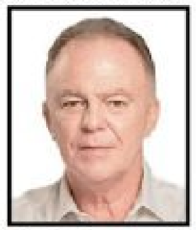
Elmano de Freitas
(PT)

DISTRITO FEDERAL



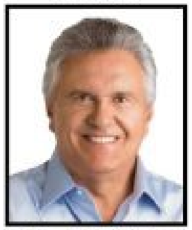
Ibaneis Rocha
(MDB - Reeleito)

ESPÍRITO SANTO



Renato Casagrande
(PSB - Reeleito)

GOIÁS



Ronaldo Caiado
(União - Reeleito)

MARANHÃO



Carlos Brandão
(PSB - Reeleito)

MATO GROSSO



Mauro Mendes
(União - Reeleito)

MATO GROSSO DO SUL



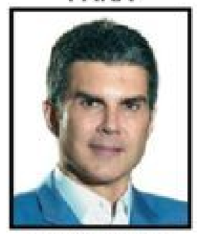
Eduardo Riedel
(PSDB)

MINAS GERAIS



Romeu Zema
(Novo - Reeleito)

PARÁ



Helder Barbalho
(MDB - Reeleito)

PARAÍBA



João Azevêdo
(PSB - Reeleito)

PARANÁ



Ratinho Júnior
(PSD - Reeleito)

PERNAMBUCO



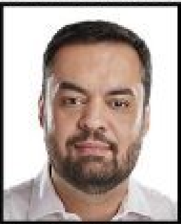
Raquel Lyra
(PSDB)

PIAUÍ



Rafael Fonteles
(PT)

RIO DE JANEIRO



Cláudio Castro
(PL - Reeleito)

RIO GRANDE DO NORTE



Fátima Bezerra
(PT - Reeleita)

RIO GRANDE DO SUL



Eduardo Leite
(PSDB - Reeleito)

RONDÔNIA



Cel. Marcos Rocha
(União - Reeleito)

RORAIMA



Antonio Denarium
(PP - Reeleito)

SANTA CATARINA



Jorginho Mello
(PL)

SÃO PAULO



Tarcísio de Freitas
(Republicanos)

SERGIPE



Fábio Mitidieri
(PSD)

TOCANTINS



Wanderlei Barbosa
(Republicanos - Reeleito)

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

MINISTROS DO GOVERNO FEDERAL:

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO



Jorge Rodrigo Araújo Messias

AGRICULTURA



Carlos Fávaro

CASA CIVIL

Rui Costa

CIDADES



Jader Filho

CIÊNCIA E TECNOLOGIA



Luciana Santos

COMUNICAÇÕES

Juscelino Filho

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO



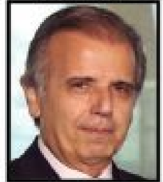
Vinicius Marques de Carvalho

CULTURA



Margareth Menezes

DEFESA



José Múcio

DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO



Paulo Teixeira

DESENVOLVIMENTO SOCIAL



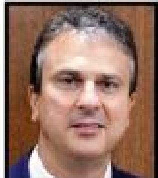
Wellington Dias

DIREITOS HUMANOS



Silvio Almeida

EDUCAÇÃO



Camilo Santana

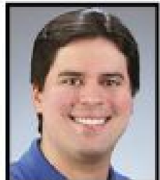
EMPREENDEDORISMO





Márcio França

ESPORTES



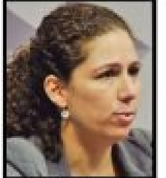
André Fufuca

FAZENDA



Fernando Haddad

GESTÃO



Esther Dweck

IGUALDADE RACIAL



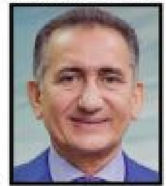
Anielle Franco

INDÚSTRIA E COMÉRCIO



Geraldo Alckmin

INTEGRAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



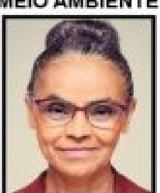
Waldez Góes

JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA



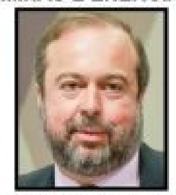
Ricardo Lewandowski

MEIO AMBIENTE



Marina Silva

MINAS E ENERGIA



Alexandre Silveira

MULHERES

Cida Gonçalves

PESCA



André de Paula

PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



Simone Tebet

PORTOS E AEROPORTOS



Silvio Costa Filho

POVOS INDÍGENAS



Sonia Guajajara

PREVIDÊNCIA



Carlos Lupi

RELAÇÕES EXTERIORES

Mauro Vieira

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS



Alexandre Padilha

SAÚDE



Nísia Trindade

SECOM



Paulo Pimenta

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Márcio Macêdo

TRABALHO



Luiz Marinho

TRANSPORTES

Renan Filho

TURISMO

Celso Sabino

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

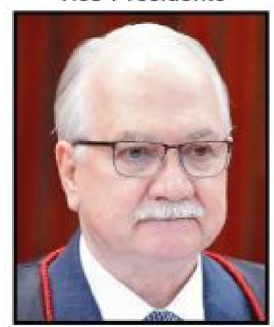
OS 11 MINISTROS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL:

Presidente



Roberto Barroso
(indicado por Dilma Rousseff)

Vice-Presidente



Edson Fachin
(indicado por Dilma Rousseff)



Alexandre de Moraes
(indicado por Michel Temer)



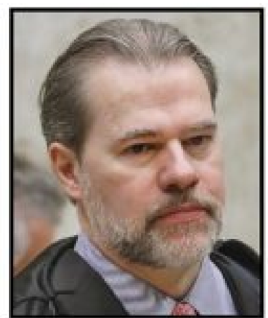
André Mendonça
(indicado por Jair Bolsonaro)



Cármen Lúcia
(indicada por Luiz Inácio Lula da Silva)
(em mandatos anteriores do atual Presidente da República)



Cristiano Zanin
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)



Dias Toffoli
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)
(em mandatos anteriores do atual Presidente da República)



Flávio Dino
(indicado por Luiz Inácio Lula da Silva)



Gilmar Mendes
(indicado por Fernando Henrique Cardoso)



Luiz Fux
(indicado por Dilma Rousseff)



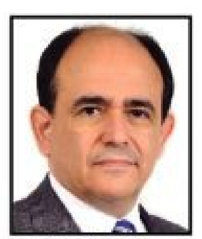
Nunes Marques
(indicado por Jair Bolsonaro)

Fotos: Divulgação

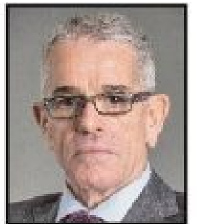
QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

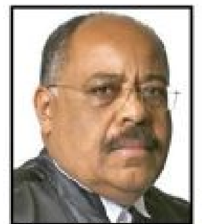
OS 31 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, STJ:


Antonio Carlos Ferreira


Antônio Herman de Vasconcelos e Benjamin


Antônio Saldanha Palheiro

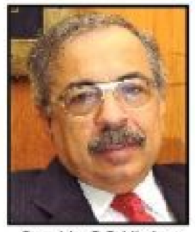

Assusete Dumont Reis Magalhães


Benedito Gonçalves


Daniela Teixeira


Fátima Nancy Andrighi


Francisco Cândido de Melo Falcão Neto


Geraldo OG Nicéas Marques Fernandes


Humberto Eustáquio Soares Martins


João Otávio de Noronha


Joel Ilan Paciornik


Luis Felipe Salomão


Luiz Alberto Gurgel de Faria


Marcelo Navarro Ribeiro Dantas


Marco Aurélio Bellizze de Oliveira

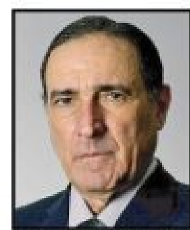

Marco Aurélio Gastaldi Buzzi

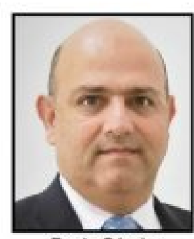

Maria Isabel Diniz Gallotti Rodrigues


Maria Thereza Rocha de Assis Moura


Mauro Luiz Campbell Marques


Messod Azulay Neto


Paulo Dias de Moura Ribeiro


Paulo Sérgio Domingues


Raul Araújo Filho


Regina Helena Costa


Reynaldo Soares da Fonseca


Ricardo Villas Bôas Cueva


Rogerio Schietti Machado Cruz


Sebastião Alves dos Reis Júnior


Sérgio Luíz Kukina


Teodoro Silva Santos

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL OSUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 26 MINISTROS DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO:

Presidente



Lelio Bentes Corrêa

Vice-Presidente



Aloysio Corrêa da Veiga



Alberto Bastos Balazeiro



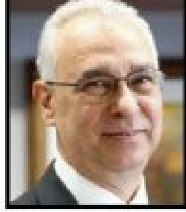
Alexandre de Souza Agra Belmonte



Alexandre Luiz Ramos



Amaury Rodrigues Pinto Junior



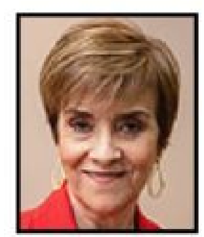
Augusto César Leite de Carvalho



Breno Medeiros



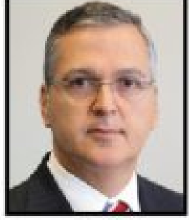
Cláudio Mascarenhas Brandão



Delaíde Alves Miranda Arantes



Dora Maria da Costa



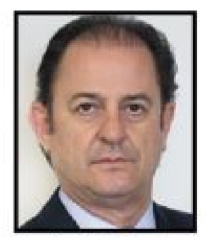
Douglas Alencar Rodrigues



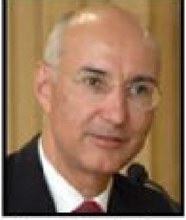
Evandro Pereira Valadão Lopes



Guilherme Augusto Caputo Bastos



Hugo Carlos Scheuermann



Ives Gandra da Silva Martins Filho



José Roberto Freire Pimenta



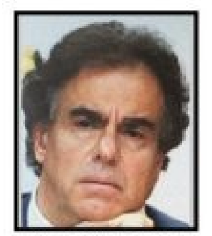
Kátia Magalhães Arruda



Liana Chaib



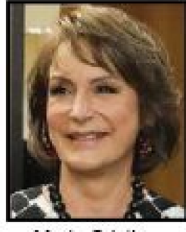
Luiz José Dezena da Silva



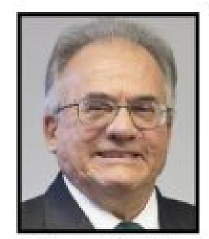
Luiz Philippe Vieira de Mello Filho



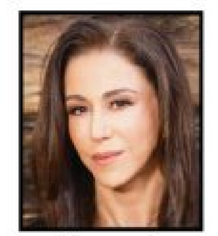
Maria Helena Mallmann



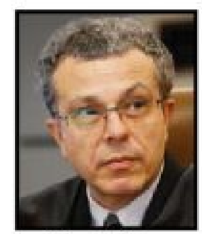
Maria Cristina Irigoyen Peduzzi



Mauricio Godinho Delgado



Morgana de Almeida Richa



Sergio Pinto Martins

Fotos: Divulgação

QUEM É QUEM NO BRASIL

GALERIA DE PERSONALIDADES DO JORNAL O SUL, O JORNAL DA REDE PAMPA.

OS 15 MINISTROS DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR:

Presidente



Ministro
Francisco Joseli Parente Camelo

Vice-Presidente



Ministro
José Coêlho Ferreira



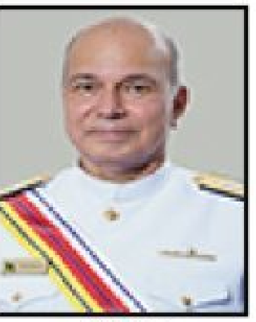
Ministro
Artur Vidigal de Oliveira



Ministro
Carlos Augusto Amaral Oliveira



Ministro
Carlos Vuyk de Aquino



Ministro
Celso Luiz Nazareth



Ministro
Cláudio Portugal de Viveiros



Ministro
José Barroso Filho



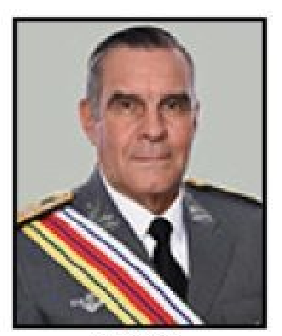
Ministro
Leonardo Punte



Ministro
Lourival Carvalho Silva



Ministro
Lúcio Mário de Barros Góes



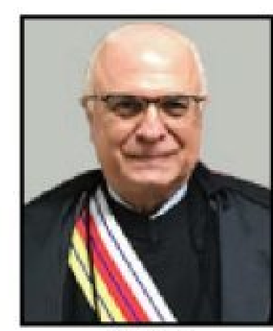
Ministro
Marco Antônio de Farias



Ministra
Maria Elizabeth Guimarães
Teixeira Rocha



Ministro
Odilson Sampaio Benzi



Ministro
Péricles Aurélio Lima
de Queiroz

Fotos: Divulgação